



Relatório de Gestão

2022 *Departamento
Nacional de Obras
Contra as Secas*



Relatório de Gestão

2022 *Departamento
Nacional de Obras
Contra as Secas*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Vice-Presidente

Antônio Hamilton Martins Mourão

Ministro do Desenvolvimento Regional

Ministro de Estado

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretoria Geral

Fernando Marcondes de Araújo Leão

Diretoria de Infraestrutura Hídrica

Joaquim Izídio Neto

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção

Thales André Fernandes

Diretoria Administrativa

José Rosilônio Magalhães de Araújo

Procuradoria Federal - PF/DNOCS

Francisco Arlem de Queiroz Sousa

Auditoria Interna - AUDI

Luana Evangelista Cavalcante de Sousa

Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE

Nilo Alberto Lopes Barsi

Coordenadoria Estadual em Alagoas – CEST/AL

Arlindo Garrote da Silva Neto

Coordenadoria Estadual na Bahia – CEST/BA

Jackson Oliveira Carvalho

Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST/CE

Antônio José Porto Mota

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais – CEST/MG

Édria Cordeiro Leal

Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST/PB

Alberto Gomes Batista

Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST/PE

José Edilson Monteiro

Coordenadoria Estadual no Piauí – CEST/PI

Arão Martins do Rego Brandão

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST/RN

David Saraiva Leite

Coordenadoria Estadual em Sergipe – CEST/SE

Luciano Gois Paul

Sumário



Mensagem do Dirigente 5



Visão geral organizacional e ambiente
externo 9



Riscos, oportunidades e perspectivas 28



Governança, estratégia e desempenho 36



Informações orçamentárias, financeiras
e contábeis 91



Lista de siglas e abreviaturas 93



MENSAGEM DO DIRIGENTE



Fernando Marcondes de Araújo Leão
Diretor-Geral do DNOCS

Mensagem do Diretor-Geral

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) concluiu mais um ano com significativos avanços pautados na constante melhoria das ações da Autarquia. Tais avanços contribuem para a consolidação de sua missão atinente a implantação de meios que promovem a adequada convivência do homem com os efeitos oriundos das secas e estiagens.



Inspeção e recuperação de barragens



Entrega de equipamentos



Perfuração e instalação de poços



Qualificação em aquicultura



Incremento da agricultura irrigada



Fortalecimento da cultura de integridade

O Relatório de Gestão do Exercício de 2022 traz um balanço do desempenho do DNOCS e os resultados alcançados. O nosso papel é manter uma ênfase na constante melhoria da performance institucional. A Autarquia vem ampliando gradualmente suas atribuições, potencializando seus resultados. O DNOCS supera mais de um século de longevidade, empenhando esforços para assegurar o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido brasileiro.

Durante a gestão de 2022, foram realizadas inúmeras ações internas e externas que merecem destaque. Dentre as conquistas internas, ressaltamos: a reestruturação de setores como Ouvidoria, Correição, Governança e Comunicação Social, além da atuação efetiva do DNOCS nas ações do programa do Governo Federal TransformaGov. Este programa objetiva avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Cada dia alcançamos índices efetivos por meio do esforço de todos os nossos agentes públicos, assim como, na crescente promoção de cursos, palestras e processo seletivo para estágio.

Com relação às ações externas, evidenciamos perfuração e instalação de poços, implantação de cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água, recuperação de barragens e entrega de equipamentos. Também merece destaque a suplementação do orçamento do DNOCS, através de aporte de recursos por meio de Termo de Execução Descentralizada (TEDs) e emendas parlamentares. Todas essas ações fortaleceram a credibilidade do DNOCS e, principalmente, garantiram o progresso da área de atuação da Autarquia, beneficiando mais de 17 milhões de pessoas.

Nesse contexto, voltamos o olhar para os poços instalados com sistema de energia renovável (energia solar), que une tecnologia e economia para as comunidades assistidas. Em 2022, foram 614 poços e sistemas de abastecimento entregues. Em relação a recuperação de barragens,

realizamos intervenções no empreendimento Banabuiú, no Ceará, Engenheiro Avidos e São Gonçalo, na Paraíba, Jucazinho, em Pernambuco, e Passagem das Traíras, no Rio Grande do Norte, além da inspeção de outras 109 barragens. Ainda, é oportuno salientar a construção da barragem Fronteiras, no Ceará.

Também temos incentivado, continuamente, a agricultura irrigada. O excesso e a falta de chuva são determinantes para colheitas recordes e perdas de safras, respectivamente. Com a agricultura irrigada, o problema é amenizado, pois o homem pode controlar a quantidade de água proporcionada à produção. Com a oferta certa e disponível nos reservatórios, a atividade agrícola torna-se efetiva e ativa durante todo o ano.

O DNOCS busca garantir qualidade de vida ao povo do seminário brasileiro. Portanto, em 2022, foi de suma importância as entregas de escrituras públicas aos irrigantes. As ações ligadas à regularização fundiária são contínuas na Autarquia. Esse processo é concluído com a escrituração do lote, ou seja, com a entrega da posse da terra. A Regularização fundiária refere-se a uma série de ações jurídicas, ambientais, urbanísticas e sociais que institui, de forma concreta, a ocupação do lote pelo irrigante, bem como sua titularidade. Trata-se de uma ação fundamental, sem a qual não será possível atingir a plena autonomia dos atuais 37 perímetros irrigados sob jurisdição do DNOCS.

No que concerne aos setores de aquicultura e fruticultura, o DNOCS impulsionou os segmentos aproveitando potenciais já existentes e essenciais. A fruticultura, por exemplo, ganhou força no ano que passou. Na vastidão verde do campo dos perímetros irrigados do DNOCS é possível avistar inúmeras frutas que outrora não faziam parte do nosso escopo como o cacau, a pitaya e a acerola orgânica. Verdadeiros tesouros, produzidos em regiões semiáridas, que são exportados para Europa e Estados Unidos.

A respeito das ações da aquicultura, vale enaltecer o incentivo ao ensino e a pesquisa. Foram realizados cursos, estágios e aulas na área de Piscicultura e Tecnologia do Pescado, para mais de 400 estudantes oriundos de Instituições. Tais ações foram desenvolvidas no Centro de Pesquisas em Aquicultura “Rodolpho von Ihering”, em Pentecoste, no Ceará. Ainda, nesse cenário, O DNOCS, por ser uma Autarquia que atua por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento de comunidades, promovendo inclusão social e econômica, também distribuiu mais de 14 milhões de alevinos, em 2022.



Mais uma vez, alcançamos grandes avanços nos indicadores de governança do DNOCS.

O destaque vai para o **Serviço de Governança** que reforçou a importância da transparência no setor público. A Integridade e a Governança ganharam força, com o objetivo de realizar o monitoramento contínuo e a gestão de riscos, criando engajamento junto aos agentes públicos.

Tal trabalho foi desenvolvido sob o prisma de temas relacionados à integridade pública, visando ao aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos.

De forma concreta, alcançamos resultados significativos quando tratamos de integridade pública. O DNOCS figurou entre os 15 órgãos federais que mais responderam à pesquisa de integridade pública realizada pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), em um universo de 184 instituições.

Com uma campanha eficaz, a Autarquia alcançou um resultado proativo entre os funcionários. É o resultado do esforço da Diretoria Geral e do setor de Governança para que a ética, a transparência e combate à corrupção sejam sempre pilares da nossa gestão.

Com essas ações e muitas outras que estão por vir em 2023, o DNOCS está cada vez mais pujante, superando os desafios e garantindo o progresso de todo o nosso país.

Por fim, reconheço a responsabilidade por assegurar a integridade, fidedignidade, precisão e completude do presente Relatório de Gestão 2022.

The background is an aerial photograph of a large concrete dam with multiple spillways, situated in a valley. The image is heavily overlaid with a semi-transparent blue filter. Abstract geometric shapes, including large circles and lines, are drawn over the scene in various shades of blue and orange. The text is positioned in the lower right quadrant, partially overlapping the dam and the blue overlay.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE **PRESTADORA DE CONTA**

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com sede em Fortaleza/CE, Autarquia vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, é o mais antigo Órgão Público Federal em atividade no nordeste brasileiro.

Desde sua criação, o papel do DNOCS tem sido a oferta, seguidamente ampliada, e a gestão de recursos hídricos em prol do desenvolvimento sustentável da região nordestina. O Departamento executa, de conformidade com a legislação que lhe diz respeito, outras ações do Governo Federal, a saber: construção de açudes, implantação de projetos de irrigação pública, produção de pescado e aprimoramento da piscicultura, disponibilização d'água para abastecimento urbano, proteção contra cheias de cursos d'água, assistência a populações atingidas por calamidade, cooperação com entes estaduais e municipais visando a implantação ou o fortalecimento de infraestruturas básicas.

Além da Administração Central, de que fazem parte a Diretoria-Geral e as Diretorias de Infraestrutura Hídrica, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção e de Administração, o DNOCS também conta com nove (09) Coordenadorias Estaduais, com sede nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, de doze (12) Estações de Piscicultura, de um (01) Centro de Pesquisa em Aquicultura, de vinte e duas (22) Unidades de Campo distribuídas por bacias hidrográficas e um (01) Escritório de Representação em Brasília/DF.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão de futuro, os valores e as estratégias do DNOCS em um conjunto de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho organizacional para o quadriênio 2021-2024. Os valores representam os princípios a serem seguidos em todas as ações da organização, devendo ser visíveis tanto internamente quanto externamente. Já a missão reflete o papel da Autarquia junto à sociedade, enquanto que a visão está relacionada à direção a ser tomada e objetivos a serem alcançados a longo prazo.

Missão, Visão e Valores - DNOCS



Missão:

Promover a adequada convivência com a seca, por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nas áreas suscetíveis à escassez hídrica.

Visão:

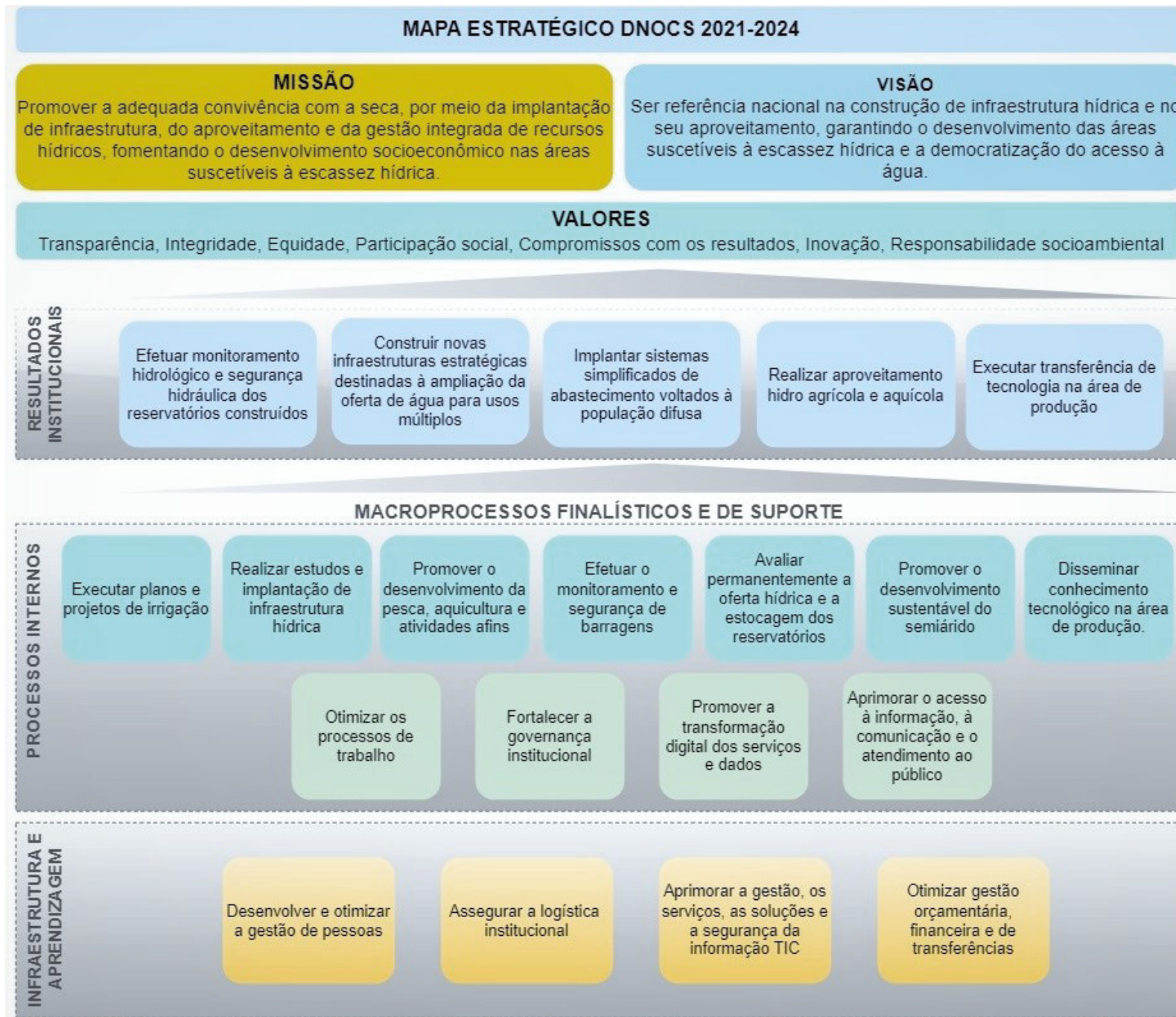
Ser referência nacional na construção de infraestrutura hídrica e no seu aproveitamento, garantindo o desenvolvimento das áreas suscetíveis à escassez hídrica e a democratização do acesso à água.

Valores:

Transparência, integridade, equidade, participação social, cooperação, compromisso com resultados, inovação e responsabilidade socioambiental.

Valor Público:

Criação de condições para o desenvolvimento regional, contribuindo com a segurança hídrica, a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e econômica no semiárido brasileiro.



O mapa estratégico apresenta três perspectivas:

Resultados institucionais: referem-se aos objetivos estratégicos finalísticos, cujo alcance depende da realização de ações e perspectivas anteriores: processos internos, infraestrutura e aprendizado. Estão diretamente relacionados aos programas do Plano Plurianual (PPA);

Processos internos: são as ações estratégicas que se relacionam tanto com os situados na perspectiva dos resultados institucionais quanto nas de infraestrutura e aprendizado. Subdividem-se em duas linhas: a superior que envolve as estratégias vinculadas aos macroprocessos finalísticos da cadeia de valor, com a contribuição direta das unidades do DNOCS, e a linha inferior que norteia os objetivos relacionados aos macroprocessos de governança da cadeia de valor, com contribuição direta das áreas meio.

Infraestrutura e aprendizagem: permeiam os objetivos diretamente relacionados às unidades de gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação e orçamento.

As diretrizes estratégicas para a atuação da Autarquia são regulamentadas pelos seguintes instrumentos legais:

- Constituição da República Federativa do Brasil, art. 21, incisos XVIII, XIX e XX; art. 22, incisos I, II e parágrafo único; e art. 43, § 1º, § 2º, IV e § 3º.
- Plano Plurianual (PPA): previsto no art. 165 da Constituição Federal, estabelece diretrizes, objetivos e metas para o quadriênio 2020-2023. Aprovado pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2019. O PPA contém programas e ações que alcançam R\$ 6,8 trilhões, durante o período de execução, além disso orienta a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES): é um estudo prospectivo elaborado pelo então Ministério do Planejamento, para o período 2020-2031.
- Lei nº 9.433/1997: institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Lei nº 12.334/2010: estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, como também cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.
- Lei nº 12.787/2013: dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.
- Lei nº 11.959/2009: se refere a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.
- Lei nº 13.153/2015: institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos.
- Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH): prioriza um planejamento integrado e consistente de infraestrutura hídrica, com natureza estratégica e relevância regional, com base nos principais problemas de segurança hídrica do país.

Competências e área de atuação

De acordo com a Lei 10.204/2001, de 22 de fevereiro de 2001, ao DNOCS compete contribuir para a implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, elaborar projetos de engenharia e executar obras públicas de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos, contribuir para a implementação e operação, sob sua responsabilidade ou conjuntamente com

outros órgãos, com vistas a melhor distribuição das disponibilidades hídricas regionais, implantar e apoiar a execução dos planos e projetos de irrigação e, em geral, de valorização de áreas, inclusive de áreas não-irrigáveis, que tenham por finalidade contribuir para a sustentabilidade do semiárido, colaborar na realização de estudos de avaliação permanente da oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios, visando procedimentos operacionais e emergenciais de controle de cheias e preservação da qualidade da água, colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias destinados ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e atividades afins e cooperar com outros organismos públicos no planejamento e na execução de programas permanentes e temporários, com vistas a prevenir e atenuar os efeitos das adversidades climáticas.

Conforme a referida Lei, a área de atuação do DNOCS corresponde à região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, parte norte do Estado de Minas Gerais situada no semiárido e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O DNOCS tem a estrutura organizacional amparada pelo Decreto nº 4.650/2003 e Decreto nº 11.198/2022, em conformidade com a Lei nº 4.229/1963 e a Lei nº 10.204/2001. Em atendimento ao Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, algumas alterações e adequações foram realizadas, preservando a atual estrutura organizacional e com o objetivo também de atender às recomendações dos órgãos de controle. Visou o fortalecimento institucional do DNOCS, ao tempo em que buscou flexibilizar a gestão dos cargos em comissão e funções

de confiança das unidades integrantes da Autarquia, de forma a proporcionar uma estrutura regimental mais enxuta que favoreceu o desempenho das competências e colaborou para o alcance das metas e objetivos federais no enfrentamento dos problemas gerados pela seca em território nacional. Já a Diretoria Colegiada, órgão de direção superior do DNOCS, tem competências previstas no seu Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução nº 01, de 28 de março de 2017. Por fim, o Comitê de Governança, Gestão, Controle e Riscos. É a unidade responsável por aprovar o Plano Estratégico Institucional, de acordo com o caput do art. 7º da Norma nº 2/2021/DG.

O Decreto 11.198/2022 atualizou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do DNOCS, em consonância com a nova nomenclatura introduzida pelo Governo Federal, como os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE). As mudanças estruturais realizadas dizem respeito, principalmente, à criação das unidades de Correição, Ouvidoria, Governança e Modernização Organizacional. Também ficou estabelecida a realocação da unidade de Tecnologia da Informação, junto à Divisão de Recursos Logísticos da Diretoria Administrativa.

- Transformação dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Funções Comissionadas Executivas (FCE) nos níveis de serviço: Diretoria Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, Diretoria de Infraestrutura Hídrica e Auditoria Interna e Coordenação (Procuradoria Federal), mantendo a atual estrutura hierárquica, sem redução de níveis e aumento de despesa;
- Nas áreas de Ouvidoria e Correição, vinculadas ao Gabinete, foram criadas estruturas em nível de FCE 1.05;
- Foi formalizada a criação do Serviço de Governança Institucional (FCE 1.05), vinculado a Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE);

- O Serviço de Tecnologia da Informação (STI) foi alocado junto à Divisão de Recursos Logísticos (DA/DRL), com a finalidade de racionalizar a gestão da referida unidade, levando em consideração o agrupamento de macroprocessos denominados “Suporte”, contidos na cadeia de valor do Plano Estratégico Institucional 2021-2024;
- O Serviço de Modernização Organizacional (FCE 1.05) foi criado e vinculado à Divisão de Gestão Estratégica (CCE 1.07), para tratar dos macroprocessos organizacionais e regimento interno;
- Foram transformadas as funções FG-1 de assessoria em FCE 2.02, e as FG-1 das Unidades de Campo e Estações de Piscicultura em FCE 1.02, de modo a equiparar de maneira mais equânime os rendimentos das referidas funções;
- A CPGE (CCE 1.10) teve seu vínculo alterado junto ao Gabinete da Direção-Geral, como órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral (DG);
- A Autarquia está vinculada atualmente ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

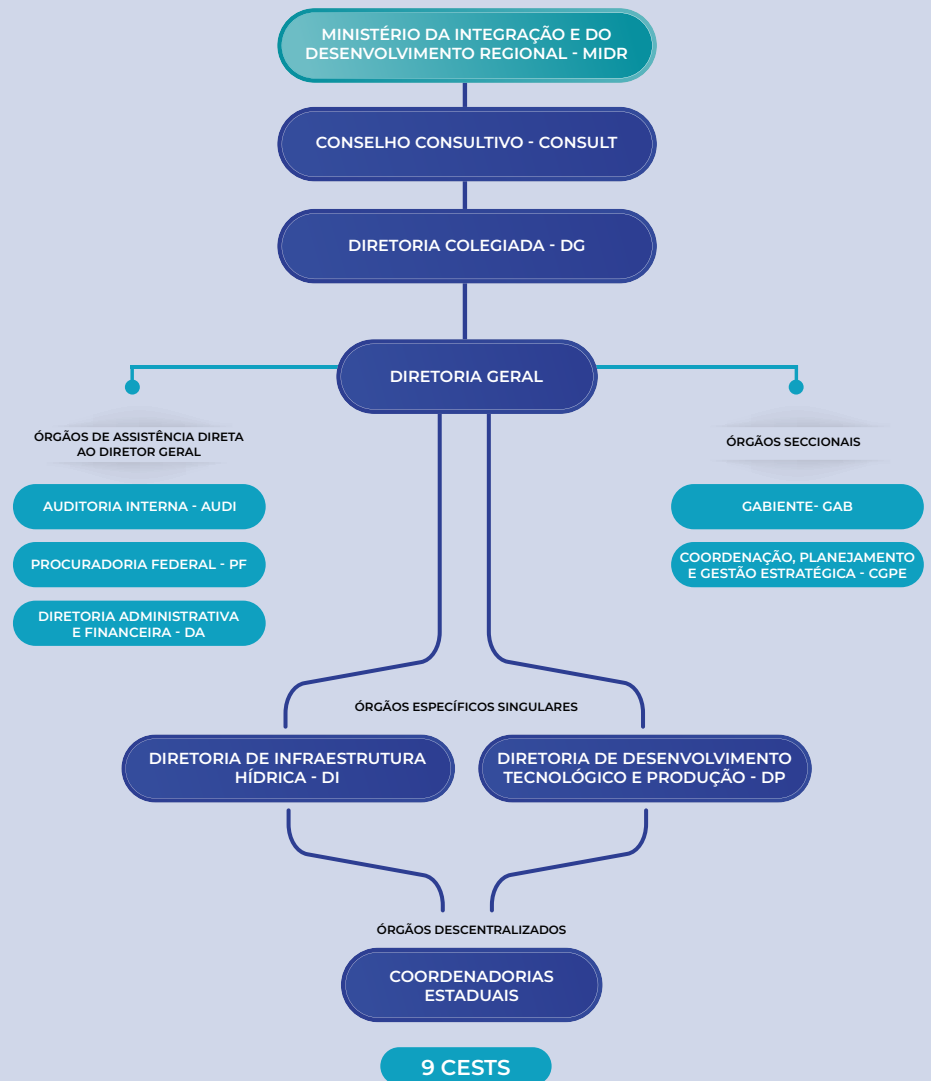


<https://www.gov.br/mdr/pt-br>

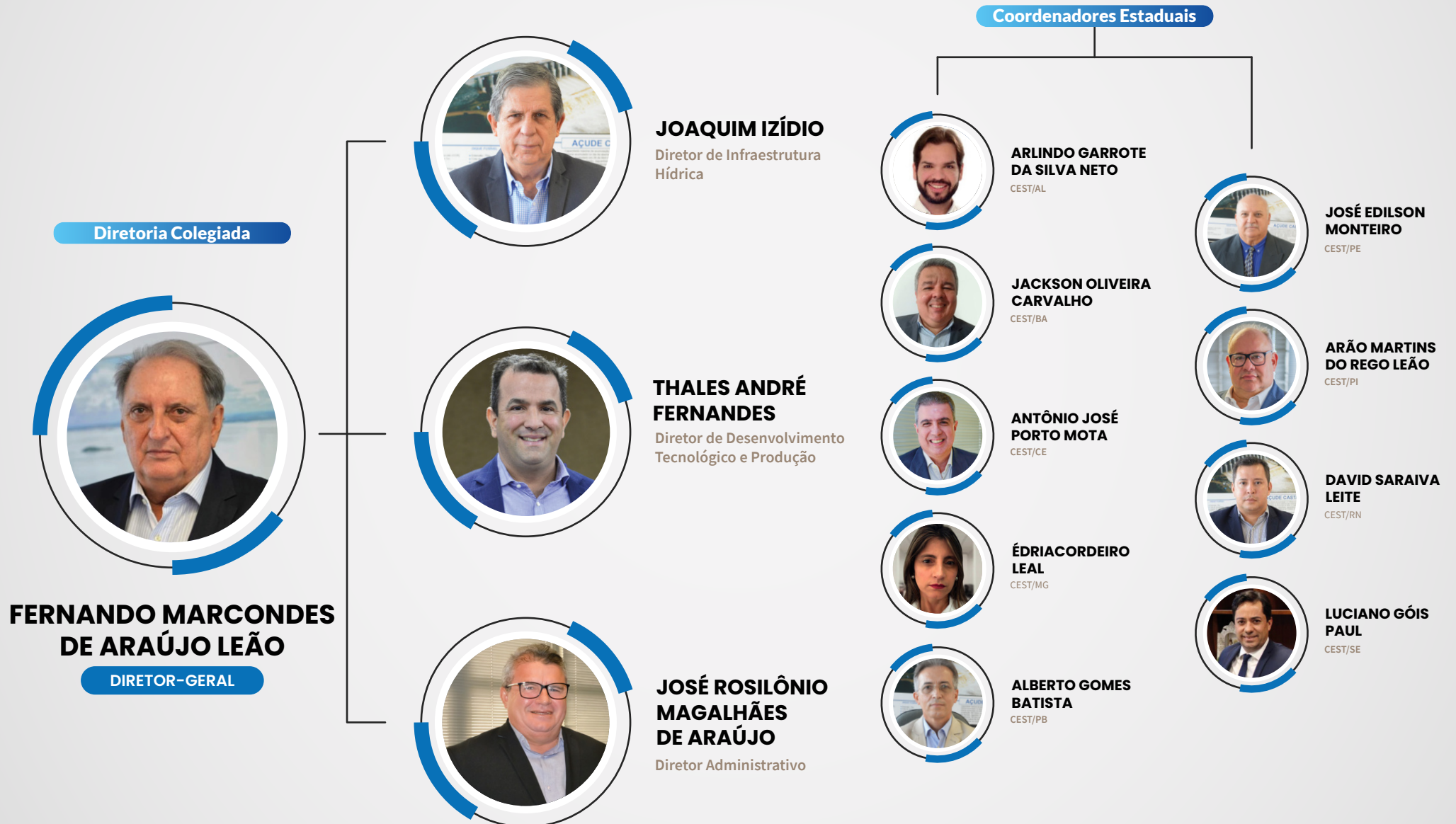


<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organograma>

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DNOCS



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

Principais Instâncias Internas de Apoio a Governança.

Auditoria Interna: Instituída pela Portaria nº 43/2017/D-G/GAB, de 31 de janeiro de 2017, composta pela Auditora Chefe e equipe. Ligada a estrutura do Gabinete do Diretor-Geral.

Serviço de Governança, Riscos e Controle: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022. Vinculado à Coordenação de Planejamento Estratégico do DNOCS.

Ouvidoria: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022. Ligada a estrutura do Gabinete do Diretor-Geral.

Serviço de Correição: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022. Ligado a estrutura do Gabinete do Diretor-Geral.

Comissão de Ética: Instituída pela Portaria nº 294 DG, de 02 de outubro de 2018, alterada pela Portaria nº 335 DG, de 5 de setembro de 2019.

Unidade Gestora de Integridade: Instituída pelas Portarias de nº 319 DG, de 28 de junho de 2017 e nº 395 DG, de 27 de dezembro de 2018 e alteradas pela Portaria nº 238 DG, de 10 de Setembro de 2021. O Chefe do GOV atua de forma permanente na estruturação, na execução e no monitoramento do Programa de Integridade.

Principais Instâncias Externas de Governança Vinculadas ao Governo Federal.

CGU: www.gov.br/cgu/pt-br

ME: www.gov.br/economia/pt-br

Sistemas Estruturantes: www.gov.br/economia/pt-br/assuntoa/sistemasestruturadores

Principais Instâncias Externas de Governança Independentes.

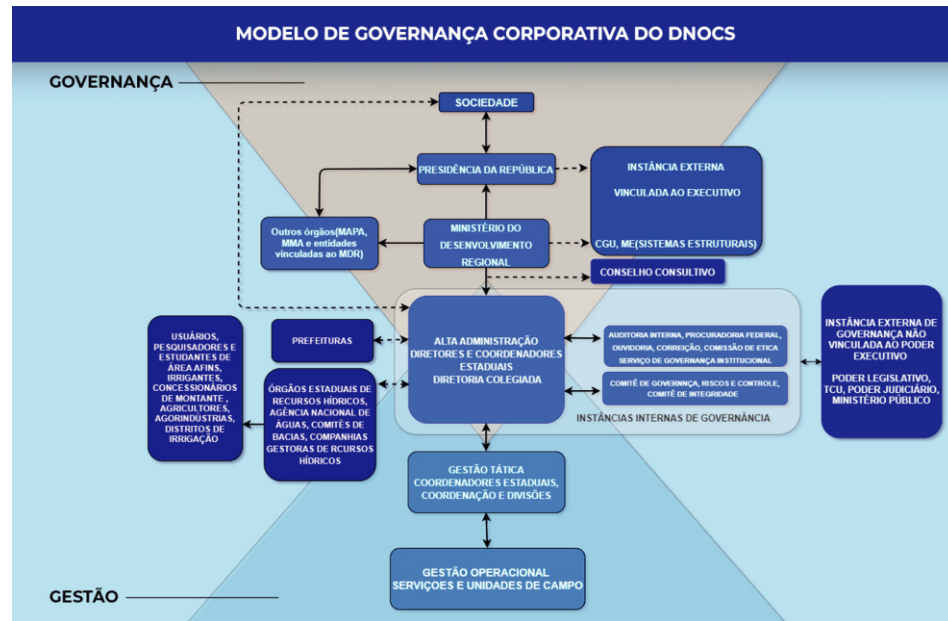
Ministério Público: www.mpf.mp.br/pgr

TCU: www.portal.tcu.gov.br/inicio/

Poder Judiciário.

Poder Legislativo.

A imagem a seguir apresenta a estrutura do modelo de governança corporativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com representação das principais instâncias internas e externas e as relações para obter a boa governança da Autarquia.



A partir da edição do Decreto n.º 11.198, de 15 de setembro de 2022, foi possível inserir na estrutura do DNOCS o Serviço de Governança Institucional.

O modelo de negócio do DNOCS que será visto mais adiante, demonstrará o funcionamento do sistema de transformação de recursos em valor público.

O valor público gerado pelo DNOCS que comprova a importância estratégica para a sociedade está presente na cadeia de valor.

Os mecanismos de transparência e prestação de contas do DNOCS contribuem com o exercício do controle praticado tanto pelas instâncias

externas de governança, como pelas instâncias externas de apoio à governança, sobre o modelo de negócio do DNOCS e consequentemente seu processo de geração de valor público.

Mais adiante serão apresentados os mecanismos de transparência do DNOCS e os respectivos resultados.

As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e políticas da autarquia durante o processo de gestão para a geração de valor público gerado pelo DNOCS e entregue à sociedade.

Já as instâncias internas de apoio à governança atuam na, gestão de riscos, controles internos e auditorias, e na respectiva comunicação às partes interessadas.



NOSSOS CAPITAIS

PRODUÇÃO

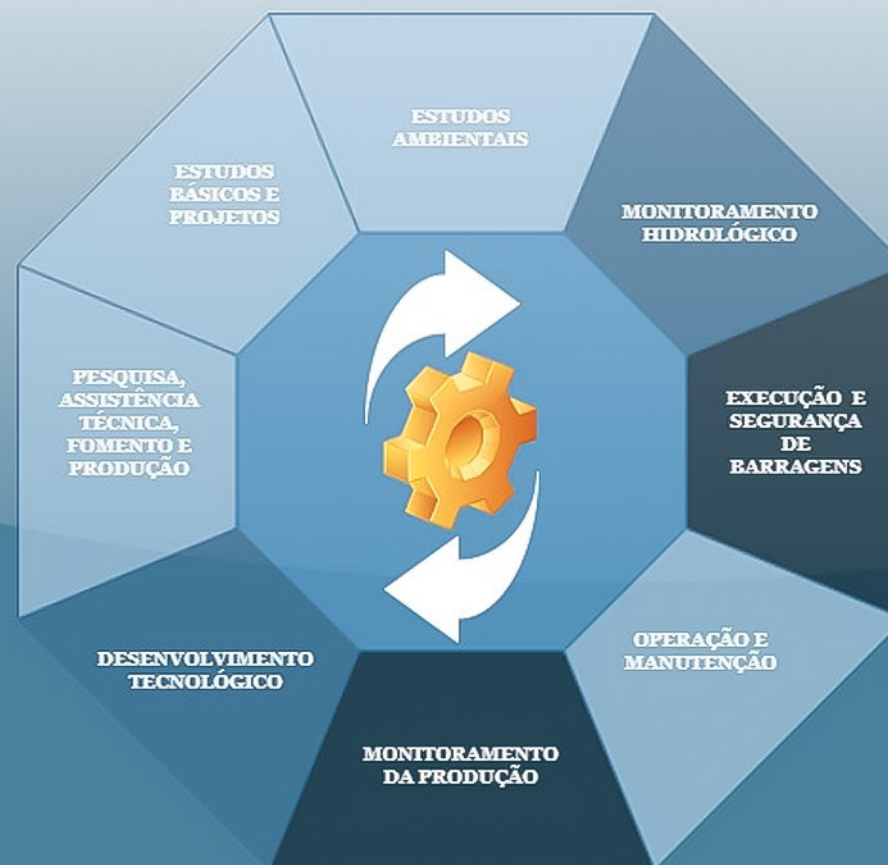
Reservatórios	Capacidade de acumulação (bilhões m³)
328	36,1
Perímetros de Irrigação	Estações de piscicultura
37	12
Centro de Pesquisas em aquicultura	Poços perfurados e instalados (mil)
01	54,2
Capacidade de produção de alevinos (milhões)	Trechos de rios perenizados (mil km)
125	3,3
População Beneficiada (milhões)	Área apta para riego (mil hectares)
17,5	124,17

HUMANO

CAPILARIDADE

Força de Trabalho	Coordenadorias Estaduais
693	09
INTELLECTUAL	Unidades de Campo
Pesquisa e fomento à aquicultura (R\$ milhões)	22
3,48	

MODELO DE NEGÓCIOS APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



RESULTAM EM PRODUTOS 2022

ACUMULAÇÃO DE ÁGUA : 33%
ALEVINOS PRODUZIDOS (milhões) : 14.217.458
ALEVINOS DISTRIBUIDOS (milhões) : 14.217.458
CAPACITAÇÃO EM AQUICULTURA: 904 pessoas
BARRAGENS INSPECIONADAS: 119
POÇOS PERFURADOS E INSTALADOS: 614
BARRAGENS RECUPERADAS: 06

IMPACTOS

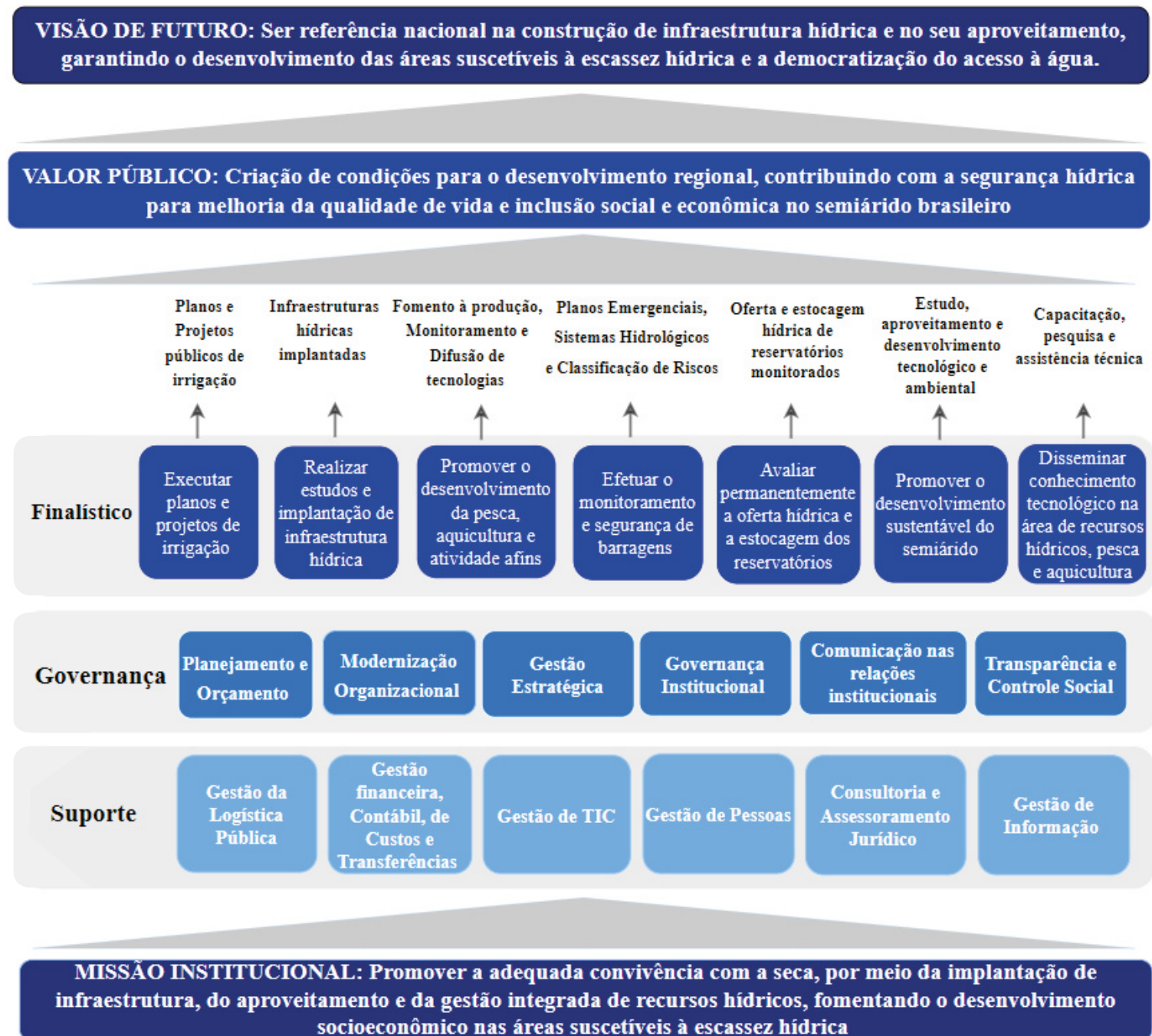
- ACESSO À ÁGUA
- COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
- TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO EM AQUICULTURA
- FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA
- GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
- MELHORIA IDH

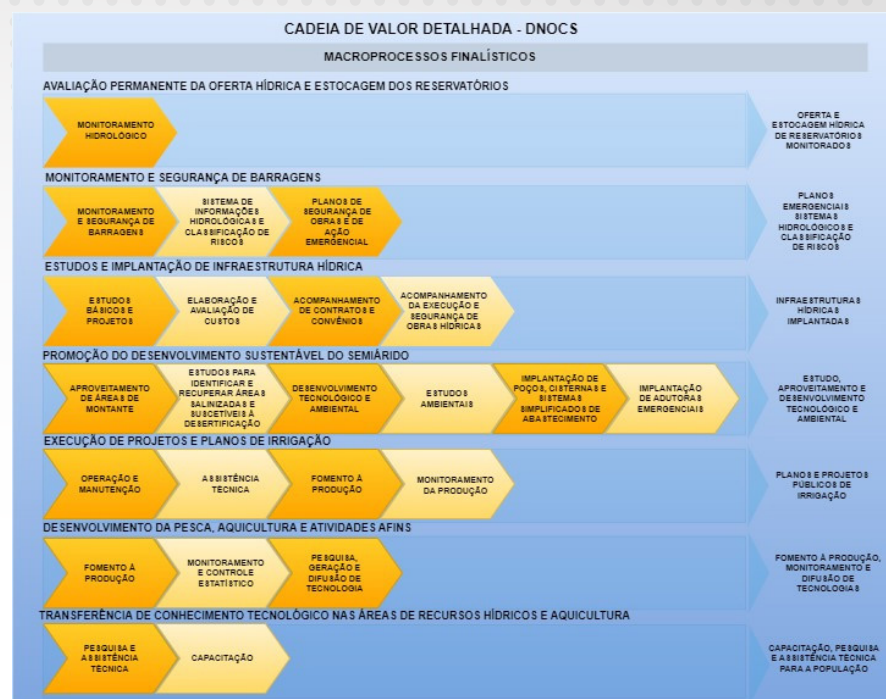
CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor segue a definição conceitual, organizando os macroprocessos da Autarquia em três perspectivas, relacionados à finalidade:

- Processos de governança: relacionados ao gerenciamento da organização e que visam promover as atividades necessárias à consecução dos seus objetivos;
- Processos finalísticos: ligados a produção e/ou entrega dos bens e serviços finais ofertados pela organização;
- Processos de suporte: direcionados as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança.

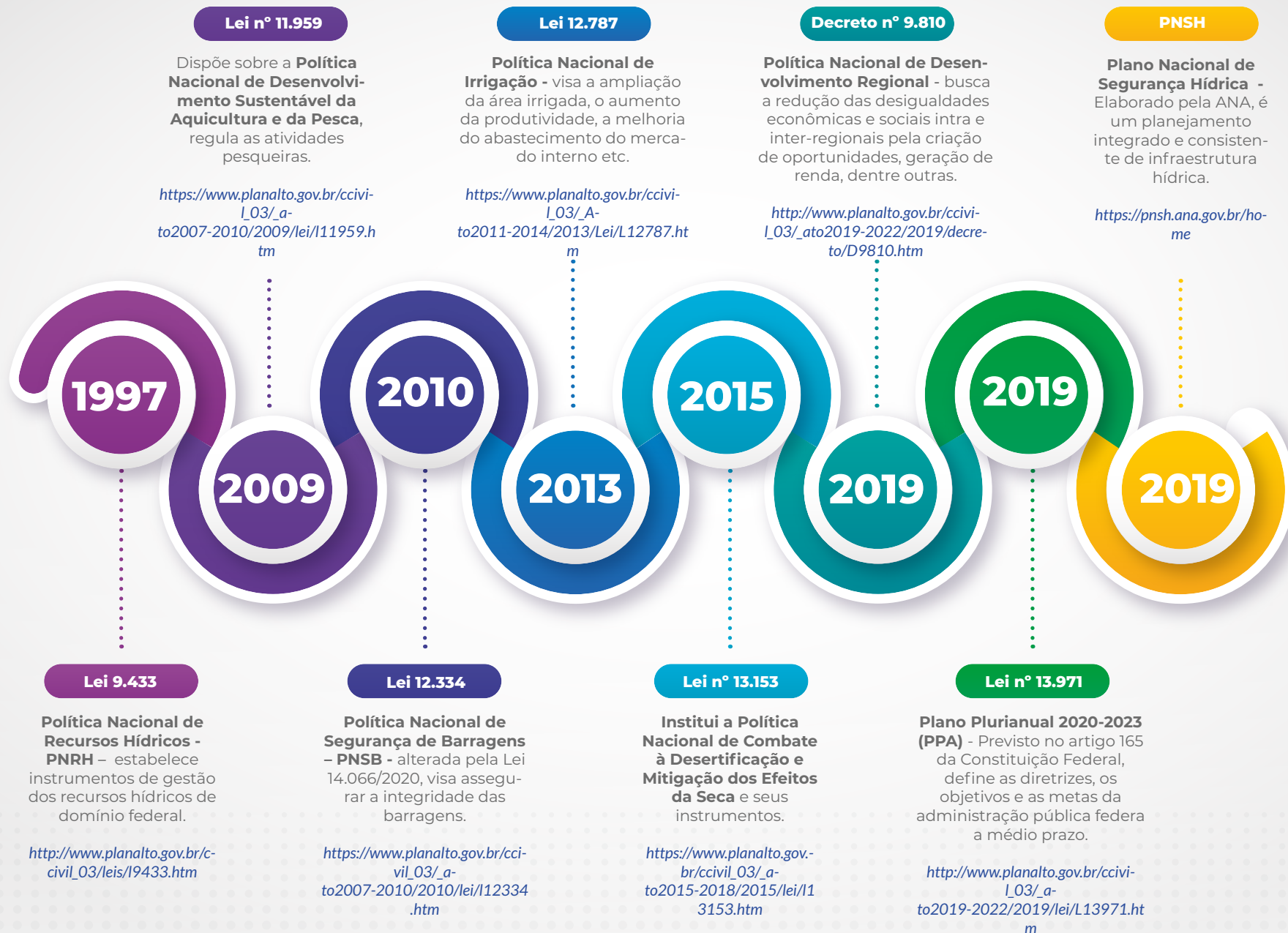
A partir do levantamento e da análise das principais atividades do Departamento, resultados, estrutura organizacional, principais iniciativas, desafios e revisão da cadeia de valor do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) anterior. Os macroprocessos estão representados na figura a seguir, que contempla o conjunto de processos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.





POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

POLÍTICAS DE GOVERNO: Em conformidade com suas atribuições regimentais, o DNOCS atua nas seguintes políticas de governo:



Programas de Governo

Na área finalística e em relação ao PPA 2020-2023, o DNOCS atua nos seguintes programas e ações:

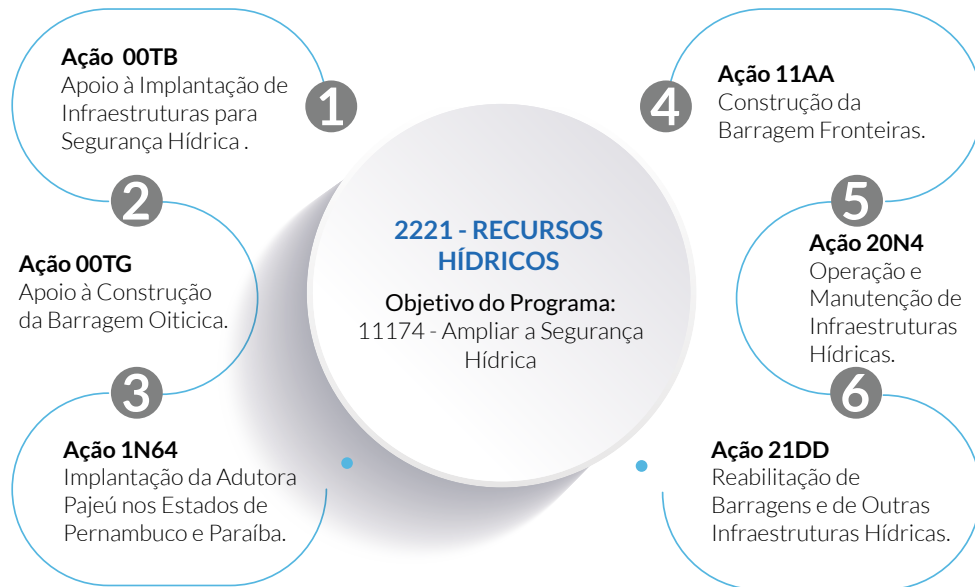


AÇÕES:

- **2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura** - Proporciona apoio a 12 Estações e 01 Centro de Pesquisa em Aquicultura, visando a produção e conservação de espécies nativas da ictiofauna, a promoção da sanidade e a qualidade da produção pesqueira e aquícola, da formação de plantéis de matrizes e reprodutores, além do desenvolvimento de tecnologia de processamento de pescado, identificação e mapeamento de espécies de peixes, capacitação para a produção alternativa de alimentos, entre outras atividades de igual importância.

- **00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado** - Trata-se de uma ação proveniente de emendas parlamentares no intuito de apoiar a implantação da infraestrutura produtiva como na aquisição de equipamentos, implantação de tecnologias sustentáveis de apoio à produção, poços públicos, além de estradas vicinais para escoamento da produção.
- **1021 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 hectares** - Compreende obras como: rede de adução e de distribuição de água, suprimento elétrico e drenagem, aquisição e montagem de equipamentos parcelares para pequenos irrigantes, aquisição e montagem eletromecânica da estação de bombeamento principal e modernização das estações existentes. Inclui ainda administração fundiária, reassentamento da população afetada, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.
- **21DI - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação** - Refere-se ao atendimento às legislações ambientais, fundiárias e de recursos hídricos, proporcionando aos produtores todas as condições necessárias para a continuidade da produção e acesso aos financiamentos bancários.
- **21DK - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação** - Trata-se da manutenção e revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e qualificação dos agricultores e das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem a autogestão administrativa e operacional, regularização fundiária, execução de obras de recuperação. Os objetivos são a fixação do homem no campo e a inclusão dele no processo produtivo, com geração de emprego e renda, bem como a elaboração do plano de emancipação.

Recursos Hídricos



AÇÕES:

- **00TB - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica** - Compreende a execução de obras civis, aquisição e montagem de equipamentos hidromecânicos, entre outros, visando a implantação de obras de infraestruturas hídricas tais como barragens, canais, sistemas adutores, inclusive com captação em poços profundos com a finalidade de ampliar a segurança hídrica para abastecimento humano e usos múltiplos.
- **00TG - Construção da Barragem Oiticica** - Empreendimento que trata da construção de uma barragem no Rio Piranhas-Açu, com o intuito de controlar de cheias, impulsionar a irrigação e ofertar abastecimento humano e animal na região.

- **1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba** - Execução das obras de uma adutora com 600 km de extensão contendo estações elevatórias, reservatórios, captações e estações de tratamento de água. O objetivo é abastecer vinte e dois municípios em Pernambuco e oito cidades na Paraíba, beneficiando cerca de 463 mil habitantes.
- **11AA - Construção da Barragem Fronteiras** - Situada no rio Poti, município de Crateús-CE, a barragem visa o controle de enchentes, o abastecimento da sede de Crateús e comunidades rurais do município, além de garantir a irrigação de uma área de 4.000 hectares, beneficiando uma população de aproximadamente 60.000 pessoas.
- **20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas** - Nesse contexto, a ideia é cumprir despesas com taxas, impostos e contribuições decorrentes da operação da infraestrutura, custeio operacional e administrativo, execução de estudos e obras complementares, além da prestação de assistência técnica. O objetivo é garantir uma reserva hídrica para usos múltiplos, bem como assegurar o abastecimento em quantidade e qualidade a toda a população de forma sustentável.
- **21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas** - Despesas a serem realizadas com a recuperação, modernização e adequação de infraestruturas hídricas, em especial, de barragens, visando a reabilitação de infraestruturas com foco na prevenção de desastres.

AMBIENTE EXTERNO

Os fatores meteorológicos e climáticos favoráveis possibilitaram o aporte de água nos principais reservatórios sob a responsabilidade da autarquia e influenciaram positivamente a atuação da autarquia no exercício de 2022. Os principais reservatórios monitorados estão com volume acumulado de 10,57 bilhões de m³ de água (38,69%), em comparação com o ano de 2021 (33,22%), o que possibilitou produzir 12,5 milhões de alevinos, promover peixamento de açudes e a melhoria de condições de produção para os perímetros de irrigação, além de abastecimento de maneira satisfatória de cidades e da população difusa da região semiárida.

- De acordo com o Monitor de Secas¹, “na Região Nordeste, devido às anomalias positivas de precipitação registradas nos últimos meses, houve atenuação na condição de seca, que passou de moderada (S1) para seca fraca (S0) em uma pequena porção do oeste da Bahia, do sul do Rio Grande do Norte, e do norte da Paraíba, além do recuo da seca fraca (S0) na Bahia, Ceará, Maranhão e Paraíba, e o desaparecimento da seca fraca (S0) no Maranhão, Piauí e Sergipe. Também houve o desaparecimento de seca no nordeste e sudoeste da Bahia. Por outro lado, devido à piora nos indicadores, houve o surgimento de seca fraca (S0) no nordeste do Rio Grande do Norte.”

Com a finalidade de executar ações de responsabilidade do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional, extra OGU 2022, o DNOCS celebrou 27 (vinte e sete) Termos de Execução Descentralizada (TED), com valores descentralizados na ordem de R\$ 114.000.000,00 (cento e quatorze milhões de reais).

O Centro de Pesquisas em Aquicultura ministrou capacitação para piscicultores, estudantes universitários da área e alunos de escolas públicas. É grande o interesse de conhecer e de se aperfeiçoar no cultivo intensivo e comercialização, agregando valor, por meio da filetagem do pescado e da confecção de produtos à base de peixe.

Em relação à questão orçamentária, uma das dificuldades enfrentadas pelo DNOCS é o decréscimo gradativo de limites destinados a despesas discricionárias no momento da elaboração da proposta de Projeto de Lei Orçamentária, refletindo severamente na disponibilização de recursos para as ações finalísticas, principalmente, relacionadas a investimentos, causando paralisações e/ou aumento de custos de projetos (obras) e atividades, em decorrência da inadequação na disponibilidade dos recursos orçamentários e humanos pela falta de reposição da força de trabalho.

Ainda sobre a questão orçamentária, a divergência entre a liberação de créditos e o cronograma das obras e serviços em execução, dificulta a gestão de contratos, seja pela demora da liberação ou pelos contingenciamentos, exigindo adaptações e replanejamentos. Um exemplo disso foi a suplementação ocorrida através da Portaria SETO/ME Nº 11.258, de 29 de dezembro de 2022 que suplementou em R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) de custeio na ação Administração da Unidade e R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) de investimentos na ação Reabilitação de Barragens e de outras infraestruturas hídricas (ver tabela a seguir) oportunizando um montante significativo de despesas inscritas em Restos a Pagar e comprometendo a execução financeira para o exercício seguinte.

O ano de 2022 representou o final de um período de governo (2019-2022) e o Plano Plurianual tem sua vigência até 2023, ultrapassando para o novo período. Para se aproximar dos objetivos estratégicos do futuro PPA, o Planejamento Estratégico da Instituição, vigente até 2024 deverá ser revisado e alinhado aos objetivos do próximo ciclo de PPA, em 2023¹.

¹https://ana-monitor-secas-files.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/mapas/Sintese_Tracado_122022.pdf

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Seguindo as orientações constantes no Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado, os dados e informações apresentados nesse documento tomam por base: diretrizes, objetivos e metas relativos aos instrumentos de gestão. Notadamente são percebidos no Plano Plurianual- PPA, além da LDO e LOA, pois os programas e as ações do Planejamento Estratégico do DNOCS são baseados nos referidos instrumentos.

No que tange os aspectos legais, a área finalística contribui para o alcance de metas dos programas de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.

O Planejamento Estratégico Institucional do DNOCS busca construir um instrumento de planificação que expresse o atendimento das demandas em ações que propicie a geração de valor público em suas entregas efetivas para as populações atendidas.

Assim, o presente relatório tenciona expressar os resultados de maior relevância e impacto nas entregas, considerando os limites orçamentários disponíveis e o cronograma de liberação de recursos financeiros estabelecidos pelos órgãos setoriais (Ministérios).

A figura seguinte demonstra a metodologia utilizada na recepção, consolidação e formalização de dados e informações coletadas durante o processo de elaboração do presente relatório.



MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES





RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O DNOCS vem prosseguindo com o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão de riscos e, consequentemente, com a identificação e execução dos respectivos controles internos, de forma a fortalecer a sua capacidade de entrega, que visa o alcance dos objetivos estratégicos.

Um exemplo da atuação do DNOCS nessa área foi a elaboração, no ano de 2022, do Plano de Gestão de Riscos Integrada para Projetos de Irrigação – PGR- I de Irrigação.

O PGR-I permite identificar os eventos de risco, suas possíveis causas e consequências, e, se preciso, deflagrar as ações de controle externo requeridas para o afastamento das ameaças.

Os eventos de riscos identificados para Projetos de Irrigação estão descritos a seguir.

Eventos de Risco – Projetos de Irrigação
Concorrer para uma contratação/aquisição com sobrepreço.
Não especificar de forma eficaz os requisitos de levantamentos topográficos para a contratação do projeto.
Concorrer para o recebimento de projetos deficientes.
Realizar ajustes em caminhamentos de adutoras/canais/drenos propostos pelo projeto
Os limites legais de aditivos qualitativos e quantitativos não serem suficientes para as correções dos projetos de irrigação.
Existir dificuldades em obter autorizações para realizar interferências em áreas fiscalizadas por outros órgãos, federais ou estaduais.
Ter patrimônio da obra furtado/avariados/perdas de garantia.
Atrasar a disponibilidade para execução orçamentária ao longo da execução do projeto, não abarcando as medições
Ocorrer descompasso entre o abastecimento de materiais e a ocasião de uso.
Existir dificuldades por parte das concessionárias para liberação de infraestrutura elétrica.
Ocorrer atrasos na entrega da obra

Em 2022, iniciaram-se diversos trabalhos de estruturação de rotinas na área de Gestão de Pessoas. Diversos eventos de risco foram identificados, bem como foram estabelecidos controles internos e estruturados processos de trabalho.

Para o Processo de Trabalho de Concessão de Pensões, foram identificados os seguintes eventos de riscos.

Eventos de Risco – Concessão de Pensões
Conceder pensão sem conformidade.
Acúmulo indevido de benefícios
Ocorrer concessão de pensão para beneficiário indevido (cônjuge)
Receber documentos fraudados.

Nessa esteira, o Serviço de Governança Institucional começou em 2022, a executar ações de controle interno à nível de segunda linha de defesa, iniciando assim a execução dos controles relacionados ao Plano de Gestão de Riscos Integrada – PGR-I, para os macroprocessos de contratações e aquisições e transferências voluntárias.

O quadro a seguir traz as informações referentes ao tratamento de riscos acima citado, no que se refere ao macroprocesso de contratações e aquisições.

Eventos de Risco	Controle Interno envolvido	Gatilhos
Não conseguir contratar em tempo hábil.	Verificar o atendimento dos marcos iniciais e parciais.	Não cumprimento do marco inicial. Não cumprimento do primeiro marco parcial.
Ocorrer Contratação emergencial.	Verificar o atendimento dos marcos iniciais e parciais.	Não cumprir pelo menos dois marcos
Ocorrer prorrogação Excepcional.	Verificar o atendimento dos marcos iniciais e parciais.	Não cumprir pelo menos dois marcos

Já no quadro a seguir, estão informações referentes ao tratamento de riscos antes citado, no que se refere ao macroprocesso de transferências voluntárias.

Eventos de Risco	Controle Interno envolvido	Gatilhos
Demorar excessivamente para analisar uma prestação de contas que seria conclusa pela irregularidade.	Checar a existência de vinculação entre processos de formalização da Transferência voluntária, de pagamento e de contratação. Conferir a existência no processo, de registros de evidências da execução do objeto.	Inexistência de vinculação de processos. Inexistência de evidência da execução do objeto, na instrução processual.
Não conseguir finalizar a análise de uma prestação de contas que seria conclusa pela irregularidade.	Checar a existência de vinculação entre processos de formalização da Transferência voluntária, de pagamento e de contratação. Conferir a existência no processo, de registros de evidências da execução do objeto.	Inexistência de vinculação de processos. Inexistência de evidência da execução do objeto, na instrução processual.
Não conseguir exigir reparação de má execução do objeto da transferência voluntária.	Checar a existência de vinculação entre processos de formalização da Transferência voluntária, de pagamento e de contratação. Conferir a existência no processo, de registros de evidências da execução do objeto.	Inexistência de vinculação de processos. Inexistência de evidência da execução do objeto, na instrução processual.

As análises dos controles internos e priorização das ações de resposta. Seguiram a metodologia contida na Política de Gestão de Risco Integrada, dada pela Portaria nº 413 DG, de 15 de dezembro de 2020.

Para efeito de priorização, os riscos inerentes e residuais foram seguidas as representações contidas na matriz de probabilidade e impacto contida na Política de Gestão de Riscos do DNOCS, conforme figura abaixo.

Probabilidade						
Muito Alta	5	5	10	15	20	25
Alta	4	4	8	12	16	20
Moderada	3	3	6	9	12	15
Baixa	2	2	4	6	8	10
Muito Baixa	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
		Impacto				

Conforme representado na Matriz de Probabilidade e Impacto acima, a Política de Gestão de Riscos do DNOCS e conjunto com a sua Declaração de Appetite a Risco, foram definidos os limites de apetite a risco da instituição da seguinte forma:

Limite do Nível do Risco	
4 => Baixo	9 < Alto +=< 19
4 < Moderado =< 9	19 < Muito Alto

Observa-se que em 2022 o DNOCS evoluiu suas ações voltadas para a gestão de riscos executando atividades de controles interno, em termos da segunda linha de defesa, fato que deve ganhar mais importância em 2023 e nos anos que se seguirão.

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS - REALIDADE DE ALCANCE SOCIAL

As ações desenvolvidas pela Ouvidoria demonstram que todas as demandas externas recebidas foram atentamente consideradas e receberam respostas as mais satisfatórias possíveis. Internamente, foram apresentadas recomendações destinadas a contribuir para a promoção da integridade e da melhoria dos serviços prestados pela Autarquia.



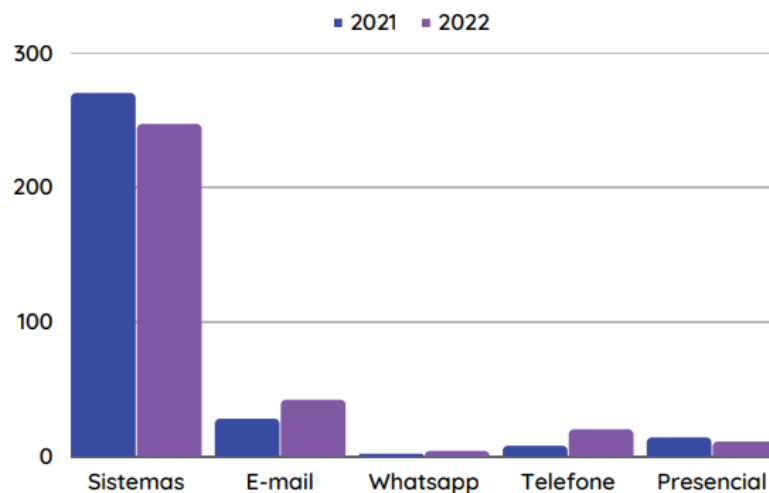
Figura 1: Tipos de manifestação

A Ouvidoria do DNOCS é a unidade responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de informações relativos às políticas e ações desenvolvidas pela Autarquia.

A seguir é possível constatar os tipos e a frequência das manifestações encaminhadas à Ouvidoria do DNOCS.

A atuação da Ouvidoria é tanto externa quanto interna, e os meios para recepcionar as manifestações encaminhadas pelos cidadãos estão presentes em diversos canais de atendimento eletrônico ou presencial.

A figura a seguir demonstra a estratificação por canais de entrada da ouvidoria, e faz ainda um comparativo entre anos de 2021 e 2022.



2021: Total de demandas 322

Sistemas 270
E-mail 28
WhatsApp 02
Telefone 08
Presencial 14

2022: Total de demandas 324

Sistemas 247
E-mail 42
WhatsApp 04
Telefone 20
Presencial 11

Figura 2: Estratificação por canais de entrada da Ouvidoria nos anos de 2021 e 2022.

Segundo o Artigo 16 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, o prazo para o atendimento dos requerimentos apresentados à Ouvidoria é de trinta (30) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual período

O tempo médio de resposta por parte do DNOCS para as manifestações recebidas em 2022 foi de 20 a 31 dias. Pelo tempo médio de atendimento, a Ouvidoria do DNOCS, observado o prazo médio previsto em lei.

Depois do atendimento recebido na Plataforma Fala.BR, o nível de satisfação dos usuários que buscaram atendimento na Ouvidoria da Autarquia – dezessete (17) respostas – é apresentado a seguir:



Figura 3: Satisfação dos usuários no ano de 2022.3



Ainda considerando a satisfação do usuário, quanto a clareza e a eficiência as resposta ofertada, foi gerado o seguinte dado:

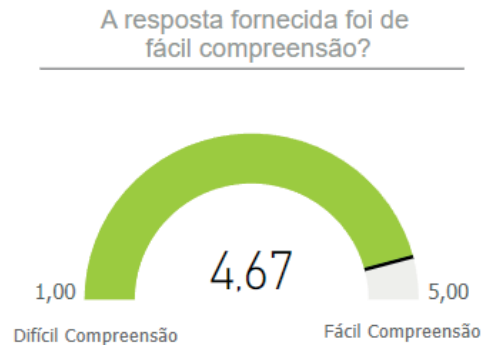


Figura 4: Eficiência das respostas no ano de 2022.

A figura seguinte mostra a série histórica do recebimento das manifestações de Ouvidoria, de 2021 a 2022, destacando um aumento nas demandas encaminhadas diretamente pelo sistema da CGU e redução na demanda presencial. Ressalta-se que mesmo quando o canal de acesso é presencial ou por telefone, a demanda é incluída no sistema FALA.BR, para fins de acompanhamento e retorno mais eficiente para o usuário.

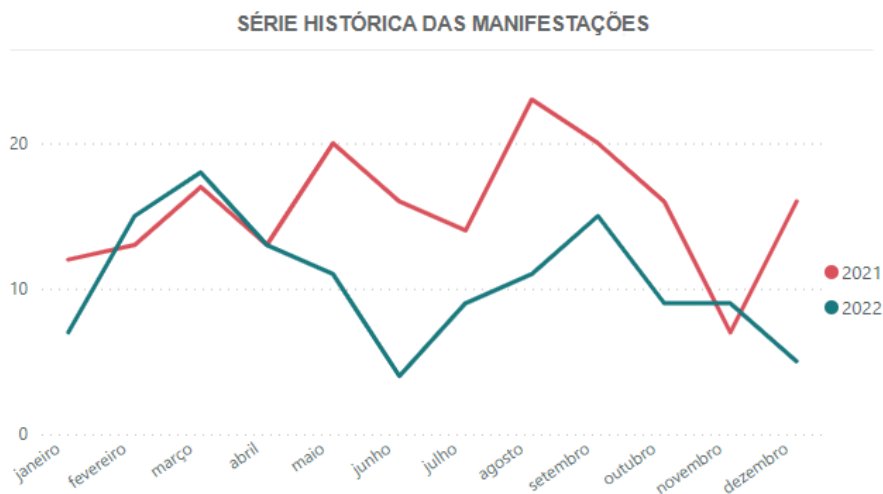


Figura 5: Série histórica de manifestações em 2021 e 2022.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANOS AO ERÁRIO - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS

Até 26/10/2022, as atividades correcionais foram conduzidas pelo Núcleo de Correição, sob a coordenação do gabinete da direção geral. A partir de 27/10/2022, com a criação do Serviço de Correição pelo Decreto nº 11.198/22, os assuntos da área passaram a ser da competência direta da Unidade, distribuídas em duas subunidades, o que melhorou o fluxo de processos e a obtenção de maiores resultados.

O quadro abaixo reflete a quantidade de processos de sindicâncias existentes no início e no final do ano, sem considerar os casos iniciados e concluídos no decorrer do período.

Processos	Quantidade em 01 jan de 2022	Quantidade em 31 dez 2022
Sindicâncias	2	1
PAD	26	21

Fonte: Serviço de Correição.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURRAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANO AO ERÁRIO

As ações de competência da área correcional, quando identificada a necessidade de apuração, são iniciadas nas modalidades de sindicância

investigativa ou punitiva ou diretamente pelo Processo Administrativo Disciplinar – PAD, em rito sumário ou ordinário.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de processos relacionados à apuração de responsabilidades, cuja conduta do(s) agente(s) público ocasionou lesão ao Erário público, no ano de 2022.

Processos	A Instaurar	Instaurados	Em instrução	Aguardando Julgamento	Julgados
Sindicâncias	1	0	0	0	0
PAD	8	2	14	2	3

Fonte: Serviço de Correição.

Outra competência da área correcional, diz respeito à apuração de conduta de ente privado, cujo procedimento de investigação é conduzido através de Processos Administrativos de Responsabilização – PAR. O quadro abaixo reflete a quantidade de casos dessa natureza no ano de 2022.

Processos	A Instaurar	Instaurados	Em instrução	Aguardando Julgamento	Julgados
PAR	0	0	2	0	0

Fonte: Serviço de Correição.

QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS ANALISADOS PARA SUBSIDIAR A AUTORIDADE COMPETENTE QUANTO A INSTAURAÇÃO DE APURAÇÕES 2022:

PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS
DISCIPLINARES

13

SINDICÂNCIAS

1

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIAS DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O contato entre os cidadãos e a Ouvidoria ocorre de diferentes formas, sendo a principal delas a Plataforma Fala.BR



Os demais canais entre a Ouvidoria do DNOCS e a sociedade são:

E-mail institucional: ouvidoria@dnocs.gov.br

Telefone da Ouvidoria: (85) 3391.5198 ou (85) 3391.5381

Atendimento presencial:

Edifício Sede Administração Central DNOCS

Av. Duque de Caxias, 1700 - Centro.

Térreo, Portaria Principal - Sala da Ouvidoria.

Site: gov.br/dnocs

E-mail: comunicacao@dnocs.com.br

Twitter: @dnocsbrasil

Youtube: /dnocsoficial

Facebook: /dnocsgovbr

Instagram: @dnocsoficial

Carta de Serviço ao Cidadão:

https://www.gov.br/dnocs/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/copy_of_carta-de-servicos-ao-cidadao/cartadeservicos-red.pdf/view

OPORTUNIDADES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS



No exercício de 2022 representa o segundo ano do Plano Estratégico Institucional, terceiro ano do PPA 2020-2023 e o final de um ciclo de quatro anos de governo (2019-2022). O principal desafio do DNOCS é a urgente necessidade de recomposição de sua força de trabalho, com 2/3 composta, atualmente, por servidores aptos a se aposentarem. Identificamos que para enfrentar essa questão é importante rever seus processos de trabalho para melhoria da gestão e promover concurso público.

A missão da instituição, de *“promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nas áreas suscetíveis à escassez hídrica”*, é resultado do conjunto de normativos que a regem, materializada em sua vocação centenária de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações na sua área de influência, de forma sustentável, visando a melhor convivência do homem no semiárido.

É imprescindível que seja feita a avaliação do atual Plano Estratégico Institucional 2021-2024, para compatibilização com o Plano Plurianual a ser elaborado em 2023 (2024 – 2027), bem como a priorização de ações para o novo Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional.

As oportunidades mais relevantes para o DNOCS estão relacionadas à área ambiental, em especial energias renováveis e combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, democratização do acesso água, no segmento da aquicultura, com a necessária recuperação de algumas estações de piscicultura, para ampliação da produção de alevinos e a conclusão de obras inacabadas, para proporcionar o aumento da capacidade operacional das áreas de irrigação.

Os indicadores de monitoramento apontam os desafios da perspectiva finalística, para melhoria dos seguintes objetivos*:

- Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola, cujo indicador é a rentabilidade da área irrigável (valor bruto da produção/área irrigável), decrescente, em relação ao ano anterior e abaixo da meta.
- Receitas geradas pelos distritos: decrescente, em relação ao ano anterior e abaixo da meta.
- Efetuar monitoramento hidrológico e a segurança hidráulica dos reservatórios construídos, cujo indicador é o percentual de barragens inspecionadas. Cabe ressaltar que esta ação é obrigação legal e todas as barragens devem ser inspecionadas, para a classificação dos riscos pela Agência Nacional de Águas (ANA). A inspeção regular resulta em menores gastos com recuperação.

Neste exercício houve avanço institucional, fruto de readequação de sua estrutura organizacional, nas áreas de correição e governança. As referidas unidades já funcionavam precariamente e a regulamentação por meio de Decreto, fortaleceu a autarquia.

*<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/transparencia/prestacao-de-contas/gdi/relatorio-gerencial-agosto-2021>



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



ESTRATÉGIA

O processo de Planejamento Estratégico Institucional (PEI), do Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS), como expressão do planejamento seccional da Autarquia, é coordenado e executado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPE), que exerce, mediante sua Divisão de Gestão Estratégica (CPGE/DGE) e o Serviço de Planejamento e Monitoramento Estratégico (DGE/PE), as funções de órgão seccional dos sistemas de planejamento e de organização e inovação institucional. O exercício de 2022 foi marcado pelo processo de maturação do processo de monitoramento do Plano Estratégico Institucional 2021/2024.

Esse processo é composto das etapas/subprocessos: elaboração, monitoramento e avaliação da estratégia que em seu 1º ciclo, contou com a participação de representantes das unidades competentes do comitê de Governança do DNOCS. São eles, Diretoria-Geral, Diretoria de Infraestrutura Hídrica, Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção e Diretoria Administrativa.

Todos os instrumentos estratégicos, como a Cadeia de Valor Integrada, o Mapa Estratégico, o Portfólio de Projetos Estratégicos, os Indicadores e Metas, resultantes do processo de PEI/DNOCS são aprovados pelo Comitê de Governança. Dentre os desafios existentes nesse 1º Ciclo de PEI-ME, destaca-se a necessidade de definir a estratégia de uma Autarquia tão complexa e heterogênea, com atuação em 10 (dez) Estados da federação (MA, PI, CE, RN, PB, PE, BA, SE, AL, MG), de modo a produzir um documento que seja capaz de integrar e desdobrar o planejamento governamental do DNOCS para o período 2021/2024 (projetos, objetivos, metas e indicadores), tendo como ações melhorar a tomada de decisão de seus dirigentes, por meio de monitoramento e avaliação de resultados, tendo em vista dar transparência para a sociedade a respeito da implementação das políticas públicas de responsabilidade da Autarquia.

Após o processo de elaboração ter sido finalizado no mesmo exercício em que entrou em vigor (2021), o exercício de 2022 evidenciou a continuidade do processo de monitoramento do PEI, culminando com a elaboração do Relatório de Avaliação da Estratégia (RAE) que consolida a análise e estabelece julgamento sobre o desempenho dos indicadores e projetos, bem como sua continuidade, revisão ou cancelamento. Logo abaixo pontuam-se os objetivos estratégicos organizados por perspectiva e descritos de acordo com suas metas.

PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS	
Descrição da perspectiva: o alcance desses objetivos acontece a partir da superação dos desafios traduzidos nas perspectivas anteriores, portanto são considerados consequências ou efeitos que são atingidos a partir do sucesso das ações e dos projetos relacionados aos objetivos de processos internos e infraestrutura e aprendizado.	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO / META
1. Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Promover a operação da rede de estações de monitoramento, bem como a coleta e a análise dos dados objetivando a elaboração de cenários futuros através do acompanhamento das condições hidrológicas dos principais reservatórios, de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras com o objetivo de minimizar os efeitos de secas e inundações
2. Construir novas infraestruturas estratégicas destinadas à ampliação da oferta de água para usos múltiplos Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Coordenação da implementação das obras de infraestrutura hídrica e as ações complementares, o controle e o acompanhamento das obras e serviços e a análise das medições de serviços
3. Implantar sistemas simplificados de abastecimento voltados à população difusa Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Implantação de estruturas denominadas simplificadas: poços, adutoras emergenciais, cisternas e sistemas denominados simplificados
4. Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola Programa PPA: 2203 – Pesquisa e inovação agropecuária	Aproveitamento das áreas a montante dos açudes públicos, as áreas agricultáveis não irrigáveis e desenvolvimento das atividades de aquíicultura e pesca, tanto na área de fomento como na de pesquisa e produção
5. Executar transferência de tecnologia na área de produção Programa PPA: 2203 – Pesquisa e inovação agropecuária	Realização de estudos, pesquisas e difusão de tecnologias nas áreas de desenvolvimento agrícola, de aquíicultura e atividades afins

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Descrição da perspectiva: a organização dos processos internos no mapa apresenta duas linhas: a linha inferior representa os processos meio da Autarquia (macroprocessos de governança e suporte da cadeia de valor), portanto a contribuição direta seria das áreas meio; já na linha superior estão representados os macroprocessos finalísticos da cadeia de valor, com a contribuição direta das unidades finalísticas da Autarquia.	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO/META
9. Efetuar o monitoramento e a segurança de barragens Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Promoção do acompanhamento das condições de segurança e manutenção das obras de infraestrutura hídrica e a operação da rede de estações de monitoramento, bem como a coleta e análise dos dados objetivando a elaboração de cenários futuros, além da elaboração e análise dos planos regionais de operação, manutenção e segurança de obras de infraestrutura hídrica, incluindo atividades de manutenção preventiva e corretiva, análise e avaliação de riscos e planos de ação emergencial em casos de acidentes
10. Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Realização de estudos de avaliação permanente da oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios, bem como proposição de normas de operação de sistemas de monitoramento de reservatórios e implantação de sistemas de sensoriamento remoto, realização das análises de disponibilidade hídrica para subsidiar as tomadas de decisão com vistas à elaboração de projetos hídricos e elaboração de balanços e projeções de oferta e demanda, a curto e longo prazo, dos reservatórios nos níveis estadual e regional
11. Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido Programa PPA: 2217 – Desenvolvimento regional e territorial	Realização do aproveitamento de áreas de montante, do desenvolvimento tecnológico e ambiental, dos estudos para identificação e recuperação de áreas degradadas, execução de estudos ambientais e implantação de poços, adutoras emergenciais, cisternas e sistemas simplificados
12. Disseminar conhecimento tecnológico na área de produção	Promover o desenvolvimento de pesquisas e estudos, a geração e difusão

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Descrição da perspectiva: a organização dos processos internos no mapa apresenta duas linhas: a linha inferior representa os processos meio da Autarquia (macroprocessos de governança e suporte da cadeia de valor), portanto a contribuição direta seria das áreas meio; já na linha superior estão representados os macroprocessos finalísticos da cadeia de valor, com a contribuição direta das unidades finalísticas da Autarquia.	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO/META
6. Executar planos e projetos de irrigação Programa PPA: 2217 – Desenvolvimento regional e territorial	Promoção, coordenação e supervisão das ações de operações agrícolas, com base no emprego da irrigação, no aproveitamento das áreas de montante dos açudes públicos e das áreas de sequeiro, considerados os aspectos tecnológicos, socioeconômicos e ambientais
7. Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica Programa PPA: 2221 – Recursos hídricos	Coordenação da análise de anteprojetos, projetos básicos e executivos, a implementação de sistemas de monitoramento hidrológico e a realização de estudos básicos e de meio ambiente de obras de infraestrutura hídrica, de aproveitamento hidroagrícola e aquícola e de obras civis complementares. Também coordenação e análise dos orçamentos, a implementação das obras de infraestrutura hídrica e as ações complementares, o controle e o acompanhamento das obras e serviços, a análise das medições de serviços, o desenvolvimento de ações de segurança, a operação e a manutenção dos sistemas hídricos implantados, os procedimentos operacionais e emergenciais em situações de risco e a análise dos termos de recebimento de contratos de obras e serviços
8. Promover o desenvolvimento da pesca, aquíicultura e atividades afins Programa PPA: 2203 – Pesquisa e inovação agropecuária	Coordenação e supervisão das ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de assistência técnica às comunidades usuárias, de fomento à produção da pesca e da aquíicultura em águas continentais e de monitoramento e controle estatístico

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Descrição da perspectiva: a organização dos processos internos no mapa apresenta duas linhas: a linha inferior representa os processos meio da Autarquia (macroprocessos de governança e suporte da cadeia de valor), portanto a contribuição direta seria das áreas meio; já na linha superior estão representados os macroprocessos finalísticos da cadeia de valor, com a contribuição direta das unidades finalísticas da Autarquia.	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO/META
Programa PPA: 2203 – Pesquisa e inovação agropecuária	de tecnologias e o fomento à produção e à capacitação
13. Otimizar os processos de trabalho Programa PPA: N/A	Aperfeiçoar mapeamento, priorização e automação dos processos de trabalho, identificando os gargalos que afetam a produtividade e o seu resultado final, proporcionando sua melhoria contínua e o alinhamento entre as unidades do DNOCS
14. Fortalecer a governança institucional Programa PPA: N/A	Criar e disciplinar mecanismos de liderança, estratégias e controles que assegurem o adequado monitoramento da execução dos processos finalísticos, de governança e de suporte pelos respectivos gestores, avaliando os resultados obtidos frente aos objetivos propostos com vistas à correção de eventuais desvios por meio da identificação e gerenciamento dos riscos inerentes a esses processos
15. Promover a transformação digital dos serviços e dados Programa PPA: N/A	Desenvolver e implementar ações para a adequação da atuação governamental aos desafios impostos pelas transformações na economia e na sociedade, demandadas pelo ambiente digital, com foco no papel do governo em ser habilitador e facilitador dessa digitalização no setor produtivo do país e na atuação do Estado como prestador de serviços e garantidor de direitos
16. Aprimorar o acesso à informação, a comunicação e o atendimento ao público Programa PPA: 0910 – Gestão da participação em organismos e	Fomentar projetos e ações para o fortalecimento do exercício do direito à informação, à transparência, à comunicação e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem clara, objetiva e acessível em canais apropriados, consideradas as características da população a que se dirige

No tocante a vinculação dos objetivos estratégicos da Autarquia aos de outros Órgãos, destacamos o alinhamento à política pública do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, conforme quadro abaixo:

Ministério do Desenvolvimento Regional		DNOCS
Eixos de política pública	Subeixo	Macroprocessos finalísticos
Segurança hídrica	Acesso à água (disponibilidade hídrica)	Efetuar a segurança de obras hidráulicas
	Revitalização de bacias hidrográficas	Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica
	Segurança de barragens	Avaliar permanente da oferta hídrica e estocagem dos reservatórios
Planejamento e desenvolvimento produtivo e regional	Fomento ao desenvolvimento produtivo e regional	Disseminar conhecimento tecnológico na área de produção
	Planejamento para desenvolvimento regional	Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido
	Irrigação	Desenvolvimento da aquicultura e atividades afins
		Execução de planos e projetos de irrigação



PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Descrição da perspectiva: a organização dos processos internos no mapa apresenta duas linhas: a linha inferior representa os processos meio da Autarquia (macroprocessos de governança e suporte da cadeia de valor), portanto a contribuição direta seria das áreas meio; já na linha superior estão representados os macroprocessos finalísticos da cadeia de valor, com a contribuição direta das unidades finalísticas da Autarquia.	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO/META
executivo	a incorporação de novas tecnologias, a qualificação para o trabalho, o aperfeiçoamento dos processos institucionais relativos ao tema, visando ao desenvolvimento, à valorização e ao engajamento dos servidores em exercício no DNOCS
18. Assegurar a logística institucional Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Desenvolver e assegurar que as ações e os projetos de patrimônio, serviços gerais e licitação estejam alinhadas às melhores práticas estabelecidas e que facilitem a consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia
19. Aprimorar a gestão, os serviços, as soluções e a segurança da informação de TIC Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Desenvolver e implementar ações e programas com foco no desenvolvimento de serviços e soluções de tecnologias de informação e comunicação, alinhados à estratégia institucional, estreitar a comunicação e estabelecer parcerias com as áreas de negócio, de forma a impactar positivamente nos serviços ofertados pelo DNOCS, de forma a garantir a segurança das informações trabalhadas e armazenadas nessas soluções
20. Otimizar gestão orçamentária, financeira e de transferências Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Realizar a gestão orçamentária, financeira e de transferências do DNOCS, oferecendo apoio técnico para o planejamento, a execução e a análise dos custos, bem como levantar informações confiáveis e atualizadas sobre o tema, proporcionando subsídios para que os gestores realizem seus projetos e ações para o melhor atendimento às demandas da sociedade

Alinhamento com outros Planos e Programas

Além disso, há objetivos estratégicos que indicam a atuação do DNOCS em conformidade com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), conforme os eixos relacionados a seguir:

ENDES x DNOCS	
Eixo	Objetivos Estratégicos Envolvidos
Econômico: alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental	Promover o desenvolvimento da aquicultura e atividades afins
Institucional: aprimorar a governança do Estado, com foco na melhoria da entrega de serviços públicos ao cidadão, do ambiente de negócios e na garantia da soberania nacional	- Promover a transformação digital dos serviços e dados - Fortalecer a governança institucional - Aprimorar o acesso à informação, a comunicação e o atendimento ao público - Desenvolver e otimizar a gestão de pessoas - Assegurar a logística institucional - Aprimorar os serviços, as soluções de TI e a segurança da informação - Otimizar gestão orçamentária, financeira e de transferências
Infraestrutura: fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional	- Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios - Efetuar o monitoramento e a segurança de barragens - Executar planos e projetos de irrigação - Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica
Ambiental: promover o uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social	Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido
Social: ofertar o bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais e regionais	Disseminar conhecimento tecnológico na área de produção

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

Capacidade de gerar valor

Conforme o Referencial de Governança, do Tribunal de Contas da União (TCU), sob a perspectiva de atividades intraorganizacionais, a governança pode ser entendida como o sistema pelo qual os recursos de uma organização são dirigidos, controlados e avaliados.

Sob esta perspectiva, o trabalho citado informa que são analisados os processos decisórios, as estruturas específicas de governança e as relações intraorganizacionais, que visam, entre outras coisas, otimizar o uso de recursos, reduzir riscos e agregar valor a órgãos e entidades e contribuir para o alcance de resultados esperados por partes interessadas internas e externas à organização.

O processo de geração de valor público, está representado de uma forma simplificada na figura a seguir.

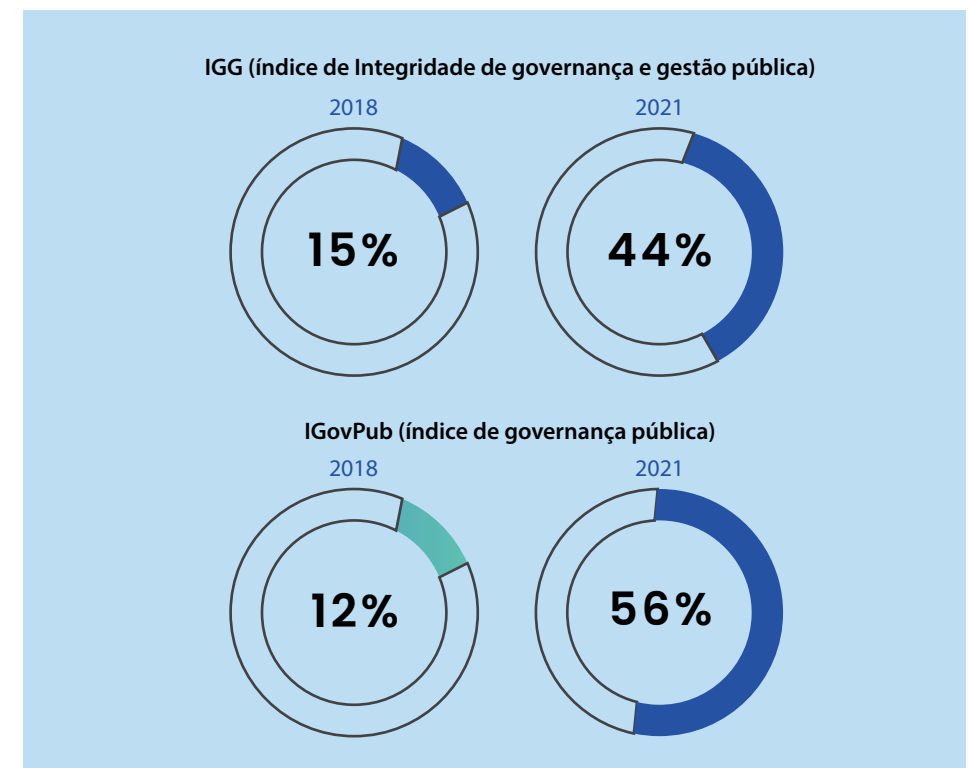


A geração de valor público pelas atividades finalísticas é apoiada pelos conjuntos de macroprocessos gerenciais e de suporte.

O valor público gerado pelo DNOCS está detalhado na seção que trata dos resultados e do desempenho da gestão.

Toda a estrutura que permeia a cadeia de valor do DNOCS, o conjunto de ferramentas e mecanismos que colaboram com o processo de gestão da Autarquia formam o sistema de governança do órgão.

Conforme levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União, o DNOCS tem evoluído, significativamente, na estruturação e no aperfeiçoamento do seu modelo de governança, conforme pode ser visto nos resultados abaixo.



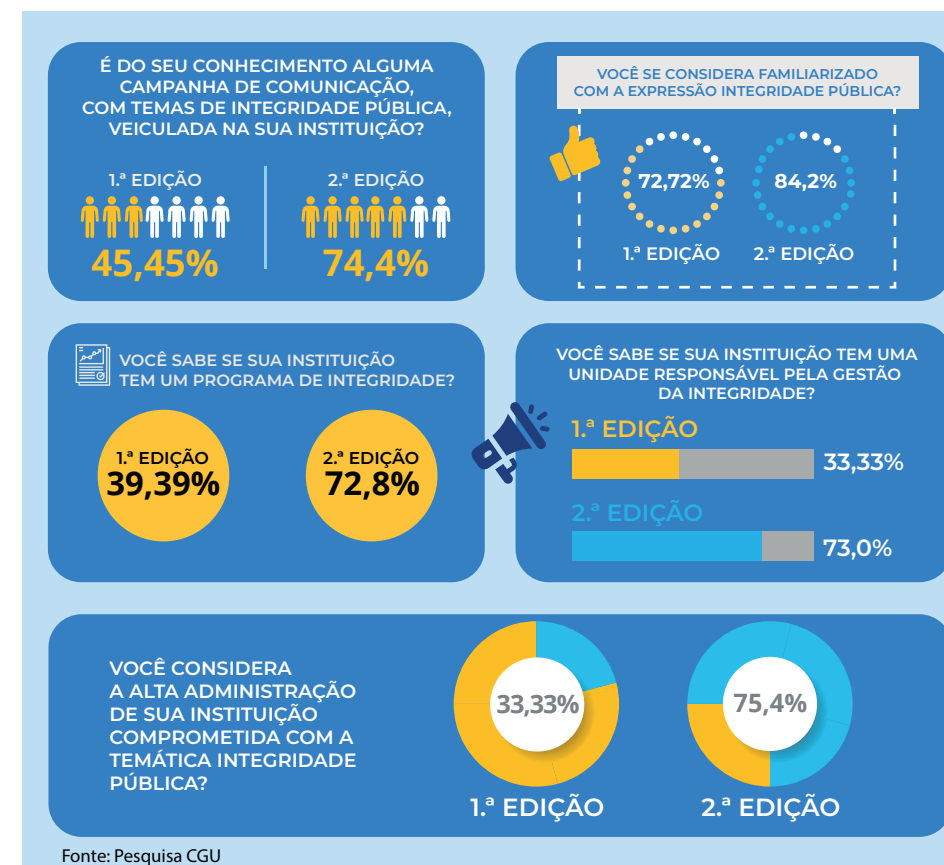
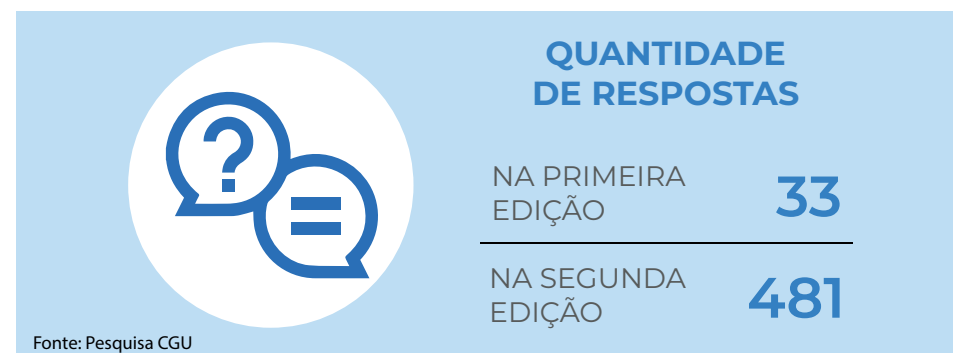
Revisitar os resultados obtidos entre 2018 e 2020, publicados em 2021, e levar em conta a adoção das ações descritas na seção Gestão de Riscos e Controles Internos, criam uma expectativa de que, na avaliação do exercício de 2022, o TCU considere que houve uma evolução significativa.

Integridade pública

Conforme o Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017, valor público são os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que represente respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e que modifique aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos, reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

Dessa forma, a capacidade de gerar valor pelo DNOCS passa, necessariamente, pela capacidade de fortalecer ações de integridade pública dentro do processo de gerir, administrar os ativos e os recursos públicos.

O levantamento da Controladoria Geral da União (CGU) sobre a percepção do tema integridade pública no âmbito do DNOCS, constatou uma grande evolução nesse tema.



Esses resultados apontados pela CGU, em 2022, está de acordo com levantamento realizado pelo TCU, apresentado no ano anterior, conforme gráfico abaixo.



Transparência

Com a edição do Decreto n.º 11.198, de 15 de setembro de 2022, foi estruturada a Ouvidoria DNOCS à nível de serviço, de que resultou o aperfeiçoamento da unidade existente. Uma nova estrutura criada, mais consolidada e ligada ao Gabinete do Diretor Geral. A Ouvidoria DNOCS trabalha com a Plataforma Fala.BR, criada e mantida pela Controladoria Geral da União (CGU), por meio da Portaria CGU n.º 581/2021. Essa ferramenta é de uso obrigatório pelas ouvidorias que fazem parte do SisOuv. Essa obrigatoriedade, porém, não impede que outros sistemas informatizados sejam integrados à Plataforma.

Conforme o Dallari, citado no Referencial de Governança do TCU, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Infere-se que, no contexto público, a sociedade é o “principal”, pois compartilha as percepções de finalidade e valor.

Conforme a ideia repassada pelo Tribunal, a percepção da finalidade e valor, que as instituições públicas foram constituídas para gerar, é de domínio da sociedade. Esta, como principal interessado, deverá exercer o nível de controle a partir de mecanismos de transparências que fortaleçam o aspecto da governança na geração de valor público, possuindo um relacionamento estreito com a seção anterior que trata da geração de valor e integridade.

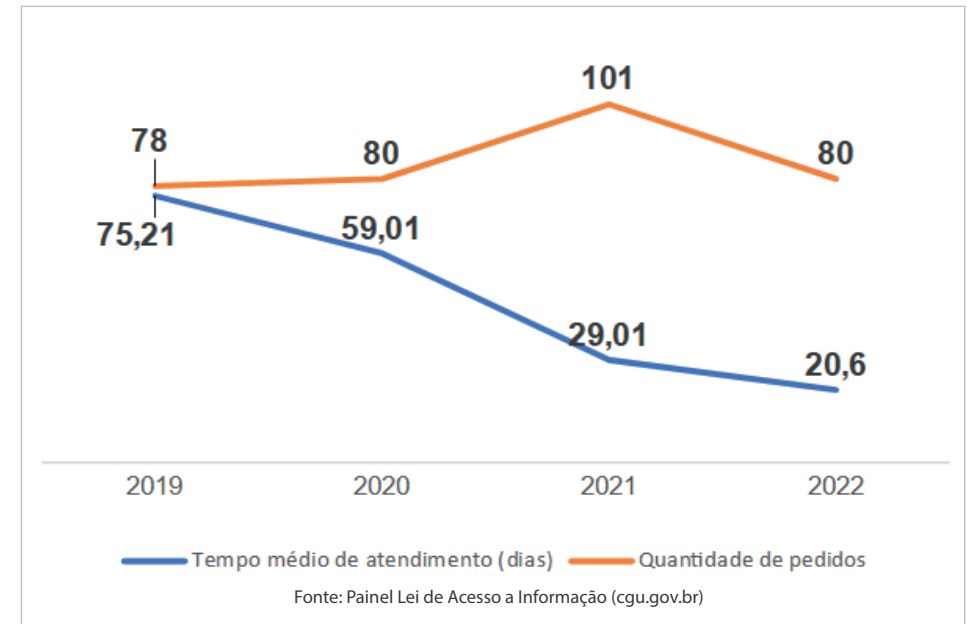
A Ouvidoria DNOCS é uma das instâncias de Integridade, por ser uma unidade que trata dos mecanismos de transparência.

Os resultados da Ouvidoria, em 2022, estão listados a seguir:

Quantidade de demandas realizadas para a Ouvidoria do DNOCS	226
Total de demandas respondidas dentro do Prazo	92%

Fonte: Fala.BR

No gráfico abaixo estão os resultados referentes aos pedidos de acesso à informação, ainda no ano citado:



Observa-se que a Ouvidoria DNOCS tem reduzido drasticamente o tempo médio de resposta de pedidos de acesso à informação, contribuindo assim com os mecanismos de governança relacionados ao controle social, atuando nas verificações da sociedade sobre os processos de geração de valor público da Autarquia.

Ainda conforme o Painel Lei de Acesso a Informação, mantido pela CGU, a respeito da satisfação do usuário demandante, temos as seguintes informações:

A resposta fornecida foi de fácil compreensão?
93,4% responderam que sim.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

A implantação de infraestruturas hídricas, realizadas pelo DNOCS, tem como objetivos ampliar a capacidade de reservação de água na área do semiárido brasileiro, conduzir essa água acumulada para as populações carentes do líquido precioso, por meio de adutoras e ampliando assim a capacidade produtiva utilizando a água armazenada.

As obras de implantação sob a responsabilidade deste Departamento, no ano de 2022, foram:

Construção da Barragem de Oiticica/RN



O sítio barrável está localizado sobre o rio Piranhas-Açu, na Fazenda Oiticica, aproximadamente, 17 km a sudoeste da sede do município de Jucurutu, no estado do Rio Grande do Norte. A construção da Barragem de Oiticica é de extrema importância para a região do Seridó com a finalidade de amenizar o efeito de cheias, visando proporcionar o controle das vazões do Rio Piranhas, reduzindo o risco de inundações no Vale do Açu à jusante da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, e irá integrar o Programa de Integração do rio São Francisco-PISF.

Além disso, visa suprir o déficit hídrico da sub-bacia do rio Seridó a qual responde por 90% do déficit hídrico da bacia do Piranhas/Açu.

A capacidade de acumulação prevista é de 556.258.050 m³, inundando uma área de 6.000 ha. A barragem principal será executada em Concreto Compactado a Rolo (CCR) com altura máxima de 41,00 m dotada de um vertedor central, e duas barragens auxiliares feitas em enrocamento e núcleo argiloso.

O Complexo Oiticica está sendo executado entre o DNOCS e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através de Termo de Compromisso, com a execução das obras sendo realizadas pelo ente estadual.

As obras de construção da Barragem de Oiticica estão avançadas, com 93,27%. A cota de alagamento atualmente é 97,55m, acumulando 16,22 milhões de metros cúbicos, beneficiando a comunidade de Bara de Santana, Jucurutu e entorno.

Além da construção do reservatório, foram concluídas as obras do reassentamento urbano chamado de Nova Barra de Santana e de uma das agrovilas previstas, a Agrovila de Jucurutu.

Implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú/PE-PB



É um empreendimento voltado para o abastecimento humano que envolve a construção de sistema adutor composto por captações no Eixo Leste do PISF e no lago de Itaparica/PE, estações de bombeamento, reservatórios e tubulações, atingindo 596 km de adução entre os Estados de Pernambuco e Paraíba, beneficiando 32 localidades, sendo 20 sedes municipais no Estado de Pernambuco, 3 distritos e 1 povoado, além de 8 municípios no estado da Paraíba.

No ano de 2022 foi dada continuidade à execução das obras, com a execução do Ramal Triunfo-Santa Cruz da Baixa Verde. Esse Ramal tem uma extensão de 24,6 km, já tendo sido assentada tubulação relativa a 22 km. A execução do contrato das obras da 2ª etapa do sistema Adutor do Pajeú encontra-se com um percentual de 70,12% concluídos.

Implantação da 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos/PI



O Projeto Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba/PI, objetiva o aproveitamento hidroagrícola, através de irrigação dos tabuleiros litorâneos de baixa altitude, entre os municípios de Parnaíba, Buriti dos Lopes e Bom Princípio, no estado do Piauí. A fonte hídrica do projeto é o Rio Parnaíba, cujas águas serão captadas na sua margem direita, em local distando, aproximadamente, 12 km a jusante da ponte Jandira.

Atualmente, a implantação da 2ª etapa encontra-se com avanço físico total de cerca de 87%, tendo sido executados serviços de aquisição e instalação de equipamentos hidromecânicos e obras civis nos canais de distribuição, estações de bombeamento, execução da rede pressurizada e das cercas da poligonal do projeto, além da adoção das providências relativas a implantação de redes elétricas para funcionamento dos equipamentos.

Construção da Barragem Fronteiras/CE



A Barragem Fronteiras está situada na microrregião do Sertão de Crateús, na região oeste do estado do Ceará. A finalidade principal será o suprimento d'água para os distritos e povoados da zona rural, e reforço do sistema de abastecimento do principal aglomerado urbano de Crateús, bem como de outras cidades integrantes da região.

No ano de 2022 foi dada continuidade a execução das obras de construção da Barragem Fronteiras. As obras haviam sido retomadas em dezembro/2021, alcançando, uma execução de 34,96%.

Também foi dada continuidade à elaboração dos projetos das obras complementares da variante do Tronco Norte da Ferrovia Transnordestina, bem como foi dada continuidade às ações relativas à desapropriação das áreas necessárias para a construção do reservatório.

Ademais, concluída a elaboração dos projetos de adequação das Rodovias BR-226 e BR-404 e a construção de uma Ponte na BR-404, estando no aguardo da anuência do para a realização da licitação.

As obras mencionadas beneficiarão mais de 900 mil pessoas no semiárido do nordestino. A seguir, tabela explicativa:

Obra	UF	Situação Atual (dezembro/2022)	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Volume/ Área/ Extensão Previsto
Barragem de Oiticica	RN	Em andamento (93,27%)	Jucurutu/RN	330.000	556.258.050 m³
Adutora do Pajeú	PE/PB	Em andamento (70,12% - 2ª Etapa)	32 localidades em Pernambuco e 8 na Paraíba	439.000 (PE) 61.145 (PB)	596 km
2ª Etapa Tabuleiros Litorâneos	PI	Em andamento (87,00%)	Parnaíba/PI	19.251	6.417,00 ha
Barragem Fronteiras	3A	Em andamento (34,96%)	Crateús/CE	80.000	488.180.000 m³

RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS DO DNOCS



A recuperação e/ou manutenção dos reservatórios sob a responsabilidade desta Autarquia visa garantir a integridade das estruturas das barragens proporcionando maior segurança, tanto para a infraestrutura instalada como para as populações no entorno dos açudes.

No ano de 2022, o DNOCS realizou intervenções em 11 (onze) barragens, localizadas nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os recursos são provenientes de parcerias celebradas com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no caso da recuperação de reservatórios que estão previstos no PISF, com a Agência Nacional de Águas e de recursos próprios do DNOCS, como é o caso das intervenções realizadas no âmbito no Programa de Segurança de Barragem (PROSB).

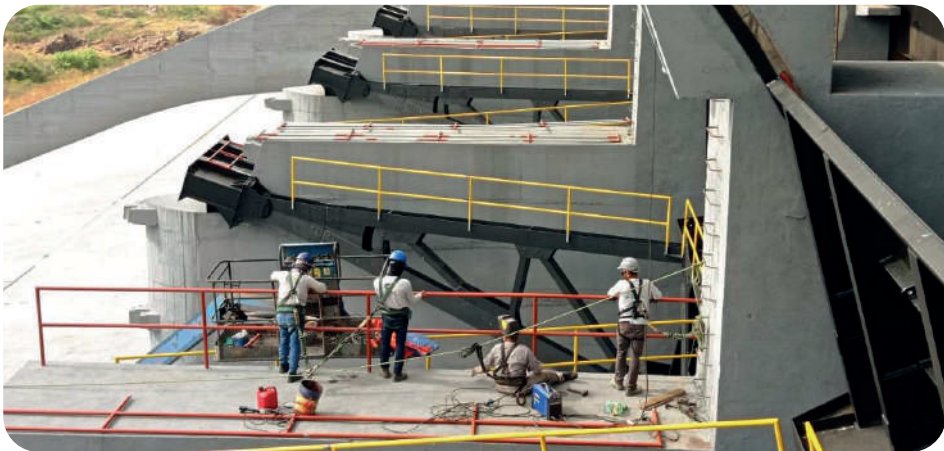
Dentre as 11 (onze) barragens, 6 (seis) tiveram suas obras concluídas, sendo elas: São Gonçalo/PB, Inharé/RN, Alecrim/RN, Cerro Corá/RN e Riacho do Paulo/BA, além da recuperação dos equipamentos hidromecânicos da Barragem Santa Inês/PB.

As outras Barragens que passaram por intervenção foram: Jucazinho/PE, Passagem das Traíras/RN, Engenheiro Ávidos/PB, Banabuiú/-CE e Gargalheiras/RN.

O quadro abaixo apresenta um resumo sobre as Barragens cujas obras foram concluídas no ano de 2022.

Barragem	Localização	Volume do Reservatório (m³)	Ano de Construção	Programa	População do Município (IBGE 2010)
São Gonçalo	Sousa/PB	44.600.000	1936	PISF	65.803
Santa Inês	Santa Inês/PB	26.115.000	1985	ANA	3.539
Inharé	Santa Cruz/RN	17.600.000	1937	PROSB	35.797
Alecrim	Santana do Matos/RN	7.000.000	1955	PROSB	13.809
Cerro Corá	Cerro Corá/RN	1.620.000	1938	PROSB	10.916
Riacho do Paulo	Livramento de Nossa Senhora/BA	53.800.000	1998	PROSB	42.693

SEGURANÇA DE BARRAGENS



A Lei 12.334/2010 instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os objetivos destacam-se: garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a fomentar a prevenção, reduzir a possibilidade de acidente ou desastre, promover o monitoramento e o acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens.

As principais atividades realizadas pelo DNOCS, nessa área, referem-se a execução de obras para recuperação das infraestruturas das barragens, abordado no item anterior, e a realização de inspeções periódicas para avaliação da situação dos barramentos.

Essas inspeções são realizadas segundo as orientações definidas pela Agência Nacional de Águas, Resolução ANA nº 742/2011, tratando de inspeções criteriosas de barragens, nas quais as anomalias encontradas são constatadas, registradas, quantificadas e qualificadas. O registro e quantificação de desconformidades é feito por meio da aplicação de check-list padronizado, além de um relatório de inspeção.

O DNOCS é o empreendedor de 328 (trezentos e vinte oito) barragens no Nordeste, capazes de reservar 36.122.852.852 m³, beneficiando uma população estimada de 17.302.427 pessoas.

O quadro a seguir apresenta resumo da situação das inspeções realizadas no ano de 2022.

ESTADO	Nº BARRAGEM POR ESTADO	VOLUME TOTAL (m³)	POPULAÇÃO BENEFICIADA ESTIMADA	Nº BARRAGENS INSPECIONADAS 2022
AL	26	60.448.000	719.257	0
BA	34	1.061.284.781	1.065.750	34
CE	85	24.376.397.000	7.595.412	36
MA	2	1.077.000.000	280.259	2
MG	10	15.387.700	497.691	0
PB	43	2.572.966.000	977.342	25
PE	39	2.018.960.002	4.177.135	0
PI	25	1.664.488.656	779.306	14
RN	53	3.206.323.000	1.139.275	08
SE	11	19.510.000	71.000	0
TOTAL	328	36.122.852.852	17.302.427	!!%

Outra atividade relacionada com segurança de Barragens, que o DNOCS buscou ampliar, é a elaboração de Planos de Segurança (PSB) e de Ação Emergencial das Barragens (PAE).



Atualmente, encontra contratada a elaboração de PSB'S e PAE'S das seguintes Barragens:

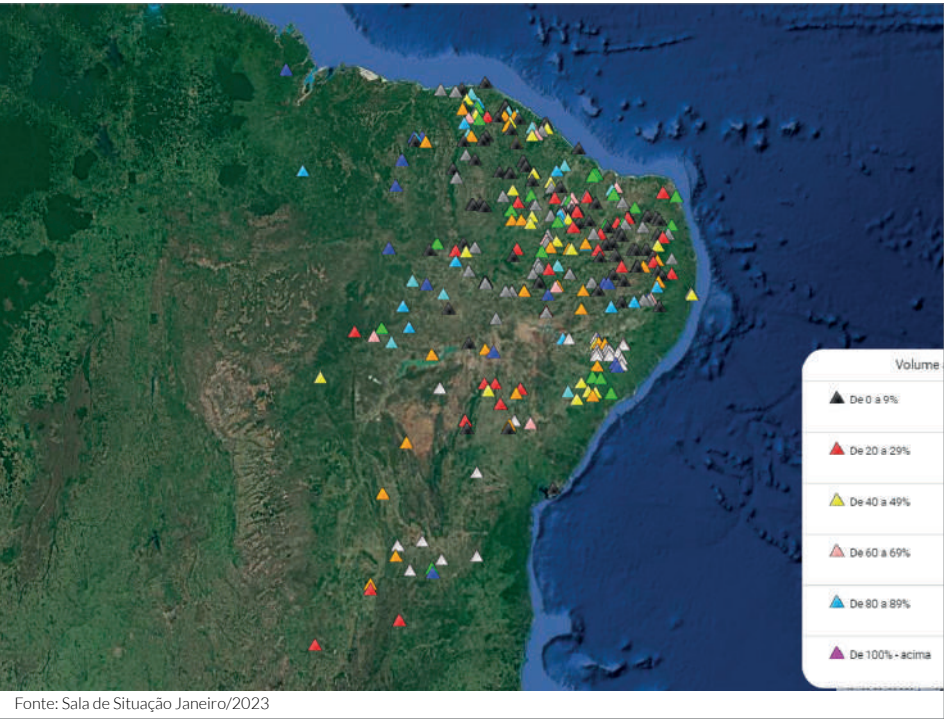
Barragem	Localização	Volume do Reservatório (m³)	UF	Ano de Construção
Jucazinho	Surubim/Cumaru	327.035.812	PE	1998
Poções	Monteiro	29.862.000	PB	1982
Epitácio Pessoa (Boqueirão)	Boqueirão	535.680.000	PB	1956
Armando Ribeiro Gonçalves	Açu	2.400.000.000	RN	1983
Curema/Mãe D'Água	Coremas	720.000.000	PB	1943
Poço da Cruz	Ibimirim	504.000.000	PE	1958
Itans	Caicó	81.750.000	RN	1935
Sabugi	Sabugi	65.335.000	RN	1965
Gargalheiras	Acari	40.000.000	RN	1959
Japi II	São José do Campestre	20.649.000	RN	1965
Santa Inês	Santa Inês	26.115.000	PB	1985
Santa Luzia	Santa Luzia do Sabugi	11.960.000	PB	1933
São Mamede	São Mamede	15.791.000	PB	1969
Curimataú	Cuité	5.989.000	PB	1958
Escondido	Belém do Brejo do Cruz	16.579.000	PB	1956

MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

O monitoramento dos reservatórios é utilizado como base para as ações de segurança e disponibilidade de água para a região semiárida.

Os Boletins de Recursos Hídricos estão disponíveis no site do DNOCS, na Sessão Acesso à Informação > Outras Publicações Administrativas > Boletim de Recursos Hídricos.

A imagem a seguir, retrata a situação das lacunas temporais de atualização das informações.



INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Além da execução direta da implantação de infraestruturas hídricas, o DNOCS também promove parcerias com outros entes públicos visando à realização dessa ação, por meio da celebração de convênios.

Ao fim de 2022, estavam vigentes os seguintes convênios celebrados com esta Autarquia.

CONVÊNIO		MUNICÍPIO	OBJETO
1	779042/2012	Tauá/CE	Construção e Recuperação de Açudes, no Município de Tauá.
2	779042/2012	Tauá/CE	Construção de Passagens Molhadas, nas Seguintes Localidades: Riacho do Cipó-Estrada/ Pirangi Distrito de Carrapateiras, Estrada da Palmeira- Riacho do Tavares Distrito de Marruás, Riacho Otacilio-Estrada Jardim/Santa Luzia-Distrito de Santa Teresa, Localidade de Jasmim Distrito Sede, Jordão Distrito Sede, Lustal I Distrito Sede, Lustal II Distrito Sede, Massapê Distrito de Santa Teresa, Riacho Manoel Ferreira Distrito de Santa Teresa, Monte Alverne-Riacho Favelas Distrito Marruás, Poço de Baixo-Riacho Tavares Distrito De Marruás, Etc..., no Município de Tauá.
3	801989/2014	Aurora/CE	Construção de Açudes Públicos nas Localidades Denominadas Sítio Cajuí, Pau Branco,Coxá no Município de Aurora/CE.
4	801994/2014	Caririaçu/CE	Construção de Açudes Públicos nas Localidades Denominadas Barra da Laje no Distrito de Valença e Olho D`Água Grande no Distrito de Feitosa no Município de Caririaçu/CE.
5	834294/2016	Quixeré/CE	Construção de 01 (Um Poço Profundo na Localidade de Ubaia, no Município de Quixeré/CE.
6	827841/2016	Catarina/CE	Perfuração de Poços Profundos com Instalação de Conjunto Moto-Bomba e Construção de Chafariz nas Localidades de Baixa Grande, São Francisco, Fechado, São Domingos, Queimadas, Riacho do Bênis e Marrecas no Município de Catarina/CE.
7	865197/2018	Várzea Alegre/CE	Construção do Açude Rosário, na Localidade Sítio Rosário no Município de Várzea Alegre – Ceará.
8	865291/2018	Várzea Alegre/CE	Construção de Açude no Sítio Mundo Novo, no Município de Várzea Alegre – Ceará.
9	882843/2019	Russas/CE	Construção de Passagem Molhada Sob o Riacho Araibu, com Pavimentação em Paralelepípedo nos Acessos, no Município de Russas/-CE.
10	882637/2019	Croatá/CE	Estrada Vicinal no Município de Croatá-CE
11	882636/2019	Cariús/CE	Pavimentação em Pedra Tosca no Município de Cariús/CE
12	882635/2019	Jucás/CE	Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de Baixo dos Ferreiras, no Município de Jucás/CE
13	897813/2020	Tabuleiro do Norte/CE	Recuperação de Estradas Vicinal na Localidade do Gado Bravo a Lagoa do Peixe, no Município de Tabuleiro do Norte – CE.
14	898723/2020	Irauçuba/CE	Construção de Passagem Molhada no Município de Irauçuba-CE.
15	914378/2021	Brejo Santo/CE	Pavimentação em Pedra Tosca na Zona Rural do Município de Brejo Santo/CE.
16	738563/2010	Portalegre/RN	Recuperação do Açude Mirim na Comunidade Baixa Grande e Abastecimento D'água no Sítio Cajazeiras – Portalegre/RN
17	850093/2017	Bento Fernandes/RN	Recuperação de Estradas Vicinais com Mata-Burros nas Comunidades Pinhões, Santa Tereza, Belo Horizonte, Ubaia, Serra da Cruz, Pitombeira, Bandoleiro, Arisco, Espinheiro II, Rondon, Riacho de Paus na Zona Rural do Município ee Bento Fernandes.
18	843483/2017	Riacho de Santana/RN	Estradas Vicinais no Município de Riacho de Santana/RN
19	843382/2017	José da Penha/RN	Recuperação de Estradas Vicinais no Município de José da Penha/RN.
20	843482/2017	Paraná/RN	Estradas Vicinais no Município de Paraná/RN.
21	843384/2017	Parelhas/RN	Adequação de Estradas Vicinais no Município de Parelhas
22	783731/2013	Águas Belas/PE	Implantação de Barragens e Açudes no Município de Águas Belas, nos Sítios: Ameixa, Engenho Velho, Garanhunzinho. Garcia, Nambi, Riachão e Timbaúba.

Outra forma de parceria para a realização de atividades do DNOCS ocorre por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED).

Os TED'S atualmente são regulamentados pelo Decreto n.º 10.426/2020, que o define como instrumento por meio do qual a

descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social da União, nos quais são ajustados, com vistas à execução de programas, projetos e atividades.

Logo a seguir, um quadro resumido dos TED'S com vigência ao longo do ano de 2022:

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2022	930194/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentações em intertravado, para atendimento à demanda de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte.
	930195/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentação asfáltica, em diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte.
	930934/2022	Contratação de obras, serviços e aquisição de bens visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros, inclusive os com finalidade de doação nos termos da legislação vigente, em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	934177/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentações, para atendimento à demanda de vários municípios do estado de Alagoas.
	937785/2022	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação para atender diversos municípios no Estado de Sergipe
	937795/2022	Aquisição de máquinas agrícolas com implementos, para atender diversos municípios no Estado de Sergipe.
	938233/2022	Realização de obras de infraestrutura hídrica (perfuração/instalação de poços cristalinos com energia fotovoltaica), para atender municípios do Estado de Pernambuco.
	938237/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Juazeiro/BA.
	938238/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Ibiquera/BA.
	938239/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Sobradinho/BA.
	938372/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Serra do Ramalho/BA.
	938367/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Sobradinho/BA.
	938535/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de São Miguel das Matas/BA.
	938536/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Juazeiro/BA.
	938541/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Itamaraju/BA.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2022	938538/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesanais na região do município de Curaçá/BA.
	938370/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesanais na região do município de Santa Rita de Cassia/BA
	938539/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesanais na região do município de Boa Vista do Tupim/BA de Santa Rita de Cassia/BA
	938857/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesanais e a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades agropecuárias nos seguintes municípios do Estado da Bahia: Juazeiro; Itamaraju; Serra do Ramalho; Água Fria; Santa Rita de Cássia; São Miguel das Matas; Boa Vista do Tupim.
	940166/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios do Estado da Bahia.
	939985/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios do Estado da Bahia.
	940164/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios do Estado da Bahia.
	940053/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao amparo e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do Estado da Bahia.
	940178/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios do Estado da Bahia.
	940052/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao amparo e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do Estado da Bahia.
	939438/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo em diversos municípios do estado do Ceará.
	939438/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios do Estado da Bahia.
2021	014/2021	Obras de infraestrutura para construções de Passagens molhada, pavimentações e instalações e perfurações de poços em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte-RN.
	18/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	20/2021	Aquisição de 2 (duas) perfuratrizes e instalação de poços com energia fotovoltaica.
	23/2021	Realização de obras de infraestrutura (estradas vicinais e perfuração/instalação de poços) e aquisição de máquinas.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	25/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	26/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	27/2021	Aquisição de máquinas perfuratrizes, caixas d'água, tubos e equipamentos, bem como contratação de obras, serviços e compra de bens, visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	30/2021	Poços Artesianos e Estradas Vicinais
	32/2021	Construção de Adutora
	43/2021	Contratação de obras, serviços e aquisição de bens, incluindo, bombas, caixas d'água, tubos e equipamentos visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros, inclusive os com finalidade de Doação nos termos da legislação vigente, em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	45/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	46/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	47/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	50/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	51/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	52/2021	Obras de infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	57/2021	Obras de infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura viária e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias públicas urbanas e rurais de escoamento do sistema produtivo em municípios da Bahia.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	59/2021	Obras de infraestrutura para a construção de passagem molhadas, para beneficiar municípios no Estado do Ceará
	60/2021	Aquisição de máquina agrícola e perfuração e instalação de poços, para atender municípios do Estado do Ceará.
	61/2021	Perfuração e instalação de poços, para atender municípios do Estado do Rio Grande do Norte
	62/2021	Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas para atender os municípios de Brejo Grande, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Dores, Santana do São Francisco, São Domingos e São Miguel do Aleixo, Riachão do Dantas, no estado de Sergipe.
	63/2021	Realização de obras de infraestrutura hídrica (perfuração/instalação de poços com energia solar) e aquisição de máquinas/equipamentos.
	64/2021	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação no Município de General Maynard, no Estado de Sergipe
	76/2021	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação para atender diversos municípios no Estado de Sergipe
	77/2021	Aquisição de máquinas/equipamentos para os Municípios do Estado de Minas Gerais
2020	26/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	28/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	30/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	40/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos
	46/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos
	73/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	74/2020	Realização de obras de infraestrutura (estradas vicinais e perfuração/ instalação de poços) e aquisição de máquinas.
	76/2020	Obras de infraestrutura – Aquisição de tratores e implementos agrícolas.
	78/2020	Obras de Infraestrutura Hídrica – Aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos agrícolas.
	82/2020	Obras de infraestrutura – Aquisição de máquinas e equipamentos.
	89/2020	Obras de infraestrutura hídrica – Perfuração e instalação de poços artesianos, aquisição de equipamentos agrícolas, aquisição de rolo compactador, aquisição de retroescavadeiras e kits de irrigação.
	90/2020	Obras de infraestrutura – Aquisição de máquinas e equipamentos.
	91/2020	Aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos agrícolas.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	92/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços, aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	93/2020	Instalação de poços artesianos com energia solar fotovoltaica.
	94/2020	Obras de infraestrutura hídrica – Aquisição de tubulações e componentes para equipamentos de poços tubulares.
	104/2020	Obras de infraestrutura hídrica – Perfuração e instalação de poços artesianos e aquisição de equipamentos (tratores e retroescavadeiras).
	113/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços, aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	121/2020	Aquisição de reservatórios de água
	136/2020	Obras de infraestrutura – Pavimentação asfáltica com CBUQ, para atender os Municípios do Estado de Sergipe.
	162/2020	Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas
	168/2020	Perfuração e instalação de poços e aquisição de equipamentos
	171/2020	Recuperação de manta asfáltica.
	174/2020	Realização de obras de infraestrutura (estradas vicinais e perfuração/instalação de poços) e aquisição de equipamentos.
	177/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno
	178/2020	Recuperação de manta asfáltica.
	179/2020	Aquisição de reservatórios e requalificação asfáltica.
	182/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços, aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	184/2020	Aquisição de equipamentos e perfuração e instalação de poços (sistema simplificado).
	189/2020	Obras de infraestrutura – Perfuração e instalação de poços artesianos para os Municípios do Ceará.
	192/2020	Apoio Administrativo, 54 poços profundos e 7 tratores com implemento agrícola.
	200/2020	Realização de obras de infraestrutura (estradas vicinais e perfuração/instalação de poços) e aquisição de equipamentos.
	207/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, execução de serviços de recapeamento asfáltico e revestimento primário.
	208/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, execução de serviços de recapeamento asfáltico e revestimento primário.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	210/2020	Aquisição de R\$ 500.000,00 em reservatórios de polietileno de 500 litros, 1.000 litros e 5.000 litros; Aquisição de R\$ 2.000.000,00 em equipamentos agrícolas e de construção civil. Realização de R\$ 500.000,00 reais em serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ. Execução de R\$ 2.000.000,00 em serviços de perfuração e instalação de poços artesianos.
	211/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender os municípios do Estado da Bahia.
	218/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, perfuração e instalação de poços artesianos, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender os municípios do Estado da Bahia.
	219/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender os municípios do Estado da Bahia.
	220/2020	Realização de serviços em revestimento primário e requalificação asfáltica para atender os municípios do Estado da Bahia.
	221/2020	Realização de serviços em revestimento primário e requalificação asfáltica para atender os municípios do Estado da Bahia.
	222/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, execução de serviços de recapeamento asfáltico e revestimento primário; e perfuração e instalação de poços artesianos.
	229/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, perfuração e instalação de poços artesianos, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender os municípios do Estado da Bahia.
	232/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil e serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica para atender os municípios do Estado da Bahia.
	242/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica para atender diversos municípios do Estado da Bahia.
	248/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica e revestimento primário em diversos municípios do Estado da Bahia.
	249/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica e revestimento primário em diversos municípios do Estado da Bahia.
	250/2020	Realização em serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ e perfuração e instalação de poços para atender os municípios do Estado da Bahia.
	251/2020	Aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, realização de serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica e perfuração e instalação de poços para atender os Municípios do Estado da Bahia.
	252/2020	Obras de infraestrutura para recuperação de estradas vicinais para atender os municípios do estado de Sergipe.
	253/2020	Obras de infraestrutura para recuperação de estradas vicinais.
	266/2020	Estradas vicinais, pavimentação, aquisição de equipamentos com implementos.

SMDRU		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2019	11/2019	Construção de Passagem Molhada sobre o Riacho da Varjota, que liga o Sítio Foz do Município de Iracema –CE ao Distrito de Varjota do Município de Ereré-CE
	012/2019	Construção de 1 (uma) Passagem Molhada sobre o Rio Figueiredo em Iracema/CE
	038/2019	Instalação de redes de distribuição de água, por meio da perfuração e instalação de poços profundos, e a aquisição máquinas (tratores) para os municípios de Minas Gerais
	039/2019	Aquisição de reservatórios e tubulação para atender aos municípios do semiárido no Estado de Bahia
	040/2019	Realização de obras de infraestrutura, por meio da perfuração e instalação de 100 poços profundos e da limpeza de barragens nos municípios do Semiárido no Estado da Bahia
	042/2019	Apoio a projeto de desenvolvimento sustentável local, nos municípios do Estado de Minas Gerais
	078/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos
	082/2019	Aquisição de tubos, de reservatórios de água e de equipamentos
	083/2019	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços)
	087/2019	Apoio a projeto de desenvolvimento regional, nos municípios do Estado da Bahia
	090/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços) e aquisição de tratores
	091/2019	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos
	092/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos, reservatórios de água e de equipamentos.
	097/2019	Aquisição de tubos, reservatórios de água e de trator
	113/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços), aquisição de equipamentos e materiais hídricos
	127/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços) e limpeza de barragens
	130/2019	Aquisição de máquinas e equipamentos
	131/2019	Crédito orçamentário e financeiro para aquisição de máquinas e implementos
	132/2019	Obras de Infraestrutura – Aquisição de tubos e reservatórios de água, tratores com implementos e equipamentos
	133/2019	Obras de Infraestrutura – Aquisição de equipamento, para execução de serviços de apoio para o Estado da Bahia
	135/2019	Recuperação e manutenção de estradas vicinais e aquisição de tratores e equipamentos
	164/2019	Aquisição e instalação de 1.000 bombas submersa para captação de água subterrâneas
	184/2019	Poço tubular cristalino com motobomba submersa com sistema solar
	200/2019	Abastecimento d'água através de sistema simplificado em comunidades carentes do Estado do Piauí

ANA

ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	03/2021	Executar, por meio de parceria com o DNOCS, obras civis e serviços de recuperação de estruturas hidromecânicas de controle da descarga do reservatório Salgueiro, de modo a possibilitar a gestão plena do sistema hídrico Salgueiro (PE).
	03/2021	Executar, por meio de parceria com o DNOCS, obras civis e serviços de recuperação de estruturas hidromecânicas de controle da descarga do reservatório Santa Inês (PB), de modo a possibilitar a gestão plena do sistema hídrico de mesmo nome.

CODEVASF

ANO	NÚMERO	OBJETO
2019	08/2019	Apoio a projeto de desenvolvimento regional, nos municípios do Estado da Bahia. (Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.)

SNSH

ANO	NÚMERO	OBJETO
2016	02/2016	Recuperação dos açudes existentes no sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2019	02/2019	Recuperar o açude público Banabuiú, no Estado do Ceará, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, em conformidade com o projeto elaborado através do TED 03/2013 – MI.
2020	06/2020	Elaboração do Plano de Segurança de Barragem e Plano de Ação Emergencial das Barragens Poções e Epitácio Pessoa, no Estado da Paraíba
	13/2020	Continuidade da Execução das Obras da Barragem Oiticica, no Estado Rio Grande do Norte.
	15/2020	Execução dos Serviços de Recuperação do Talude de Jusante da Barragem Passagem das Traíras(RN).
2021	01/2021	Elaboração dos Planos de Segurança das Barragens Armando Ribeiro Gonçalves-RN, Curema/Mãe D'Água-PB e Poço da Cruz-PE.
	04/2021	Revisão do Projeto Executivo, do Levantamento Cadastral, Elaboração dos Estudos Ambientais, Plano de Reassentamento e CERTOH, para Construção da Barragem Poço de Varas, no Município de Coronel João Pessoa, no Estado do Rio Grande do Norte.
2022	936049	Serviço de recuperação nas estruturas físicas de obras civis, compreendendo erosões no maciço de terra, correções de trechos do enrocamento no talude montante, recuperação do coroamento, da drenagem superficial do coroamento e paramento a jusante, do vertedouro e do muro de proteção, e hidromecânicas na parte jusante a Barragem Malhada Vermelha, situada no município de Severiano Melo no Estado do Rio Grande do Norte.
	03/2022 e 932346/2022	Perfuração e instalação de poços, para atender municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

DNOCS DESCENTRALIZADOR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	04/2020	Elaboração de documentos de especificações de software de monitoramento, subsistemas de monitoramento de barragens, perímetros irrigados, poços, pisciculturas e carros-pipa. Além disso, a definição de equipamentos para Centro de Controle e Operação (CCO)- IFCE
2021	01/2021	Realizar pesquisas e estudos necessários para implantação da Barragem Alívio, no município de Lajes-RN, visando a melhoria da segurança hídrica da população local e consequente desenvolvimento social e econômico - UFRN
2022	934535/2022	Realização de inspeções regulares referentes ao exercício do ano de 2022 nas barragens do DNOCS em Pernambuco - UFPE

PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS



O DNOCS promove o abastecimento hídrico de populações difusas, principalmente por intermédio da atividade de perfuração e instalação de poços.

A perfuração e instalação de poços no âmbito do DNOCS segue as determinações da Resolução DC nº 03, de 28 de Agosto de 2019, na qual estabelece critérios de seleção, locação, perfuração e instalação

de poços públicos profundos, por meio da execução direta, celebração de Contratos com terceiros, além de Contratos de Repasse e Termos de Cooperação com órgãos ou entidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos públicos da União.

É realizada pesquisa nos bancos de dados oficiais, como, por exemplo, em órgãos de meteorologia estaduais e Defesa Civil Estadual como também Federal, sobre as condições hidrológicas dos municípios solicitantes, observando-se os índices de aridez e pluviométrico, monitoramento de reservatórios, municípios em estado de emergência, entre outros, para definição de ordem preferencial de atendimento dos processos de solicitação de poços.

Cada poço público profundo construído e/ou recuperado deverá atender a uma localidade com, no mínimo, 04 (quatro) famílias. No caso de isolamento extremo da comunidade a ser beneficiada, reconhecida a limitação de acesso à água, fica a critério técnico do DNOCS aprovar a construção e/ou recuperação do poço público profundo, mesmo que ela não possua o quantitativo mínimo estabelecido.

A capacidade de abastecimento dependerá da vazão de exploração do poço. Em regiões cristalinas os aquíferos são caracterizados por vazões pequenas e a água, em função da falta de circulação e dos efeitos do clima semiárido, é, na maior parte das vezes, salinizada. Já os terrenos sedimentares caracterizam-se por possuírem uma porosidade primária e, nos terrenos arenosos, uma elevada permeabilidade, traduzindo-se em unidades geológicas com excelentes condições de armazenamento e fornecimento d'água.

No ano de 2022 também foram distribuídos materiais para manutenção do funcionamento de poços já existentes, sendo 626 eletrobombas, 140 placas solares e 103 conversores solares no Estado do Piauí, além de materiais para a instalação de 103 sistemas simplificados de abastecimento de água no Estado de Minas Gerais.

Segundo informações fornecidas pelas Coordenadorias Estaduais, no ano de 2022 foram perfurados 1.362 e instalados 614 poços, distribuídos conforme tabela a seguir:

ESTADO	TOTAL POÇOS PERFORADOS	TOTAL POÇOS /SSAA INSTALADOS
AL	178	80
BA	168	163
CE	444	83
MA	0	0
MG	123	48
PB	04	0
PE	170	79
PI	76	68
RN	131	57
SE	68	36
TOTAL	1.362	614



Equipamentos



Além das ações referentes à infraestrutura hídrica e abastecimento de água, o DNOCS tem apoiado as comunidades na área de atuação, por meio de aquisição e distribuição de equipamentos visando fomentar as atividades produtivas da região.



Esse fomento tem como foco os pequenos produtores rurais e visa promover projetos que venham melhorar as condições de trabalho para esse produtor rural, contribuindo, conseqüentemente, com o aumento da produção e da qualidade de vida da população beneficiada.

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DISTRIBUÍDOS EM 2022



TRATOR
254



GRADE ARADORA
285



CARRETA
22

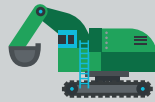


MOTONIVELADORA
26



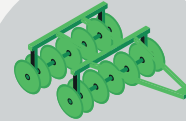
RETROESCAVADEIRA
75

ESCAVADEIRA
HIDRÁULICA



6

ARADOS
FIXOS



43

CARRETA
TANQUE



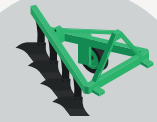
2

PÁ
CARREGADEIRA



18

CULTIVADORES



25

TRITURADOR
FORRAGEIRO

15

FORRAGEIRO

30

PERFURATRIZ
ROTATIVA PNEUMÁTICA

2

BATEDEIRA
DE CEREAIS

14

ROÇADEIRA
HIDRÁULICA

42

CAMINHÃO
6

CAMINHÃO PIPA
27

CAMINHÃO BASCULANTE
23

CAMINHÃO
BASCULANTE TRUCADO
9

INCREMENTO NA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA REGIONAL
E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA
E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

TOTAL: 1.024
EQUIPAMENTOS ENTREGUES



O DNOCS promoveu várias ações com o objetivo de desenvolver os 37 (trinta e sete) Projetos Públicos de Irrigação e as 12 (doze) Estações de Piscicultura, além de 01 (um) Centro de Pesquisa em Aquicultura. Foram mais de R\$ 5 milhões de reais empenhados em ações de custeio operacional, regularização fundiária e ambiental dos projetos públicos de irrigação, bem como na gestão e no funcionamento das Estações de Piscicultura distribuídas por toda a região Nordeste.

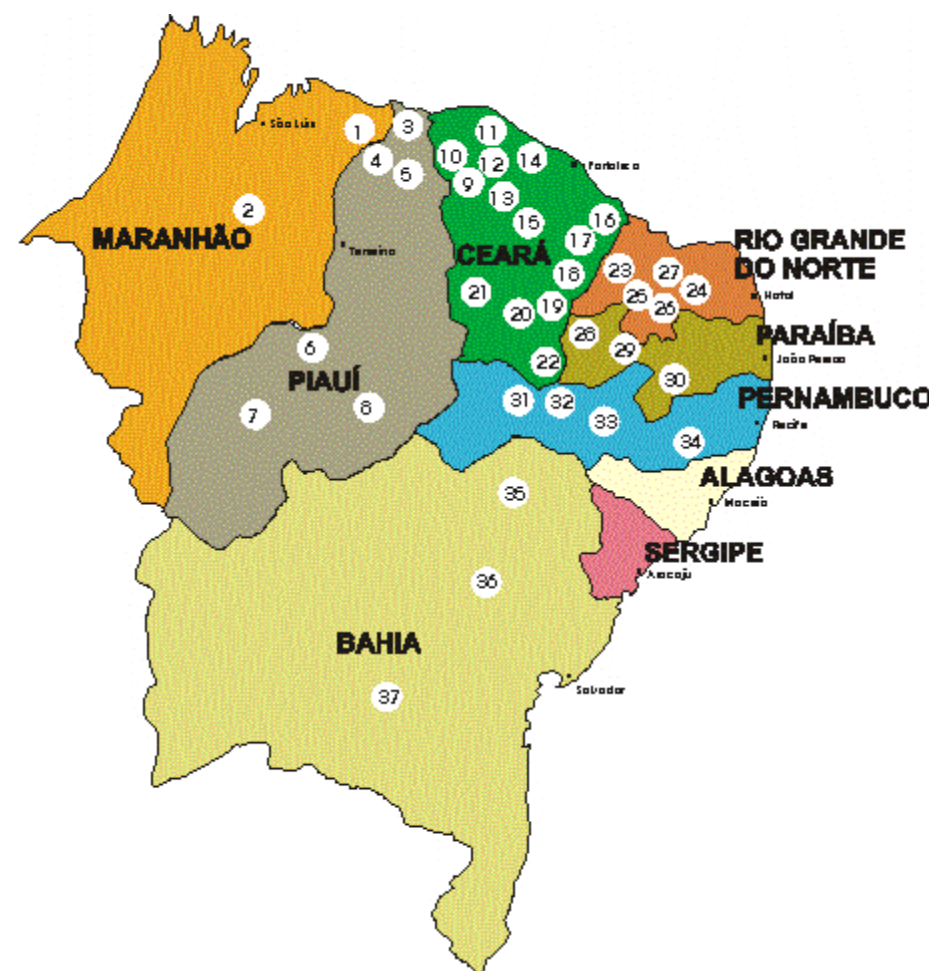
A Autarquia atuou, prioritariamente, na garantia de uma gestão técnica e qualificada dos projetos de irrigação e das unidades piscícolas. A ideia é assegurar um incremento considerável de suas capacidades produtivas como forma de garantir uma melhoria nas condições socioeconômicas de todos os produtores envolvidos.



GESTÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Incumbido regimentalmente de promover e incentivar a melhoria nas ações técnicas de produção agrícola, esta Diretoria de Produção e Desenvolvimento Tecnológico coordena e supervisiona todas as ações de operações agrícolas, com base no emprego da tecnologia da irrigação e suas inovações juntos aos Projetos Públicos de Irrigação, sob a jurisdição desta Autarquia Federal.

O DNOCS é responsável pela gestão operacional dos 37 (trinta e sete) Projetos Públicos de Irrigação, que estão distribuídos por 7 (sete) Estados do Nordeste, tendo uma abrangência, em suas ações, de mais de 124 mil hectares de áreas agrícolas aptas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, estando assim distribuídos:



- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 1 - Tabuleiros de São Bernardo | 2 - Várzea do Flores | 3 - Tabuleiros Litorâneos do Piauí |
| 4 - Lagoas do Piauí | 5 - Caldeirão | 6 - Platôs de Guadalupe |
| 7 - Gurguéia | 8 - Fidalgo | 9 - Araras Norte |
| 10 - Ayres de Sousa | 11 - Baixo Acaraú | 12 - Forquilha |
| 13 - Curu-Pentecoste | 14 - Curu-Paraipaba | 15 - Morada Nova |
| 16 - Jaguaruana | 17 - Tabuleiros de Russas | 18 - Jaguaribe-Apodi |
| 19 - Ema | 20 - Icó-Lima Campos | 21 - Várzea do Boi |
| 22 - Quixabinha | 23 - Pau dos Ferros | 24 - Cruzeta |
| 25 - Sabugi | 26 - Itans | 27 - Baixo Açu |
| 28 - São Gonçalo | 29 - Custódia | 30 - Sumé |
| 31 - Engenheiro Arcoverde | 32 - Moxotó | 33 - Cachoeira II |
| 34 - Boa Vista | 35 - Vaza Barris | |
| 36 - Jacurici | 37 - Brumado | |

Atualmente, encontram-se sob contrato de cessão de uso 7 (sete) projetos públicos de irrigação. Este tipo de contrato permite delegar às associações de irrigantes a competência para gerir os projetos. Desta forma, os usuários desenvolvem participação mais direta nas definições de administração, operação, conservação e manutenção de toda a infraestrutura de uso comum e produção dos Projetos de Irrigação.

Os referidos contratos trazem consigo a previsão de uma participação financeira do Governo Federal, que visa subsidiar o desenvolvimento dos projetos até que se tornem completamente emancipados. Durante o ano de 2022, junto às associações, desenvolvemos planos operativos para 6 (seis) projetos de irrigação, que viriam a garantir o empenho de quase 4 milhões de reais na gestão e incentivo da produção nestes projetos.

Associação/Distrito	Nº Contrato de Cessão	Participação Financeira (R\$)
DIPAN - Araras Norte (CE)	05/2016	692.026,03
DIBAU - Baixo Acaraú (CE)	27/2020	816.630,03
ADIB - Brumado (BA)	36/2022	337.741,66
FAPJJA - Jaguaribe Apodi (CE)	02/2016	705.031,33
DITALPI - Tabuleiros Litorâneos do Piauí (PI)	46/2021	378.998,43
DISTAR - Tabuleiros de Russas (CE)	04/2015	965.687,83
Total de Recursos		3.896.115,31

No último ano, é possível perceber os benefícios de um mecanismo de controle criado no momento do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024. Nesta ocasião, foram definidos indicadores mais objetivos para mensuração, monitoramento e avaliação de nossas atividades e objetivos.

Os indicadores definidos são formas de representações quantitativas de características de processos e produtos utilizados para acompanhar o desempenho e melhorar os resultados a longo prazo. Assim, permite-se um melhor planejamento das atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano em um projeto de irrigação, condição essencial para o

êxito na execução de quaisquer das ações propostas nos planos operativos anuais apresentados pelos projetos.

Conforme previsto nos contratos de cessão, os gestores dos projetos são convocados anualmente para apresentação e análise conjunta desses indicadores, que são avaliados em três áreas assim distribuídas:

Indicadores de performance dos serviços de operação e manutenção: mensura o percentual de perdas ocorridas no sistema de transporte de água, desde sua captação até chegar ao lote do produtor irrigante.

Indicadores de performance das atividades agrícolas: relacionam os resultados da agricultura irrigada com os insumos e recursos financeiros utilizados.

Indicadores socioeconômicos: avaliam o número de empregos, diretos ou indiretos, gerados pela atividade do projeto.

Indicadores Técnicos de Performance - 2022

RELATÓRIO ANUAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO										
Nº	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	TIPO	UNIDADE MEDIDA	MÉDIA ANUAL					
					RUSSAS	BAIXO ACARAU	JAGUARIBE APODI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ	ARARAS NORTE	MÉDIA GERAL
1	RENTABILIDADE DA ÁREA(**)	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO/ÁREA	EFICIÊNCIA	R\$/ HA	R\$ 698,43	R\$ 1.681,53	R\$ 1.792,66	R\$ 814,08	R\$ 2.008,95	R\$ 1.399,13
2	ÍNDICES DE GERAÇÃO DE EMPREGOS	NÚMEROS DE EMPREGOS GERADOS/ÁREA	EFICIÊNCIA	UNIDADE/HA	0,3	1,03	0,45	0,36	0,01	0,43
3	EFICIÊNCIA OPERACIONAL(**)	VOLUME DE ÁGUA FORNECIDO/ÁREA	EFICIÊNCIA	PERCENTUAL	95,08%	75,45%	73,00%	114,00%	75,00%	86,51%
4	RENTABILIDADE DA ÁGUA(**)	VOLUME BRUTO DA PRODUÇÃO/VOLUME DE	EFICIÊNCIA	R\$/ M³	R\$ 2,90	R\$ 5,26	R\$ 2,78	R\$ 2,23	R\$ 5,05	R\$ 3,64
5	AUTOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA(**)	RECEITAS GERADAS PELOS DISTRITOS	EFICIÊNCIA	PERCENTUAL	78,16%	6,22%	73,00%	155,00%	6,54%	64,18%
6	INADIMPLÊNCIAS NAS TARIFAS(**)	TOTAL DE TARIFA K2 EMITIDA/ TOTAL DA	EFICIÊNCIA	PERCENTUAL	90,45%	90,88%	87,00%	98,00%	101,25%	93,52%
7	USO DO SOLO(**)	ÁREA CULTIVADA/ ÁREA IRRIGÁVEL	EFICIÊNCIA	PERCENTUAL	32,62%	59,58%	57,00%	79,00%	77,00%	61,04%
8	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	TOTAL DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO	EFICIÊNCIA	PERCENTUAL	114,37%	4,71%	51,00%	204,00%	1,04%	75,02%

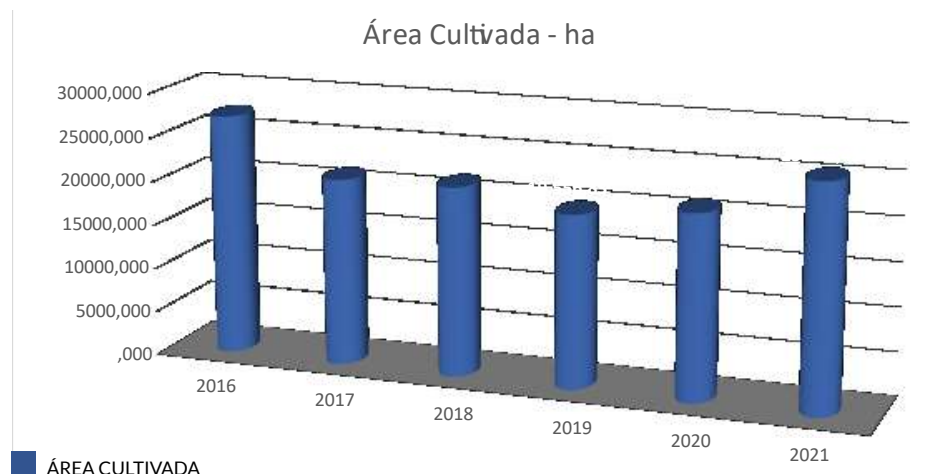
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

Dos 37 (trinta e sete) Projetos Públicos de Irrigação do DNOCS, somente 6 (seis) são abastecidos por rios permanentes, enquanto os demais são abastecidos por açudes. Dependentes das condições climáticas, a maioria dos projetos sofrem com indisponibilidade hídrica resultante da estiagem dos últimos anos.

Neste cenário de escassez e buscando o uso eficiente da água, a ideia é substituir completamente os sistemas de irrigação de alguns projetos, já defasados, o que vai de encontro com a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, de forma a que sejam aplicadas mudanças pontuais que permitem melhoras nesse sentido.

Em 2022, foram distribuídos kits de equipamentos de irrigação para instalação em lotes nos projetos Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas. Também no último ano, o DNOCS, em parceria com as associações, promoveu capacitações sobre o uso mais eficiente da água.

As medidas tomadas permitiram, nos últimos anos, uma retomada no número de lotes cultivados. Na última verificação anual, foi constatado aumento de mais de 20% na área, de fato, utilizada.



A melhoria nos números, permite ao DNOCS adotar uma postura mais ativa no incentivo a irrigação. Nesse ano de 2022, foram licitados 24 lotes representando quase 490 hectares remanescentes da primeira etapa do projeto Tabuleiros de Russas. Neste certame, tivemos uma arrecadação recorde de mais de 10 milhões de reais, o que demonstra que as medidas tomadas pelo DNOCS refletem em boas expectativas no mercado.

Importante notar que este aumento na área irrigada nos projetos já demonstra resultados práticos, quando percebemos um aumento considerável da produção nos últimos anos.

FOMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AQUÍCOLA

Não se limitando à participação financeira prevista nestes contratos, também são incentivadas parcerias entre as associações de irrigantes e outros órgãos, garantindo melhorias aos projetos.

Além disso, é mantida a coleta de informações sobre a produção vegetal e animal dos Projetos Públicos de Irrigação. Esses dados são obtidos por meio de levantamentos com periodicidade mensal em cada projeto público de irrigação, sob a supervisão e o acompanhamento de cada Coordenadoria Estadual. Este controle é ferramenta imprescindível à tomada de decisões estratégicas por parte dos entes superiores desta autarquia, bem como permite ao irrigante melhor monitorar seus resultados socioeconômicos. Neste ano foi aperfeiçoado o modelo de relatório agropecuário mensal de coleta de dados dos perímetros. Agora as informações são plotadas numa planilha, especificando as áreas previstas para o plantio e as áreas efetivamente cultivadas no ano e as do ano anterior.

Este tipo de monitoramento também permite que os irrigantes avaliem qualitativa e quantitativamente os projetos, verificando por exemplo, a adaptabilidade de culturas introduzidas ao semiárido como o cacau,

o açaí e o trigo, ou a possibilidade de exploração animal em substituição das culturas devido ao baixo volume dos recursos hídricos disponíveis, aliados a qualidade da água para irrigação.

Com a melhoria da gestão na coleta de dados, por meio do envio das informações de produção que passou a ser efetivado através do sistema SEI, o Serviço de Monitoramento de Produção almeja uma melhora significativa no lapso temporal de análise dos dados de produção dos PPIs, tendo em vista que atualmente se chega a levar até mais de um ano para a consolidação dessas informações por causa da dificuldade de envio dos mesmos por parte dos gestores dos perímetros.

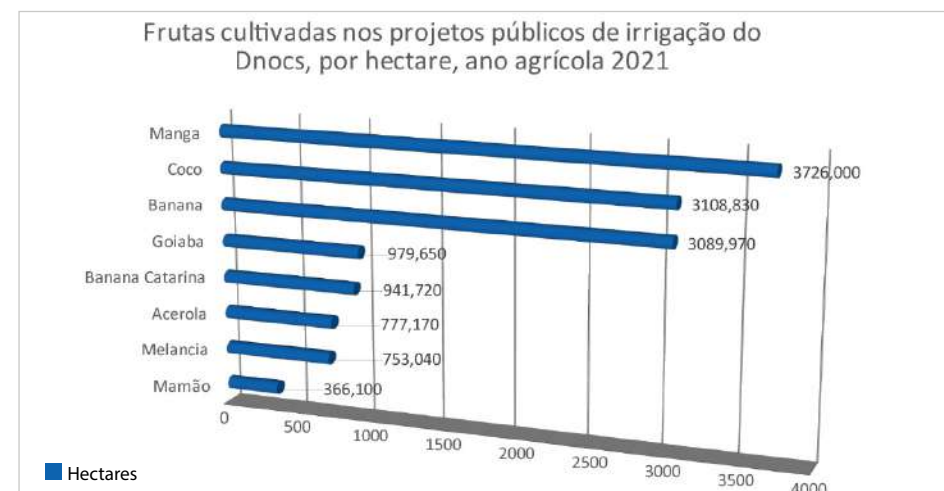
Nesse sentido, a perspectiva é que nos anos subsequentes, concomitante com aumento das reservas hídricas já identificadas, que haja um aumento na produção agropecuária nos projetos, compactuando com melhores resultados dessa avaliação.

DNOCS	RENDIA BRUTA VEGETAL E ANIMAL (R\$)		
COORDENADORIA ESTADUAL	VEGETAL	ANIMAL	TOTAL
DNOCS	301.788.801,40	54.897.873,73	356.686.675,13
CEST - PI	61.127.820,47	1.309.881,25	62.437.701,72
CALDEIRÃO	-	249.820,00	845.670,00
FIDALGO	340.063,00	109.990,00	450.053,00
PLATÔS DE GUADALUPE	24.444.952,50		24.444.952,50
TABULEIROS DE SÃO BERNARDO-MA	1.761.450,00		1.761.450,00
TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ	33.985.504,97	950.071,25	34.935.576,22
CEST - CE	233.107.845,93	53.587.992,48	286.695.838,41
ARARAS-NORTE	27.313.880,00		27.313.880,00
BAIXO-ACARAÚ	62.517.826,50	981.713,50	63.499.540,00
ICÓ-LIMA CAMPOS	2.972.023,85	3.414.640,00	6.386.663,85
JAGUARIBE-APODI	82.539.455,35	20.228.258,62	102.767.713,97
MORADA NOVA	4.192.560,65	19.388.079,92	23.580.640,57
TABULEIROS DE RUSSAS	52.732.879,58	9.575.300,44	62.308.180,02
VÁRZEA DO BOI	839.220,00		839.220,00
CEST - BA	7.553.135,00	-	7.553.135,00
BRUMADO	7.553.135,00		7.553.135,00

Entretanto, cabe destacar que os Projetos que atualmente têm um acompanhamento direto por parte desta Diretoria de Produção, por meio da celebração dos Contratos de Cessão de Uso, firmados entre este Órgão e os Distritos de Irrigação, que se encontram em processo de cogestão para atendimento das premissas do Programa de Transferência de Gestão, apresentaram resultados bem positivos em relação, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

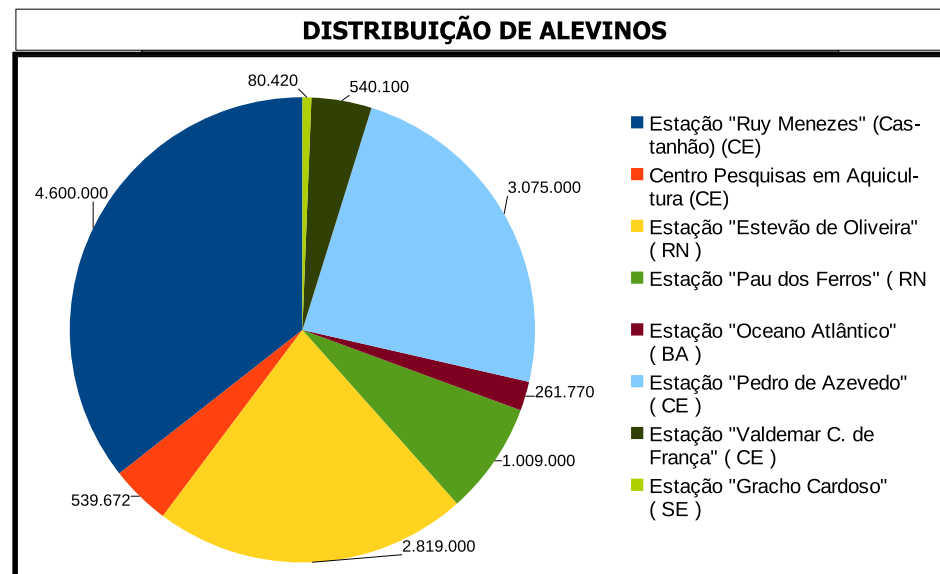
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO - VPB DOS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO COM CONTRATO DE CESSÃO DE USO CELEBRADOS E VIGENTES COM O DNOCS - ANO DE 2022			
DNOCS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO	RENDIA BRUTA VEGETAL E ANIMAL (R\$ 1,00)		
	VEGETAL	ANIMAL	TOTAL
ARARAS NORTE	R\$ 27.313.880,00		R\$ 27.313.880,00
BAIXO-ACARAÚ	R\$ 62.517.826,20	R\$ 981.713,50	R\$ 63.499.540,00
JAGUARIBE-APODI	R\$ 82.539.455,35	R\$ 2.022.825.862,00	R\$ 102.767.713,97
TABULEIRO DE RUSSAS	R\$ 52.732.879,58	R\$ 9.575.300,44	R\$ 62.308.180,52
TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUAI	R\$ 33.985.504,97	R\$ 950.071,25	R\$ 34.935.576,22
TOTAL	R\$ 259.089.546,40	R\$ 31.735.343,81	R\$ 290.824.890,21

Com a ascensão agrícola dos projetos públicos de irrigação do DNOCS a fruticultura tem se destacado. A massiva produção de frutas, como mangas, cocos e bananas, nos perímetros irrigados romperam as fronteiras do mercado nacional e atuam fortemente no comércio exterior.



Além da fruticultura, as Unidades de Produção do DNOCS realizaram, no último ano, 204 peixamentos em açudes públicos ou comunitários distribuindo quase 13 milhões de alevinos.

Os peixamentos, apesar de sua variedade (contemplando espécies como tambaqui, tilápia revertida, curimatã comum, carpa comum e pirarucu), mostraram uma grande preferência pela tilápia mista, que representou mais de 95% dos alevinos distribuídos, conforme quadro a seguir:



As ações de piscicultura têm beneficiado diretamente os pescadores por meio do povoamento sistemático das 319 barragens monitoradas pelo DNOCS em todo o semiárido nordestino. Foram distribuídos nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, aproximadamente 1.123 (mil, cento e vinte e três) toneladas de peixes oriundos da pesca extrativa e 162.750 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta) toneladas, na produção de cultivo em tanques-rede.

É importante considerar que a produção é impactada pelas alterações climáticas, resultando volume de água muito abaixo dos níveis satisfatórios, comparados com os de cinco ou dez anos passados, bem como seus números podem estar subestimados devido a escassez de servidores na coleta dos dados.

DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

Apesar do baixo investimento, no Centro de Pesquisa em Aquicultura, são realizados trabalhos e pesquisas científicas de vanguarda, como o desenvolvimento da técnica de propagação artificial através do método da hipofisação, induzindo a desova de fêmeas e a fluidificação e liberação de sêmen dos machos; e o funcionamento do Laboratório de Genética Molecular, que promove a identificação e marcação genética das espécies para o controle e monitoramento da pureza, assegurando assim, aos beneficiários a qualidade dos alevinos fornecidos.

Outra intervenção importante feita pelo DNOCS é a capacitação de pessoas para atividades ligadas à aquicultura. São diversos cursos ministrados em matérias essenciais para a área, tais como escolha de espécies, controle de qualidade da água, economicidade das unidades de cultivo, controle de doenças, tecnologia de aproveitamento do pescado, entre outros.

Os treinamentos têm transformado os alunos em atores econômicos competentes para explorar um novo ramo do agronegócio. **Foram capacitadas mais de 400 pessoas**, em cursos, estágios e aulas ministradas. Este número representa importante retomada nas atividades de capacitação, que enfrentava fortes restrições impostas pela pandemia da COVID-19.

Além disso, estão sendo ampliados os canais para pedidos de participação em cursos de capacitação em aquicultura, solicitação de peixamentos de açudes públicos e aquisição de alevinos.

A comunicação com os solicitantes pode ser feita pessoalmente ou por meio do sítio oficial do órgão, permitindo aos usuários, maiores esclarecimentos e atendimento mais rápido de suas requisições.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL

Envolvendo, dentre outras ações, desapropriações, unificação de matrículas, regularização dos loteamentos, georreferenciamento e seleção de produtores, a Regularização Fundiária consiste na ação sociopolítica de garantir o título de propriedade aos irrigantes assentados nos Projetos de Irrigação pertencentes ao DNOCS, contribuindo para sua permanência na terra e seu acesso às políticas públicas. Como exemplo pode-se citar a necessidade de titulação da terra para a requisição de linhas de crédito bancário que possibilitem que o irrigante invista adequadamente na estrutura de seu negócio.

As competências para as atividades de regularização fundiária têm sido gradativamente transferidas para as Coordenadorias Estaduais, sobretudo após a edição da Portaria Nº 25 DG, de 10 de fevereiro de 2022.



QUADRO RESUMO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO ATÉ O ANO DE 2022

COORDENADORIA ESTADUAL	IRRIGANTE	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
		ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA	CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO	TOTAL	NÃO REGULARIZADO
CEST-CE					
Araras Norte	120	111	0	111	9
Ayres de Souza	120	0	0	0	120
Baixo Acaraú	508	508	0	508	0
Curu-Paraipaba	792	33	2	35	757
Curu-Pentecoste	177	165	1	166	11
Ema	18	18	0	18	0
Forquilha	71	13	6	19	52
Icó Lima Campos	466	236	32	268	198
Jaguaribe Apodi	325	0	305	305	20
Janguaruna	40	14	26	40	0
Morada Nova	955	89	631	720	235
Quixabinha	94	67	0	67	27
Tabuleiros de Russas	616	528	32	560	56
Várzea do Boi	117	117	0	117	0
CEST-PI					
Caldeirão	92	92	0	92	0
Fidalgo	98	98	0	98	0
Gurguéia	250	26	70	96	154
Lagoas do Piauí	177	177	0	177	0
Platôs de Guadalupe	132	0	9	9	123
Tabuleiros de São Bernardo	77	7	0	7	70
Tabuleiros Litorâneos do Piauí	85	85	0	85	0
Várzea do Flores	50	0	0	0	50
CEST-PE					
Boa Vista	27	0	0	0	27
Cachoeira II	37	16	0	16	21
Custódia	55	0	0	0	55
Moxotó	565	0	0	0	565
CEST-BA					
Brumado	580	0	0	0	580
Jacurici	37	30	0	30	7
Vaza Barris	234	0	0	0	234
CEST-RN					
Baixo Açu	123	106	0	106	17
Cruzeta	23	0	23	23	0
Itans	11	0	11	11	0
Pau dos Ferros	75	2	0	2	73
Sabugi	64	54	0	54	10
CEST-PB					
Engenheiro Arcoverde	55	51	0	51	4
São Gonçalo	483	85	0	85	398
Sumé	56	0	0	0	56

Com a edição do Novo Código Florestal – Lei nº12.651/2012 foram estabelecidas as condições transitórias para alcançar o cumprimento das determinações da Lei. A partir de então, a atuação do DNOCS passou a ser condicionada ao atendimento de exigências ambientais, especialmente a necessidade de regularização ambiental de todos os imóveis rurais.

Sendo condição indispensável para o regular funcionamento dos Projetos Públicos de Irrigação e garantidora de direitos dos irrigantes (como a regularização fundiária), a regularização ambiental dos perímetros ganhou um status de urgência dentro do órgão. Nesse contexto, o DNOCS instituiu um Grupo de Trabalho para Regularização Ambiental, que prioriza a diminuição do “déficit ambiental” nos projetos de irrigação.

PERÍMETRO IRRIGADO	LICENÇA AMBIENTAL			
	SPU	Nº LICENÇA	INÍCIO	VENCIMENTO
Araras Norte	3897633/2018	2/2020 – DIFLO	16/6/2020	16/6/2023
Ayres de Sousa	7868928/2013	---	---	---
Baixo Acaraú	11383440/2019	19/2020 – DIFLO	19/5/2020	18/5/2024
Curu Paraipaba	0105288/2017	---	---	---
Curu Pentecoste	---	---	---	---
Forquilha	7344811/2016	---	Em análise	
Icó Lima Campos	8316929/2013	---	---	---
Jaguaribe Apodi	07633139/2021	5/2021 - DIFLO	28/12/2021	27/12/2025
Jaguaruana	---	---	---	---
Morada Nova	7845629/2014	---	---	---
Tabuleiro de Russas	07318517/2020	9/2021 - DIFLO	11/3/2021	10/3/2025
Várzea do Boi	06310286/2019	18/2020 – DIFLO	7/7/2020	6/7/2025

Nesse sentido, em 2022, foi providenciado a demarcação de áreas de Reserva Legal nos Projetos de Irrigação Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas. Também foram impetrados dois pedidos de renovação de Licença Ambiental (nos projetos Baixo Acaraú e Jaguaribe-Apodi)

Foram realizadas 20 (vinte) retificações em Cadastros Ambientais Rurais de Irrigantes assentados em 4 (quatro) diferentes projetos (Tabuleiros de Russas, Tabuleiros Litorâneos do Piauí, Morada Nova e Baixo Acaraú).

PERÍMETRO IRRIGADO	TRIMESTRES (Número do Recibo do CAR)			
	1º	2º	3º	4º
Araras Norte	---	---	---	CE-2313955-3DA2.313B.69A0.4CAD.9066.C5F3.48E3.41E0
Ayres de Souza	---	CE-2312908-5BB9.DF20.65E2.425D.B683.BDDE.7F5F.0AB1	---	---
Baixo Acaraú	CE-2300200-5001.0981.FD11.47B2.A459.AD2B.53A.D724	CE-2300200-5001.0981.FD11.47B2.A459.AD2B.53A.D724	CE-2300200-5001.0981.FD11.47B2.A459.AD2B.53A.D724	CE-2300200-5001.0981.FD11.47B2.A459.AD2B.53A.D724
Curu Pentecoste	---	CE-2310704-FF17.20EB.5214.4CEC.8158.13EB.C05D.BAA3	---	---
Ema	---	CE-2306009-8FB1.23C8.A4C3.4986.BFBE.83C8.7CB7.984F	---	---
Jaguaribe Apodi Área 1	---	---	CE-2307601-FF2E.AEB4.95E8.4ED7.B3B0.0586.B006.D5F3	---
Morada Nova	---	CE-2308708-60F9.5988.5CDE.4478.934B.80AF.34AD.CA7B	CE-2308708-60F9.5988.5CDE.4478.934B.80AF.34AD.CA7B	---
Tabuleiros Litorâneos do Piauí	---	---	---	PI-2207702-6B23.2FB0.8D4D.4514.A683.6116.C~3)%%3
Tabuleiros de Russas	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	---
	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	---	---
	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	---	---
	CE-2311801-3B71.39A6.F877.44A7.BFC9.7D55.6510.FAFD	---	---	---

Foram ainda declarados junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará: 5 (cinco) Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental (nos projetos Araras Norte, Várzea do Boi, Baixo Acaraú, Jaguaribe-Apodi, Tabuleiros de Russas); 9 (nove) automonitoramento de água (abrangendo os mesmos projetos); e 7 (sete) relatórios de gestão de resíduos sólidos (contemplando os projetos Araras Norte, Baixo Acaraú, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi).

Por fim, foram realizadas visitas técnicas para verificar a situação da Reserva Legal do projeto Icó – Lima Campos, priorizando as solicitações mais urgentes.

RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

Os resultados dos indicadores estratégicos para o exercício de 2022 foram agrupados por objetivo definidos no mapa estratégico.



A íntegra dos resultados dos indicadores pode ser acessada em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/transparencia/prestacao-de-contas/gdi/relatorio-gerencial-agosto-2021>

*Nota: os indicadores que ultrapassaram o atingimento da meta foram reduzidos a 100% para evitar distorções no cálculo da média

RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

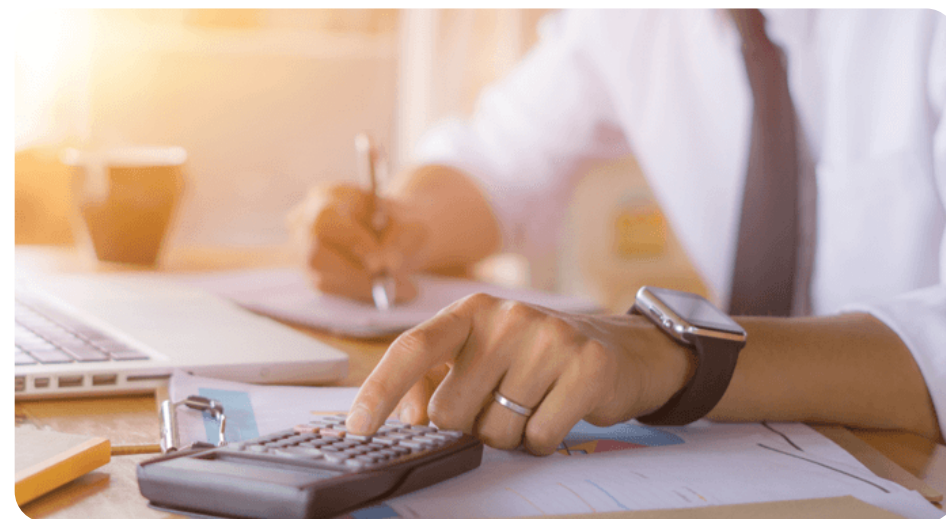
Os resultados dos indicadores estratégicos para o exercício de 2022 foram agrupados por objetivo definidos no mapa estratégico.



A íntegra dos resultados dos indicadores pode ser acessada em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/transparencia/prestacao-de-contas/gdi/relatorio-gerencial-agosto-2021>

*Nota: os indicadores que ultrapassaram o atingimento da meta foram reduzidos a 100% para evitar distorções no cálculo da média

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Evolução limite disponibilizado para elaboração do PLOA

Em 2021, para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (exercício 2022), na fase quantitativa pelo DNOCS, foram definidos valores para despesas com pessoal e encargos, bem como para benefícios a servidores, assim como para despesas discricionárias.

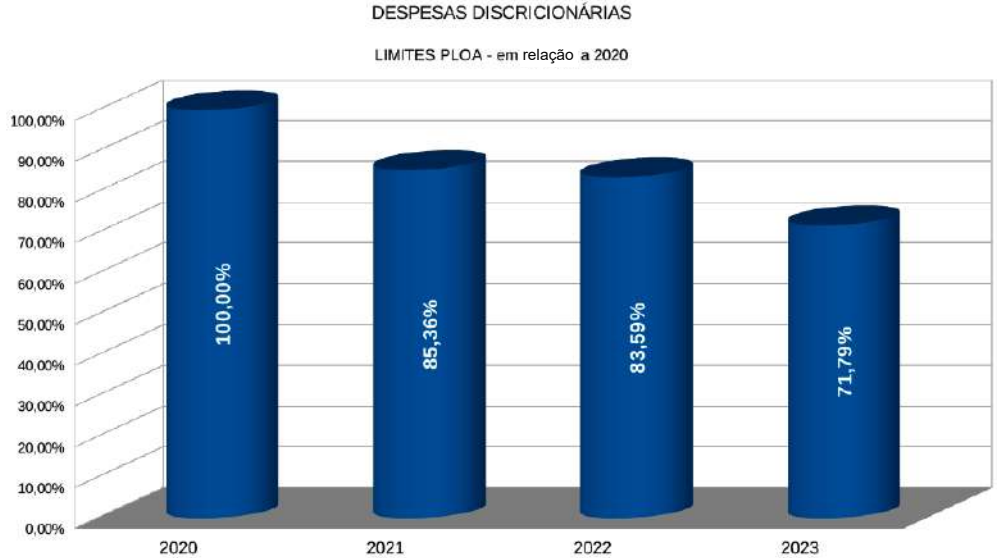
A permanência do cenário de instabilidade econômica, política e social no governo federal tem impactado os diversos órgãos nos últimos anos, notadamente nas despesas discricionárias, de forma a comprometer a execução orçamentária/financeira do ano subsequente e a favorecer a paralisação de obras que poderiam estar em execução.

Assim, no DNOCS, no que diz respeito a despesas discricionárias, observa-se o decréscimo de limites para a elaboração do PLOA em cerca de 28% em relação a 2020 (quatro anos atrás), como demonstra o quadro a seguir:

EVOLUÇÃO DE LIMITES PLOA

LIMITES PARA ELABORAÇÃO DO PLOA

	DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EM REAIS	PERCENTUAIS EM RELAÇÃO A 2020
2020	195.000.000	100%
2021	166.447.309	85,36%
2022	163.000.000	83,59%
2023 FORNECOP	140.000.000	71,79%



Evolução de Limites PLOA

No intuito de atenuar a situação, foi solicitado aos órgãos setoriais um acréscimo de limites para despesas discricionárias na ordem de R\$ 279.200.000,00 (duzentos e setenta e nove milhões e duzentos mil reais), conforme tabela a seguir, sem atendimento no entanto. Nesse íterim, importante destacar que a diferença entre PLOA e LOA/2022 diz respeito à inclusão de emendas parlamentares ao orçamento.

ELABORAÇÃO LOA (DO PLOA À LOA 2022) PLANEJAMENTO DA LOA, EM REAIS (DESDE O PLOA)					
	DNOCS Fase I	PEDIDO DE EXPANSÃO FASE II (*)	PLOA	LOA INICIAL	LOA ATUALIZADA
	850.623.703	279.200.000	881.452.212	898.332.120	921.939.593
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	737.591.507	0	737.736.097	734.849.666	744.314.758
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0	0	30.665.319	30.665.319	19.950.112
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	17.196	0	35.796	35.796	35.796
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	15.000	0	15.000	15.000	15.000
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	28.500.000	82.200.000	28.500.000	72.376.339	65.181.727
2221 - Recursos Hídricos	84.500.000	197.000.000	84.500.000	60.390.000	92.442.200

FONTE: SIOP
(*) - Pedido de expansão – fase II solicitada e não atendida.

EVOLUÇÃO LOA - POR GRUPO DE DESPESA LOA 2022, EM REAIS - POR GRUPO DE DESPESA						
GRUPO DE DESPESA	2020		2021		2022	
	INICIAL	ATUALIZADA	INICIAL	ATUALIZADA	INICIAL	ATUALIZADA
	1.088.123.327	1.063.473.593	1.090.748.785	1.100.282.215	898.332.120	921.939.593
1 - Pessoal e Encargos Sociais	696.255.114	693.331.337	710.243.431	697.562.462	695.615.347	675.588.046
3 - Outras Despesas Correntes	89.835.511	90.317.481	85.063.200	88.743.103	81.930.230	95.275.241
4 - Investimentos	301.061.288	278.866.177	295.053.760	313.573.230	120.400.638	151.076.306
5 - Inversões Financeiras	971.414	958.598	388.394	403.420	385.905	0

EVOLUÇÃO LOA – POR PROGRAMA LOA 2022, EM REAIS – POR PROGRAMA DE GOVERNO

Programa	2020		2021		2022	
	INICIAL	ATUALIZADA	INICIAL	ATUALIZADA	INICIAL	ATUALIZADA
0032 – Programa Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.088.123.327	1.063.473.593	1.090.748.785	1.100.282.215	898.332.120	921.939.593
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	742.675.117	744.771.740	738.190.686	730.361.554	734.849.666	744.314.758
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	30.554.915	29.879.747	42.036.071	43.292.368	30.665.319	19.950.112
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	18.168	18.168	19.486	95.219	35.796	35.796
2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	14.155	14.065	10.637	10.341	15.000	15.000
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	7.572.395	7.216.402	6.431.667	5.256.890		
2221 - Recursos Hídricos	155.302.177	101.410.882	202.888.859	205.846.490	72.376.339	65.181.727
	151.986.400	180.162.589	101.171.379	115.419.353	60.390.000	92.442.200

FONTE: SIOF

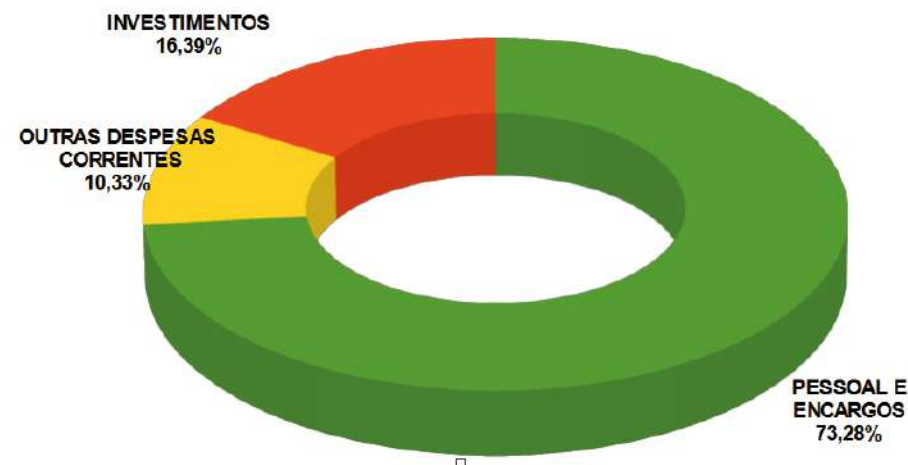
Conforme tabelas anteriores fica evidente o decréscimo na destinação de recursos orçamentários para o Departamento demonstrando dificuldade de intervenção via orçamento público à execução de ações que viabilizem suas atribuições regimentais.

Perfil dos recursos:

A dotação orçamentária para o DNOCS, estabelecida pela Lei Nº 14.303 de 21 de Janeiro de 2022, publicada no DOU de 24 de Janeiro de 2022 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2022 com suas atualizações, foi de R\$ 898.332.120,00 (oitocentos e noventa e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e vinte reais) terminando o exercício, após alterações orçamentárias (grande parte ao final de 2022) com o valor de dotação em R\$ 921.939.593,00 (novecentos e vinte e um milhões, novecentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e três reais).

O orçamento do DNOCS é composto por grupos de despesa: custeio (destinado a despesas administrativas e operacionais), investimento (execução de obras, aquisição e/ou instalações, equipamentos e material permanente) e pessoal encargos (servidores ativos, aposentadorias e pensões), sendo esta última despesa responsável por mais de 70% do orçamento.

LOA 2022 - DOTAÇÃO ATUALIZADA POR GRUPO DE DESPESA



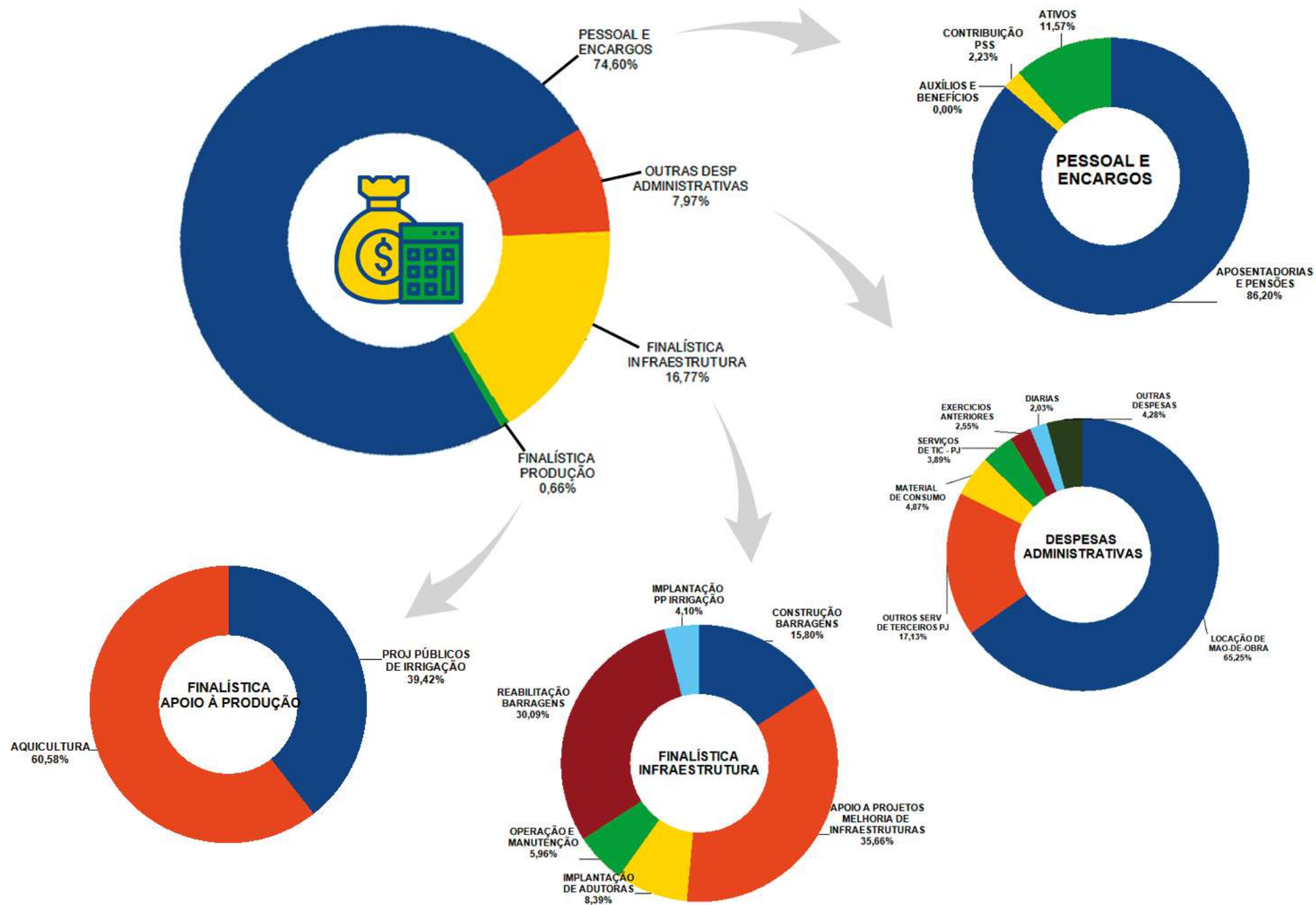
Execução orçamentária:

Sendo uma instituição centenária, o DNOCS tem sob sua responsabilidade o pagamento de grande número de aposentadorias e pensões. Observa-se, então, pelo quadro a seguir, que 73,28% do total empenhado refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais, os quais somados a outros custos obrigatórios como benefícios e auxílios (transporte, alimentação, assistência médica, etc), perfazem o percentual de 74,60% da dotação total atualizada ao final do exercício.

EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA LOA 2022, EM REAIS

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	DESPESAS PAGAS
INVERSÕES FINANCEIRAS	385.905	0	0	0	0	0
INVESTIMENTOS	120.400.638	151.076.306	148.197.124	69.635.688	78.610.358	59.971.545
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.930.230	95.275.241	87.453.622	55.761.644	31.691.978	54.327.353
PESSOAL E ENCARGOS	695.615.347	675.588.046	652.328.075	652.323.294	4.781	605.643.980
	898.332.120	921.939.593	887.978.821	777.720.626	110.307.117	719.924.878

DESPESA EMPENHADA



Algumas dificuldades que ocorrem durante o processo de execução orçamentária e financeira impactam significativamente a execução das despesas de administração, operação, manutenção e recuperação, inclusive de infraestruturas hídricas e as relacionadas aos projetos públicos de irrigação, trazendo ainda, como consequência, dificuldades no alcance das metas e resultados assumidos na Lei Orçamentaria Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, tais como:

- Exiguidade na disponibilização de limites orçamentários destinados a despesas discricionárias no momento da elaboração da proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual dificultando a destinação de recursos na forma planejada pelo Departamento, criando dificuldade na execução e conclusão de empreendimentos;
- Dificuldade na gestão e execução de contratos em virtude do cronograma de desembolso, seja pela demora na liberação ou pelos contingenciamento de recursos, inclusive no que diz respeito a obras e serviços de engenharia ocasionando replanejamentos além da possibilidade de paralisações e/ou aumento de custos de projetos (obras) e atividades em decorrência da inadequação na disponibilidade dos recursos materiais e humanos, inclusive pela falta de reposição de pessoal através de concurso público;
- Liberação de grande parte dos recursos ao final do exercício a exemplo da Portaria SETO/ME Nº 11.258, de 29 de dezembro de 2022 que suplementou em R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) de custeio na ação Administração da Unidade e R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) de investimentos na ação Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas (ver tabela a seguir). Tais recursos ensejam um montante significativo de despesas inscritas em Restos a Pagar e comprometem a execução financeira para o exercício seguinte

LIBERAÇÃO MENSAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA LOA 2022, EM REAIS				
	ATÉ OUTUBRO	ALTERAÇÕES EM NOVEMBRO	ALTERAÇÕES EM DEZEMBRO	EXERCÍCIO ENCERRADO
DOTAÇÃO INICIAL	898.332.120,00			898.332.120,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	21.195.623,00	8.261.641,00	50.000.000,00	79.457.264,00
DOTAÇÃO ESPECIAL	0	0	12.500.000,00	12.500.000,00
DOTAÇÃO CANCELADA E/OU REMANEJADA	47.110.201,00	8.261.641,00	12.977.949,00	68.349.791,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA	875.956.442,00	0	0	921.939.593,00

FONTE: Tesouro gerencial

- Ainda no mesmo tema, destaca-se o recebimento de créditos por Termos de Execução Descentralizada¹ – TEDs, em sua maioria no último trimestre e provenientes de emendas parlamentares, acrescentando em mais de 20% o orçamento de investimentos a serem executados pelo Departamento conforme demonstra a tabela a seguir:

EXECUÇÃO POR UNIDADE RESPONSÁVEL LOA 2022, EM REAIS		
DESPESA EMPENHADA	INVESTIMENTOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	148.246.046,08	87.453.621,90
TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	31.258.108,69	215.665,28
PERCENTUAL	21,09%	0,25%

- Insuficiência de recursos humanos, além de grande número de servidores com baixa qualificação e faixa etária elevada e ausência de reposição, por meio de concurso público predispõe e justifica a necessidade de contratação de pessoal de apoio (terceirização).

¹ Termos de Execução Descentralizada – “Instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.” (Plataforma Mais Brasil – Glossário)

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS (DESPESA EMPENHADA) - EM REAIS

	Natureza Despesa	2022	2021	2020
INVESTIMENTOS	APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	2.631.697,70	250.000,00	790.000,00
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	173.177,01	34.500,00	
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	606.041,47		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	20.758.481,82	12.821.140,35	10.047.768,95
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	4.771.247,11	4.066.285,06	5.655.200,78
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	23.644.918,41	17.186.021,31	17.440.067,32
	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS	31.896,70		45.000,00
	SERVIÇOS DE COPA E COZINHA		47.474,22	
	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS	7.083,04		
		52.624.543,26	34.405.420,94	33.978.037,05

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução por grupo de despesa:

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EM REAIS - POR GRUPO DE DESPESA

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LÍQUIDAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 675.588.046,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 652.328.075,14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 652.323.293,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 4.781,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 95.275.241,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 87.453.621,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 55.761.644,34	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 31.691.77,56
INVESTIMENTOS R\$ 151.076.306,00	INVESTIMENTOS R\$ 148.197.123,86	INVESTIMENTOS R\$ 69.635.688,24	INVESTIMENTOS R\$ 78.610.357,84

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO LOA 2022, EM REAIS - POR GRUPO DE DESPESA

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

TED	TED	TED	TED
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 279.457,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 215.665,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 63.791,75
INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS R\$ 105.498.101,08	INVESTIMENTOS R\$ 31.258.108,69	INVESTIMENTOS R\$ 74.239.992,39

Vale ressaltar que, em relação a investimentos e por tratar-se, em sua maioria, de ações envolvendo obras e serviços de engenharia (com realização através de empenhos globais com liquidação e pagamento após medições), muitas despesas são executadas com recursos inscritos em restos a pagar.

Execução por programa:

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	INICIAL	R\$ 734.849.666,00	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	INICIAL	R\$ 30.665.319,00
	ATUALIZADO	R\$ 744.314.758,00		ATUALIZADO	R\$ 19.950.112,00
	EMPENHADO	R\$ 733.238.104,77		EMPENHADO	R\$ 0,00
	LIQUIDADO	R\$ 705.103.702,69		LIQUIDADO	R\$ 0,00
	RESTOS A PAGAR	R\$ 28.134.402,08		RESTOS A PAGAR	R\$ 0,00
	PAGO	R\$ 657.111.643,19		PAGO	R\$ 0,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	INICIAL	R\$ 35.796,00	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	INICIAL	R\$ 15.000,00
	ATUALIZADO	R\$ 35.796,00		ATUALIZADO	R\$ 15.000,00
	EMPENHADO	R\$ 24.023,76		EMPENHADO	R\$ 0,00
	LIQUIDADO	R\$ 24.023,76		LIQUIDADO	R\$ 0,00
	RESTOS A PAGAR	R\$ 0,00		RESTOS A PAGAR	R\$ 0,00
	PAGO	R\$ 22.021,78		PAGO	R\$ 0,00
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO	INICIAL	R\$ 72.376.339,00	RECURSOS HÍDRICOS	INICIAL	R\$ 60.390.000,00
	ATUALIZADO	R\$ 65.181.727,00		ATUALIZADO	R\$ 92.442.200,00
	EMPENHADO	R\$ 65.054.452,78		EMPENHADO	R\$ 89.662.239,67
	LIQUIDADO	R\$ 37.120.537,26		LIQUIDADO	R\$ 35.472.362,55
	RESTOS A PAGAR	R\$ 27.933.915,52		RESTOS A PAGAR	R\$ 54.238.799,26
	PAGO	R\$ 31.404.126,78		PAGO	R\$ 31.405.085,53

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	EMPENHADO	R\$ 279.457,03	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO	EMPENHADO	R\$ 101.611.126,83
	LIQUIDADO	R\$ 215.665,28		LIQUIDADO	R\$ 31.221.812,25
	RESTOS A PAGAR	R\$ 63.791,75		RESTOS A PAGAR	R\$ 70.389.314,58
	PAGO	R\$ 212.089,51		PAGO	R\$ 20.116.878,75
MOBILIDADE URBANA	EMPENHADO	R\$ 1.999.922,20	RECURSOS HÍDRICOS	EMPENHADO	R\$ 1.887.052,05
	LIQUIDADO	R\$ 0,00		LIQUIDADO	R\$ 36.296,44
	RESTOS A PAGAR	R\$ 1.999.922,20		RESTOS A PAGAR	R\$ 1.850.755,61
	PAGO	R\$ 0,00		PAGO	R\$ 36.296,44

Execução Financeira - Resto a Pagar

O DNOCS empenhou 96,3% da dotação orçamentária disponível ao órgão, ou seja, teve o recurso reservado para atender compromissos assumidos com terceiros. Em relação à liquidação, que é a confirmação da execução do serviço em si, o percentual vai para 84,4%, resultado maior que o do ano anterior, conforme tabela abaixo:

% EXECUÇÃO (DESPESAS LÍQUIDAS X DOTAÇÃO ATUALIZADA)						
PERÍODO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
% EXECUÇÃO	79,3%	70,6%	72,0%	80,5%	74,4%	84,4%
DOTAÇÃO	1.101	1.153	1.064	1.063	1.100	922

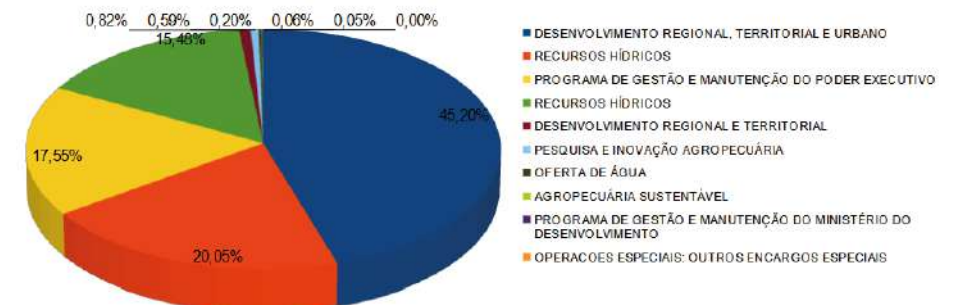
O valor total pago referente ao orçamento de 2022 foi de R\$ 719,94 milhões, dos quais a maior parte foi utilizada para o pagamento de pessoal e encargos sociais (84,12%). Por se tratar de um órgão centenário, o DNOCS possui uma enorme base de aposentados e pensionistas na sua folha de pagamento, que correspondem a mais de 80% da mesma, o que distorce a análise do resultado.

Ao considerarmos o pagamento de Restos a Pagar, que são obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, o valor desembolsado pelo órgão sobe de R\$ 719,94 milhões para R\$ 1.048,40 milhões (acréscimo de R\$ 328,46 milhões). Dentre as ações atendidas com os pagamentos de Restos a Pagar, as principais atividades finalísticas do órgão são: apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, reabilitação de barragens e de outras infraestruturas hídricas, construção da Barragem Fronteiras no Ceará, e construção da Barragem Oiticica no Rio Grande do Norte, que representam 71,43% do valor acrescido.

Restos a Pagar Pago em 2022 por Açã de Governo



Restos a Pagar Pago em 2022 por Programa de Governo



GESTÃO DE CUSTOS

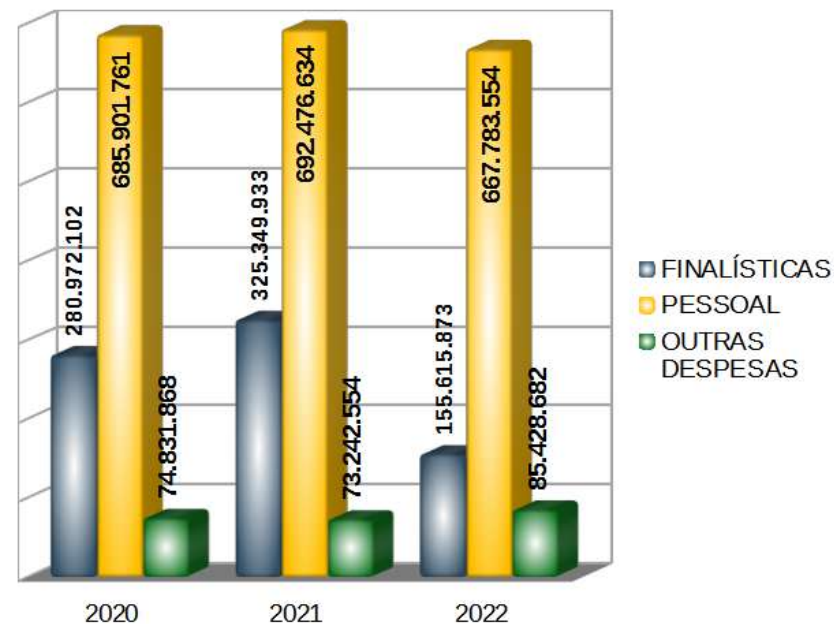


Visando a melhoria do gasto, o setor público tem buscado mensurar custos. Para isso, a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determina que a administração pública manterá “*sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*”. Já a Lei 10.180/2001 prega a evidenciação de “*custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal*”.

A Portaria STN 716/2011 estabeleceu o Sistema de Informações de Custos (SIC), cuja ferramenta informacional de custos do Governo Federal gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional tem competência vinculada aos órgãos setoriais.

Quanto ao DNOCS, como Unidade Administrativa (não setorial) e considerando a situação atual de restrições nos recursos humanos, orçamentários e financeiros, mesmo reconhecendo a importância do tema, a implantação da gestão de custos sistematizada ainda não foi levada a efeito.

Atualmente as despesas empenhadas pelo DNOCS nas áreas finalísticas e administrativas, e ainda considerando o elevado percentual referente a pessoal e encargos, apresenta-se da seguinte forma:



GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

Com a finalidade de assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normativos aplicáveis à gestão de pessoas, o DNOCS observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle, em consonância com os normativos expedidos pelo órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), além de prestar orientações às coordenadorias estaduais, unidades descentralizadas que compõem sua estrutura organizacional. Os gestores e os responsáveis pelas unidades pagadoras declararam observar as normas e o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas, conforme disposto na Lei nº 8.730/1993.

Monitoramento das demandas dos Órgãos de Controle

A autarquia efetua, em consonância com a IN nº 78/2001 – TCU, o controle, o acompanhamento e o registro dos atos de admissão e concessões de aposentadoria e pensão no Sistema de Avaliação e Registro dos atos de admissão e concessões para a administração pública federal e empresas estatais (E-pessoal) para fins de registro no Tribunal de Contas da União.

Cumprir registrar a evolução no atendimento das demandas oriundas do sistema E-pessoal/TCU - Módulo Índícios, para o exercício de 2022, com destaques para os itens “Pensionista em união estável enquadrada como filha maior solteira”, com atendimento de 73,50%, e “Pensionista filha maior solteira ocupando cargo público”, com 18,80%.

Categoria	% do Total
Inobservância do teto constitucional para pensionistas	5,13%
Pensionista em união estável enquadrada como filha maior solteira	73,50%
Pensionista filha maior solteira ocupando cargo público	18,80%
Proibido de assumir cargo público em exercício	1,71%
Servidor ativo com mais de 75 anos	0,86%
Total	100,00%

Avaliação da força de trabalho



O quadro de pessoal do DNOCS finalizou o ano de 2022 com 693 (seiscentos e noventa e três) servidores, distribuídos entre as situações de ativo permanentes, cedidos, requisitados, em exercício descentralizados, em exercício provisórios, anistiados e nomeados para cargo em comissão (sem vínculo), além de 61 (sessenta e um) estagiários, alocados na sede da Administração Central e nas 09 (nove) coordenadorias estaduais.

Considerando o exercício de 2022, nota-se uma redução significativa da força de trabalho de 110 (cento e dez) servidores, significando uma perda de 13,7% em apenas um ano, tendo esse número sido impactado em virtude da diminuição dos servidores ativos permanentes, ocorrida com o elevado número de aposentadorias no período.

Destaca-se que 461 (quatrocentos e sessenta e um) dos 622 (seiscentos e vinte e dois) servidores ocupantes de cargos efetivos já reuniam as condições exigidas para a aposentadoria no final do exercício de 2022 e estão em abono de permanência, ou seja, 74,12% apontando a imprescindibilidade de recomposição do quadro de pessoal da Autarquia por meio de concurso público e/ou de outras formas de readequação, sob pena de provocar impacto direto no atingimento da missão do órgão.

SERVIDORES ATIVOS	SERVIDORES ATIVOS EM CONDIÇÕES DE APOSENTADORIA	PERCENTUAL
622	461	74,12%

Composição da Força de Trabalho. Distribuição por Situação Funcional

Situação Funcional	Força de Trabalho	% do Total
ATIVO EM OUTRO ÓRGÃO	5	0,72%
ATIVO PERMANENTE	622	89,75%
CEDIDO/REQUISITADO	10	1,44%
EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRA	17	2,45%
EXERCÍCIO 7 ART93 8112	11	1,59%
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	2	0,30%
NOMEADO CARGO COMIS.	26	3,75%
Total	693	100,00%

Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício

Unidade Administrativa	Força de Trabalho	Percentual
CEST/AL	21	3,03%
CEST/BA	62	8,95%
CEST/CE	163	23,52%
CEST/MG	12	1,73%
CEST/PB	86	12,41%
CEST/PE	27	3,90%
CEST/PI	99	14,29%
CEST/RN	35	5,05%
CEST/SE	10	1,44%
ADM. CENTRAL	178	25,68%
Total	693	100,00%

Evolução no quadro de pessoal nos últimos 3 anos

ANO	SERVIDORES	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2020	923	-6,1%
2021	803	-13%
2022	693	-13,7%

Gênero

SEXO	Força de Trabalho	Percentual
♀	128	18,47%
♂	565	81,53
Total	693	2334335

Distribuição de servidores por faixa etária

Faixa Etária	Força de Trabalho	% do Total
19 a 25 anos	1	0,14%
26 a 30 anos	1	0,14%
31 a 35 anos	13	1,88%
36 a 40 anos	36	5,19%
41 a 45 anos	30	4,33%
46 a 50 anos	19	2,74%
51 a 55 anos	11	1,59%
56 a 60 anos	150	21,65%
61 a 65 anos	227	32,76%
Acima de 65 anos	205	29,58%
Total	693	2334335

Distribuição dos Estagiários por unidades administrativas

Unidade Administrativa	Estagiários
CEST/PI	7
CEST/CE	15
CEST/PE	2
CEST/BA	5
CEST/RN	3
CEST/PB	10
CEST/AL	2
CEST/MG	1
ADM. CENTRAL	16
Total	61

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O provimento dos cargos efetivos ocorre por meio de concurso público, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei 8.112/1990, no Decreto 9.739/2019 e na Instrução Normativa nº 2/2019-ME. A realização desses certames depende de autorização do Ministério do Planejamento.

Nos últimos dez anos, o DNOCS encaminhou 9 (nove) propostas de concurso para o Órgão Central em virtude da acentuada redução do quadro de pessoal, porém não obteve nenhuma autorização para realização de certame.

Com isso, temos nos valido do recrutamento ou alocação de outros agentes públicos para recompor a força de trabalho da autarquia, por meio de pedidos de movimentação, cessão e alteração de exercício, os quais têm proporcionado valiosa colaboração, porém o quantitativo das referidas alocações não tem sido suficiente para suprir a carência de pessoal enfrentada.

Detalhamento da despesa de pessoal

Apresentamos abaixo demonstrativo de gastos com servidores ativos, aposentados e pensionistas no exercício de 2022, destacando o dispêndio com aposentados e pensionistas, que corresponde a 87,65% do orçamento anual destinado ao pagamento de pessoal.

Impende destacar que a autarquia encerrou o exercício de 2022 com 622 servidores ativos, 3.226 aposentados e 6.576 beneficiários de pensão.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TOTAL 2022
ATIVOS	RS 83.073.791,91
APOSENTADOS	RS 265.083.238,25
PENSIONISTAS	RS 324.441.014,67
TOTAL	RS 672.598.044,83

Registra-se que houve uma redução de aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) nos gastos totais, comparativamente com o exercício anterior. As variações verificadas ao longo do exercício, especialmente na redução dos gastos com servidores ativos, decorreram das aposentadorias com o consequente repasse para os gastos com aposentados, bem como do elevado número de óbitos de inativos, refletindo nos gastos com as concessões de pensão, que normalmente sofrem reduções em virtude das novas regras estabelecidas pela Emenda Complementar nº 103/2019.

Avaliação de Desempenho

O desempenho dos servidores é auferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, utilizando como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. O ciclo avaliativo no âmbito do DNOCS iniciou em 22/02/2022 e finalizou em 21/02/2023.

Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), ferramenta instituída pelo Decreto nº 9.991/2019, tem por finalidade apontar as necessidades de desenvolvimento levantadas pelas unidades da autarquia, visando a promoção das habilidades profissionais e pessoais dos agentes públicos, além de facilitar o atingimento dos objetivos institucionais com o ganho de eficiência e produtividade nas ações do órgão.

No exercício de 2022, 199 (cento e noventa e nove) servidores foram capacitados na autarquia, dentre os quais, 119 (cento e dezenove) participaram de eventos de capacitação sem ônus, ofertados pelas Escolas de Governo, e 80 (oitenta) participaram de cursos custeados pelo órgão no valor de R\$ 73.830,00. (setenta e três mil e oitocentos e trinta).

No que tange às ações de desenvolvimento, destaca-se a realização do projeto de qualificação de gestores, que tem por objetivo a otimização e o desenvolvimento das habilidades de gestão, por meio da certificação

“Gestor Ágil para Transformação Digital”, composta por 7 (sete) cursos, totalizando uma carga horária de 175 horas.

Foi obtido êxito na iniciativa do referido projeto de qualificação de gestores, tendo em vista que ao final de 2022, 44,74% dos gestores concluiu a certificação.

SERVIDORES CAPACITADOS	VALOR GASTO COM CAPACITAÇÃO
199	R\$ 73.830,00

Resultados alcançados

Como principal conquista referente à área de pessoal, destacamos a implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF) como forma de controle da jornada diária dos servidores em cumprimento à Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 125/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Principais desafios e ações futuras

Diante da situação apresentada, o maior risco enfrentado pela autarquia está relacionado à redução drástica da força de trabalho, sem que haja a devida reposição de pessoal.

Nessa senda, e no cenário que o DNOCS está inserido, apresentamos como desafios prioritários:

1) Recomposição imediata da força de trabalho: ação urgente e necessária que possibilitará a continuidade do efetivo cumprimento da missão institucional. Tal necessidade foi ratificada pelo Parecer

nº 2/2020/NAC3 - CE/CEARÁ, emitido pela Controladoria Regional da União no Estado do Ceará, por ocasião do Relatório Anual de Contas 2020, encaminhado ao TCU, in verbis:

“Ante o exposto, os resultados dos exames autorizam concluir que o quadro já delineado de esvaziamento do DNOCS só se agrava e requer uma tomada de providências por parte das instâncias apropriadas do Poder Executivo Federal, visto que a entidade encontra-se em estado de inanição administrativa, sujeita a riscos, falhas e frustrações de toda espécie no desempenho de seu papel”.

2) Retenção e captação de novos talentos: visando a retenção dos talentos existentes e o recrutamento de servidores de outros órgãos, temos como meta a implantação do Programa de Gestão (PGD) no DNOCS, e que também é uma ferramenta eficaz para o aumento de desempenho.

3) Reestruturação do órgão: objetivando a adequada instrumentalização da instituição em bases modernas, eficientes e eficazes, e com o fito de minimizar a discrepância entre a estrutura de cargos da autarquia e os demais órgãos do Poder Executivo Federal.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Licitações realizadas em 2022

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E COODENADORIAS ESTADUAIS			
Modalidade	Quantidade	Valor do Contrato	%Relativo ao todo
Contratação Direta	67	R\$ 5.956.152,92	1,63%
Pregão Eletrônico	48	R\$ 333.017.735,52	90,99%
Outras modalidades	6	R\$ 27.029.765,13	7,39%
Total		R\$ 366.003.653,60	100,00%

Unidades contratantes do DNOCS: Administração Central e 09 UASGs.

Contratações mais relevantes:

As contratações mais relevantes da Administração Central do DNOCS estão concentradas na área de OBRAS/SERVIÇOS de Infraestrutura Hídrica, abaixo listadas:

Pregão Eletrônico:

Perfuração e instalação de poços tubulares em áreas de rochas calcárias, metassedimentares, cristalinas e sedimentares, com Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, localizados em diversos municípios inseridos em áreas de atuação do DNOCS.

Pavimentação em BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO (BLOQUETE), num total de 595.000,00 m² de área, de vias urbanas e rurais, em municípios diversos, localizados na área de atuação do DNOCS.

Aquisição de caminhões, carretas (carrocerias), escavadeiras hidráulicas, motoniveladoras, tratores e equipamentos agrícolas para todas as Coordenadorias do DNOCS.

Regime Diferenciado de Contratações:

Serviços de consultoria para elaboração do Plano de Segurança das Barragens (PSB'S), em Itans, Santa Inês, Santa Luzia, São Mamede, Curimataú e Escondido; no Estado da Paraíba.

Conformidade legal:

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratações de baixo valor (até R\$17.600,00): Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993.
- Inexigibilidade de Licitação: Art. 25 caput da Lei nº 8.666/1993.
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005.
- Regime Diferenciado de Contratações: Lei nº 12.462/2011.

Objetivos Estratégicos:

As contratações mais relevantes do DNOCS estão alinhadas com os objetivos estratégicos finalísticos que estão formalizados no Plano Estratégico do DNOCS (2021-2024).

- link:
<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/transparencia/prestacao-de-contas/gdi/plano-estrategico-institucional-2021-2024.pdf>
- Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios.
- Efetuar o monitoramento e a segurança de barragens.
- Executar planos e projetos de irrigação.
- Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica.
- Promover o desenvolvimento da aquicultura e atividades afins.
- Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido.
- Disseminar conhecimento tecnológico na área de produção.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos:

As particularidades e necessidades específicas de cada setor do DNOCS são os principais desafios da gestão desenvolvida no âmbito das licitações.

Entende-se que a integração de compras, entre os setores, resultaria em consideráveis ganhos de eficiência.

A restrição orçamentária, no âmbito da administração pública, vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para, desta forma, mantenhmos a qualidade dos serviços prestados, com uso de menos recursos financeiros.

A falta de pessoal qualificado, para atuar na área, é outro desafio. Atualmente, a Divisão de Licitação da Administração Central conta com apenas 02 (dois) servidores efetivos no setor, e recorrentes mudanças na legislação também foram detectadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.

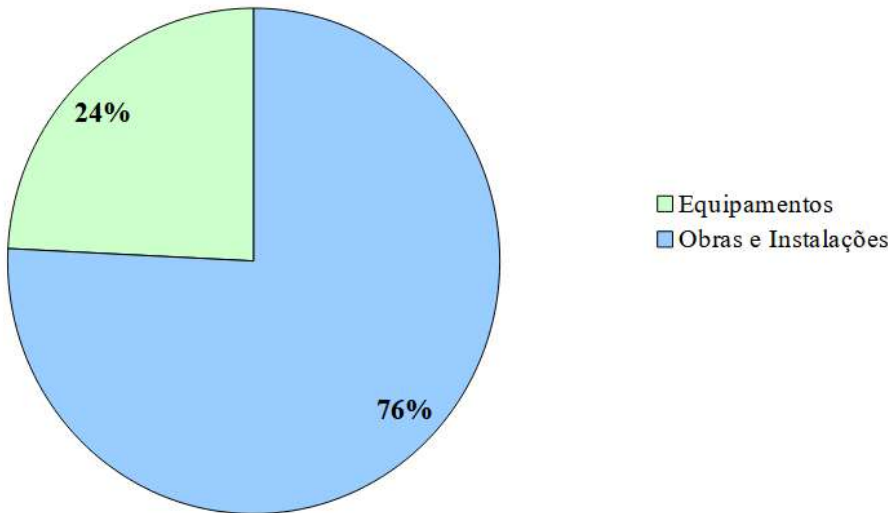
GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

Investimento em Capital

INVESTIMENTO EM CAPITAL			
	ADM. CENTRAL	CESTS	TOTAL
EQUIPAMENTOS	R\$ 237.084,76	R\$ 80.905.929,93	R\$ 81.143.014,69
OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 168.216.901,91	R\$ 85.741.155,74	R\$ 253.958.057,65
TOTAL	R\$ 168.453.986,67	R\$ 166.647.085,67	R\$ 335.101.072,34

Fonte: Administração Central (SEI nº 1264770, 1269148 e 1280590), CEST-PB (SEI nº 1282789), CEST-CE (SEI nº 1274632), CEST-BA (SEI nº 1281818), CEST-SE (SEI nº 1269563), CEST-AL (SEI nº 1274983 e 1276272), CEST-RN (SEI nº 1277562)

INVESTIMENTO EM CAPITAL - 2022



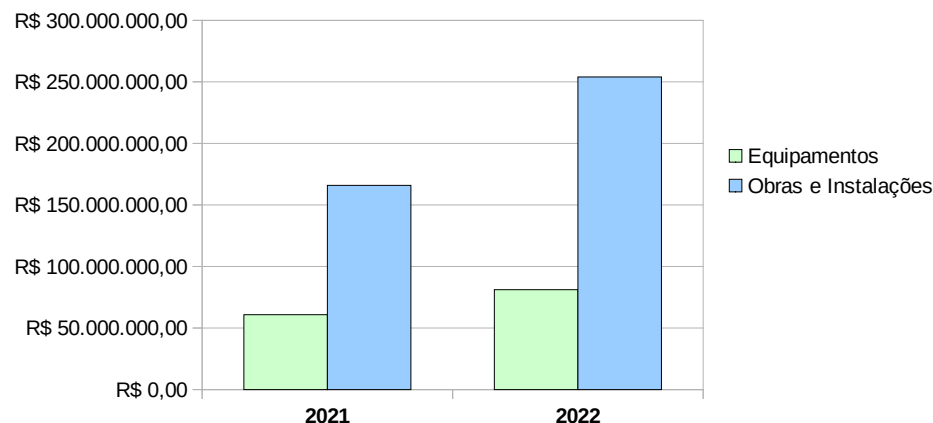
Gastos com Equipamentos de 2021 – R\$ 60.835.975,86

Observa-se pelo gráfico e tabela, um aumento dos gastos com equipamentos, resultantes sobretudo da aquisição de bens agrícolas para o fomento das atividades agrícolas nas áreas de atuação do DNOCS.

Gastos com Obras e Instalações de 2021 – R\$ 165.909.239,94

Observa-se pelo gráfico e tabela, um aumento dos gastos com Obras e Instalações, o que demonstra um aumento da produtividade desta autarquia.

INVESTIMENTO EM CAPITAL
2021 X 2022

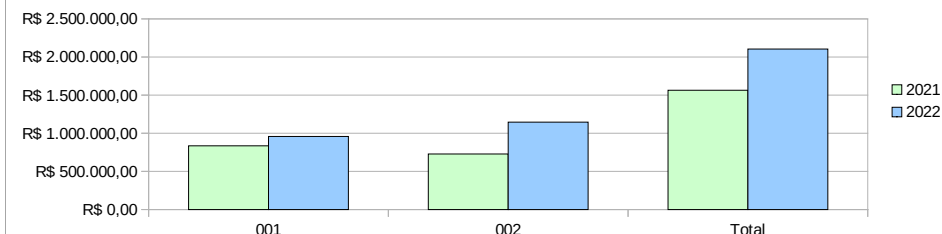


Desfazimento de Ativos e desmobilizações

LEILÃO	2021	2022
001	R\$ 835.680,00	R\$ 958.150,00
002	R\$ 728.360,00	R\$ 1.145.810,00
TOTAL	R\$ 1.564.040,00	R\$ 2.103.960,00

Observa-se um aumento de 34% nos valores arrecadados com leilão.

LEILÕES 2021 x 2022

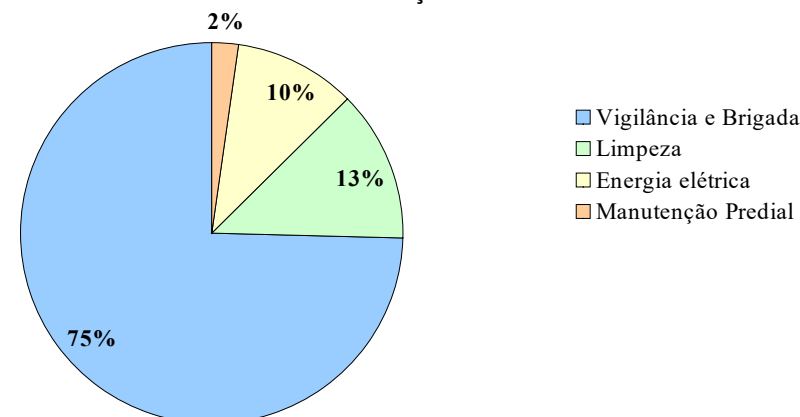


Administração Predial

PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS			
SERVIÇOS	CUSTOS - 2022 (R\$)		
	ADM. CENTRAL	CESTS	TOTAL
VIGILÂNCIA E BRIGADA	R\$ 1.645.562,26	R\$ 20.592.138,87	R\$ 22.237.701,13
LIMPEZA	R\$ 1.213.565,27	R\$ 2.619.115,64	R\$ 3.832.680,91
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 1.572.082,15	R\$ 1.500.711,64	R\$ 3.072.793,79
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 605.744,53	R\$ 64.593,08	R\$ 670.337,61
TOTAL	R\$ 5.036.954,21	R\$ 24.776.559,23	R\$ 29.813.513,44

Fonte: Administração Central (SEI nº 1280590), CEST-PI (SEI nº 1273693), CEST-PB (SEI nº 1280330), CEST-CE (SEI nº 1274632), CEST-BA (SEI nº 1280084), CEST-SE (SEI nº 1269563), CEST-AL (SEI nº 1276272), CEST-RN (SEI nº 1277562), CEST-PE (SEI nº 1281528)

PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS 2022



Principais Desafios:

Identificar e classificar os imóveis a serem alienados; Alienar imóveis não operacionais e Realizar reformas imobiliárias necessárias.

Conformidade legal:

Todas as unidades de gestão estão alinhadas com os termos dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei complementar nº 101/200, Lei 13.240/2015, Portaria nº 541 do Ministério da Integração Nacional, bem como as instruções das demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública. Ressalta-se que o DNOCS produziu a Resolução DC/DNOCS nº 02/2010, para a gestão de bens imóveis e os Manuais de Procedimentos de Material e Patrimônio e de Operacionalização do SIADS Bens Móveis, Almojarifado e Transporte, para adequação dos processos das referidas áreas.

Locações

O DNOCS possui um imóvel locado de terceiros: a sede da CEST-SE. O valor total da locação em 2022 foi R\$ 104.506,88, acordo com o processo SEI Nº 59414.000027/2012-25.



GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DE Tecnologia da Informação e comunicação (Tic)

Para assegurar a conformidade com o vasto e complexo arcabouço legal de Tecnologia da Informação (Instruções Normativas SLTI/MP Nº 02/2008, SLTI/MP nº 04/2014, SEGES/MP Nº 05/2017, SGD/ME nº 01/2019, SEGES/ME nº 01/2019 etc.) e demais normas aplicáveis à Gestão de Tecnologia da Informação, o DNOCS observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A Portaria nº 46 DG, de 30 de janeiro de 2018, instituiu a denominada “Política de Governança de Tecnologia da Informação”. A referida Política tem como objetivos específicos:

- I – contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais, em benefício da sociedade brasileira;
- II – integrar as práticas de governança, gestão e de uso da TI às estratégias e planos do DNOCS;
- III – prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TI;
- IV – estabelecer diretrizes para a gestão de TI, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TI;
- V – definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI no âmbito do DNOCS;

As estruturas organizacionais que integram o Sistema de Governança de TI do DNOCS:

- comitê de Governança, Riscos e Controle;

- comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações (CTS);
- serviço de Tecnologia da Informação (STI);
- serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI).

O Comitê de Governança, Riscos e Controles, dentro do contexto do modelo de Governança de TI do DNOCS, tem caráter estratégico e está voltado para a análise as propostas de políticas, diretrizes, objetivos de TI, aprovação de planos, alocação de recursos e demandas para provimento centralizado, bem como acompanhamento periódico da execução dos planos estratégicos e técnicos de TI.

Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais da política, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, são formulados os seguintes planos, que norteiam os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TI:

- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico Institucional do DNOCS e compatível com o Plano Plurianual e a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal;
- plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico de TI;
- catálogo de Programas e Projetos de TI;
- catálogo de Serviços de TI.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

As atividades de TIC no DNOCS usaram como principal fonte a ação 1M49 – Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações. Para o exercício de 2022, foram previstos R\$ 2.827.341,00 (dotação inicial), utilizados, na maior parte, para os contratos continuados de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações. Deste montante, foram empenhados R\$ 2.827.341,00, porém pagos apenas R\$ 1.744.670,96, resultando na inscrição de R\$ 1.065.296,25 em restos a pagar, em função de aquisições planejadas não terem sido concluídas no exercício.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

Contrato - Objeto (vigência)	Fornecedor / CNPJ	Valor anual do contrato* (R\$)	Valor desembolsado em 2022** (R\$)	Observações
03/2016 - Outsourcing de impressão (set/22) 25/2022 - Outsourcing de impressão (set/23)	TELECOPY / 23.561.848/0001-95	152.000,00	131.644,60	O serviço do contrato 03/2016 prorrogado excepcionalmente para até set/22 foi encerrado e foi iniciada nova contratação do mesmo objeto pelo contrato 25/2022.
02/2022 - Antivírus (mar/24)	ALLTECH / 21.547.011/0001-66	396.142,86	353.200,00	Referente ao licenciamento da solução. O pagamento do treinamento e de serviços mensais de suporte não foram realizados no exercício.
11/2017 - Serviço de Internet (out/23)	TELEBRAS / 00.336.701/0001-04	495.882,36	437.219,90	Referente aos pagamentos de jan/22 a dez/22. A partir de 01/08/2022, a Telebras aplicou as novas alíquotas do ICMS vigentes em cada Unidade da Federação (UF). O contrato foi prorrogado excepcionalmente por mais 12 meses até out/23.
15/2017 - Suporte à infraestrutura de TIC (dez/23)	AMAZON INFORMÁTICA / 00.734.255/0001-88	1.895.322,05	1.999.620,92	Referente aos pagamentos de dez/21 a nov/22 e reajustes. O contrato foi prorrogado excepcionalmente por mais 12 meses até dez/23.
19/2019 - Manutenção dos storages HP (set/22)	HP / 61.797.924/0001-55	65.687,12	65.687,12	Contrato encerrado em set/22.
08/2021 - Switches (jul/22)	PLUGNET / 02.213.325/0001-88	479.250,00	479.250,00	Produtos entregues em 2022.
11/2021- Computadores (ago/22)	DATEN / 04.602.789/0001-01	1.697.000,00	1.696.998,00	Produtos entregues em 2022.

*: Se contrato plurianual, valor de 12 meses; se contrato de serviço continuado, valor do último termo aditivo; se contrato encerrado com a celebração de novo, com mesmo objeto, valor do último contrato.

** : Soma dos valores desembolsados dos empenhos obtidos do SIAFI/CONNE na visão de 2022.

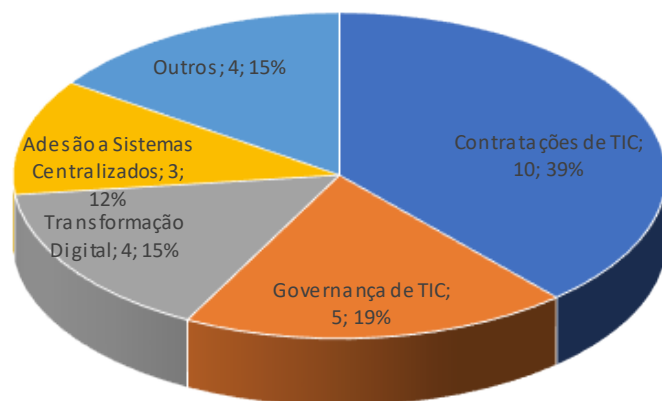
PLANO ESTRATÉGICO / DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETIC / PDTIC)

Em 2020, foi instituído o PETIC-PDTIC 2020-2022, que norteou as ações de TIC no DNOCS no ano de 2022.

A execução do PDTIC em 2022 manteve o foco:

- Na Transformação Digital, através da repactuação e execução do Plano Digital do MDR em 2022;
- No planejamento e gestão das Contratações de TIC.

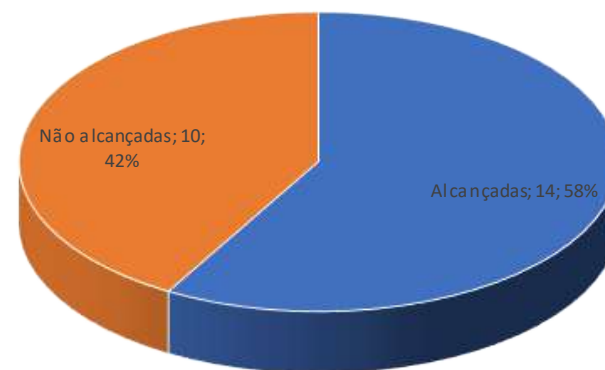
Categorização das Metas do PDTIC 2020-2022



Apuração do PETIC-PDTIC 2020-2022

Foram instituídas 24 metas (25 ações), enquadradas em 8 necessidades do PEI 2017-2020. Destas metas, 14 foram atingidas e 10 não foram atingidas.

Alcance das Metas do PDTIC 2020-2022



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

No que tange à área de Segurança da Informação, é relevante relacionar as seguintes estruturas e normas: Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e a Norma Complementar 01.

O Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações (CTS) é o órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, com responsabilidades de cunho executivo, ao qual compete, para efeito do disposto nesta Política:

Foram instituídas 24 metas (25 ações), enquadradas em 8 necessidades do PEI 2017-2020. Destas metas, 14 foram atingidas e 10 não foram atingidas.

- I – coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;
- II – coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

- III – consolidar custos, agregar e propor a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;
- IV – analisar, manifestar-se a respeito e encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Controle para aprovação e priorização as demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;
- V – submeter periodicamente ao Comitê de Governança, Riscos e Controle, com as propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI no DNOCS, em especial sobre:
 - a) a execução dos planos e das ações corporativas relativos a TI;
 - b) a evolução dos indicadores de desempenho de TI;
 - c) o tratamento de riscos relacionados a TI;
 - d) a capacidade e a disponibilidade de recursos de TI; e
 - e) resultados de auditorias de TI a que se submeterem as unidades do DNOCS;
- VI – promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso anterior;
- VII – fazer a gestão e o monitoramento do Catálogo de Programas e Projetos de TI.

PRINCIPAIS METAS, DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Modernizar a infraestrutura do Datacenter do DNOCS com aquisição de sala-segura capaz de fornecer segurança e disponibilidade para a melhor continuidade e garantia do negócio da Autarquia;

Contratar serviços de hospedagem, armazenamento e segurança em nuvem, de modo a estruturar mais camada de segurança capaz de disponibilizar os serviços de TI com a máxima garantia;

Formular contratação do serviço de operação da infraestrutura de TIC e atendimento ao usuário para a Administração central e CESTs;

Adequar a segurança no fornecimento de internet às CESTs;

Adquirir licenças de software solicitadas pelas diversas unidades do DNOCS;

Adaptar a PoSIC ao novo cenário tecnológico;

Promover a Transformação Digital junto às áreas relacionadas;

Prospecatar serviços digitais e promover sua implantação;

Promover renovação de Carta de Serviços ao Cidadão;

Promover a implantação da LGPD no DNOCS;

Readequar os Controles Internos do STI e documentá-los no Portal da Intranet ou Portal do DNOCS;

Discutir sobre necessidade da existência do Portal da Intranet;

Readequar o fornecimento de Serviços de TIC para o cenário do Programa de Gestão do DNOCS (PGD);

Avaliar o uso das soluções advindas da Transformação Digital;

Publicar novo PDTIC 2023-2024;

Reestruturar o CTS em um Comitê de Governança Digital (CGD);

Reformular as atribuições do STI e unidades associadas no Regimento Interno;

Solucionar problema de falta de pessoal e alta demanda de trabalhos de planejamento de aquisições de soluções de TIC;

Conscientizar a Alta Administração e usuários das ações promovidas pelo SISP e órgãos correlatos sobre Administração de Recursos de TIC, Transformação Digital e Segurança da Informação e Comunicações.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Práticas e critérios de sustentabilidade adotados nas contratações

- Compra de equipamentos com menor consumo energético;
- Aquisição de papel A4 com reconhecimento do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR) e/ou pelo Forestry Stewardship Council (FSC) que é o Conselho de Manejo Florestal, um grupo que reúne iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável no mundo inteiro;
- Utilização de materiais reciclados ou ambientalmente menos nocivos;
- Equipamentos com menores impactos na geração de gases poluentes e de efeito estufa;
- Exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) para garantir eficiência energética;
- Priorizar Critérios de sustentabilidade que são exigidos nos Termos de Referência (IN SLTI 01/2010).

Práticas e critérios de sustentabilidade adotados nas contratações

- Separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos e posteriormente a doação desses insumos para recicladores;
- Embalagens que constam materiais de consumo permanente foram recebidas e destinadas para reciclagem;



- Realização de Leilões de Bens Móveis Inservíveis com objetivo de reduzir materiais que não são mais utilizados na Autarquia e que podem ser reaproveitados por terceiros. O intuito foi contribuir com as políticas ambientais de descarte consciente, reciclagem e reaproveitamento destes materiais. Veja exemplo no link: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/dnocs-realiza-leilao-virtual-na-proxima-quinta-feira-22>;
- Coleta de pilhas e baterias, permanentemente, com descarte em Ecopontos que estão distribuídos pelas cidades brasileiras;

Ações para redução do consumo de recursos naturais

- Utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Requisição de material de expediente e permanente de forma digital e informatizada por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS);
- Acompanhamento constante para verificação da necessidade de manutenção hidráulica
- visando evitar desperdícios dos recursos naturais;
- Incentivos ao uso racional da água.

Diminuição do uso de papel

- Fortalecimento e incentivo na adesão dos processos eletrônicos em todas as coordenadorias da Autarquia (SEI);
- Implantação do SIADS em setores como, por exemplo, estoque, patrimônio,
- inventário e almoxarifado, além de uma maior utilização do WEBMAI, contribuíram, significativamente, para reduzir a quantidade de resmas de papel em relação ao ano de 2019 (pré-pandemia);
- Digitalização de faturas e documentos com o intuito de evitar gastos de impressão, desnecessários, de papéis;
- Configuração padrão nos equipamentos de impressão, ou seja, de forma econômica, frente e verso, margens ajustadas, etc.);

Diante do exposto, é possível observar que diversas novas ações foram implementadas e outras, já consolidadas, tiveram ampliação com o objetivo de promover boas práticas na gestão de recursos naturais, com o intuito de investir em estratégias que garantam a sustentabilidade no ambiente corporativo.

Nesse contexto, também foi prioridade, em 2022, a redução da quantidade de resmas de papel utilizadas na Autarquia. Vale destacar e mencionar que os números apresentados posteriormente, em tabelas a seguir, são comparativos entre os anos de 2019 e 2022, haja vista que o ano de 2021 foi um período atípico devido a pandemia da Covid-19. No ano em questão, houve uma menor utilização desses insumos, pois foram adotadas medidas como trabalho remoto.

UTILIZAÇÃO PAPEL (RESMA)

2019 (pré-pandemia)	2022	REDUÇÃO
1464	534	63,52%

FONTE: PROCESSO SEI Nº 59400.000404/2023-38 (DOCUMENTO 1282868)

Redução de copos descartáveis

A Campanha “Adote uma Caneca” teve como objetivo conscientizar os servidores de que para cada ação, uma reação é gerada. Além disso, a campanha destacou que pequenas atitudes podem salvar o planeta. Diante disso, o DNOCS disponibilizou para todas as Unidades Gerenciais do Departamento canecas produzidas em plástico verde, 100% reciclável, com fibra de coco na composição, atóxica, com capacidade de 400 ml, resistente a micro-ondas e máquina de lavar louças. A iniciativa visou, por meio da educação ambiental, estimular os servidores a serem multiplicadores da causa dentro e fora do trabalho.

UTILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS - UND.

2019 (pré-pandemia)	2022	REDUÇÃO
1789	663	62,94%

FONTE: PROCESSO SEI Nº 59400.000371/2023-26 (DOCUMENTO 1278700)



Consumo de água

- Manutenção hidrossanitária com o objetivo de evitar o desperdício, principalmente, nas descargas dos banheiros dos prédios;
- Consertos imediatos no surgimento de problemas hidráulicos nos banheiros para contenção de vazamentos;
- Aproveitamento de águas pluviais para regar jardins;
- Revisões da rotina de cuidados em toda a área externa para minimizar gastos com a irrigação.

CONSUMO DE ÁGUA EM M³

2019 (pré-pandemia)	2022	REDUÇÃO
6491	6.203	4,43%

FONTE: PROCESSO SEI Nº 59400.000404/2023-38 (DOCUMENTO 1282868)

Consumo de Energia

- Redução do tempo de utilização dos aparelhos de ar-condicionado durante
- jornada diária;
- Orientações sobre desperdício de energia;
- Substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas de LED.

CONSUMO DE ENERGIA (EM KWh)		
2019 (pré-pandemia)	2022	REDUÇÃO
2.791.073,81	2.105.633,83	24,55%

FONTE: PROCESSO SEI Nº 59400.000404/2023-38 (DOCUMENTO 1282868)



**INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**

As informações sobre a situação e o desempenho contábil, patrimonial, orçamentário e financeiro do exercício 2022 podem ser obtidas nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Declaração do Contador, que estão disponíveis no portal DNOCS, Transparência e Prestação de Contas, conforme a Instrução Normativa TCU n.º 84/2020.

A íntegra dos documentos, mencionados acima, encontra-se no seguinte endereço eletrônico:



<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/transparencia/prestacao-de-contas/declaracao-do-contador-2022.pdf>



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA - Agência Nacional de Águas
AUDI - Auditoria Interna
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CDRU - Contratos de Concessão de Direito Real de Uso.
CEST - Coordenadoria Estadual do DNOCS
CGU - Controladoria Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CTS - Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações
CPGE - Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica
CPGE/DGE - Divisão de Gestão Estratégica
CPGE/GOV - Serviço de Governança
CPGE/NUGOV - Núcleo de Governança
DA - Diretoria Administrativa
DA/DGP - Divisão de Gestão de Pessoas/Diretoria Administrativa
DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DG - Diretoria-Geral
DG/GAB - Gabinete da Direção Geral
DGE/PE - Serviço de Planejamento e Monitoramento Estratégico
DI - Diretoria de Infraestrutura Hídrica
DP - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
DP/GTRA - Grupo de Trabalho de Regularização Ambiental
DP/DPA/MC - Serviço de Monitoramento e Controle Estatístico
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENDES - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FAPIJA - Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe - Apodi
FALA-BR - Plataforma Integrada de ouvidorias e acesso à informação
GDACE - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
IGG - Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública
IGOV - Índice de Governança
IgovContrat - índice de governança e gestão em contratações
IgovPessoas - índice de governança de pessoas
iGovPub - índice de governança pública
INEMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - BA
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MPF - Ministério Público Federal
NUC - Núcleo de Correição
OGU - Orçamento Geral da União
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAR - Processo Administrativo de Responsabilização
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PETIC / PDTIC - Plano Estratégico / Diretor de Tecnologia da Informação
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGR-I - Plano de Gestão de Riscos Integrada
PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco
PLAO - Projeto de Lei Orçamentária Anual
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
PPI - Projeto Público de Irrigação
PRM - Procuradoria da República no Município
PROSB - Programa de Segurança de Barragens
RAE - Reunião de Avaliação Estratégica
RAMA - Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental

RL – Reserva Legal
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RIPD - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
RGRS – Relatório de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
RP – Restos a pagar
RPNP – Restos a pagar não processados
RPP – Restos a pagar processados
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente no Estado do Ceará
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil
SISOUVIDOR - Sistema Gerenciado pela Ouvidoria do MDRI
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TED - Termos de Execução Descentralizada
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas





DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Av. Duque de Caxias, 1700 - Centro, Fortaleza - CE, 60035-110



(85) 3391-5100



www.gov.br/dnocs/pt-br